

INTRODUÇÃO

A mente que se abre a uma nova ideia nunca mais volta ao seu tamanho original. (Albert Einstein)

O presente Relatório de Estágio surge no âmbito do Mestrado em Sociologia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

A temática em estudo relaciona-se com a realidade do acolhimento de crianças e de jovens em Portugal, baseada nas conclusões e experiências retiradas do período de estágio ocorrido na *Associação Protectora da Criança*, em Valadares, Vila Nova de Gaia. Fundada em 1953, Por meio do Dr. Leonardo Coimbra, é uma Instituição de cariz social, designada por IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social). Surge segundo um projeto centrado na intervenção especializada com crianças e jovens em situação de perigo imediato. Dentro do lar é criada uma atmosfera de vivência e convivência que se assemelhe, dentro dos possíveis, a um modelo familiar, onde todas as rotinas são as mesmas que se aplicariam num lar de uma família funcional. Nessa perspetiva, existem determinadas missões, valores e objetivos pelos quais se rege esta instituição, e que devem prevalecer sobre qualquer outro fator.

O estágio surgiu de uma necessidade de fazer uma análise das competências que fui adquirindo ao longo dos anos de formação em sociologia, fazendo assim uma ponte entre a teoria que aprendemos e as vivências que se vão desenrolando no quotidiano, permitindo desta forma um crescimento a nível pessoal e académico. Desta experiência no terreno nasce o presente relatório de estágio, que segundo Bousquié (1974) *é o produto final de um trabalho, a exposição de conhecimentos, um retrato do que decorreu em determinado local, num espaço de tempo, pré-determinado.*

O objetivo do presente projeto pretende dar conta da realidade da condição de crianças em risco inserida num meio institucional, assim como a apropriação que aquelas fazem do meio social fora daquele espaço organizacional. Neste sentido, a população alvo da presente investigação serão as crianças inseridas na já referida instituição. Assim, a investigação visa compreender os comportamentos de crianças institucionalizadas recorrendo a uma investigação qualitativa, que irá permitir observar esses mesmos comportamentos em contexto natural.

Contando atualmente com cerca de trinta crianças, de ambos os sexos e diferentes idades, a instituição procura fornecer um conjunto de condições físicas que permitam à criança/jovem sentir-se protegida, num ambiente propício ao seu bom desenvolvimento. A criação de atividades variadas e devidamente planificadas torna-se uma preocupação, na qual eu própria procurei intervir, proporcionando às crianças/jovens momentos de interação e experimentação, assim como a descoberta de novas realidades. Foi possível elaborar e colocar em prática planos de intervenção que visaram colmatar falhas no processo educativo que a criança/jovem teve até à sua institucionalização. Para isso, desenvolvi o projeto *Investir no futuro*, através do qual levei a cabo duas ações - *Realidade a Fingir* e *Paparazzi da Natureza* – e também uma dinâmica de grupo com os adolescentes. Estes planos centram-se em problemáticas como o desenvolvimento da autoestima, autoconceito, valorização pessoal, relacional, interpessoal, défices de atenção e atraso cognitivo sendo, no geral, problemáticas que se colocam aos níveis social, pessoal e educativo.

Algumas das crianças ainda estabelecem ligações com a família de origem, com quem podem estar aos fins de semana ou nos períodos de férias. Outras, que não têm essa ligação, estão prementemente na instituição, onde desenvolvem diversas atividades como futebol, natação, campismo ou *ping pong*, de modo a manterem-se ocupadas, cultivando-se intelectualmente e ultrapassando a falta que possam eventualmente sentir das crianças que não passam os fins de semana na instituição. Apesar disto, durante a semana, para além das aulas, as crianças/jovens desempenham diversas atividades como as acima citadas, sendo que também recebem a visita de psicólogas que lhes prestam o devido acompanhamento individual e em grupo.

Foi através do estágio que consegui absorver uma consciência mais nítida acerca daquela realidade, somente possível através do conhecimento do contexto institucional onde se encontravam acolhidas crianças e jovens privadas do seu ambiente familiar e de origem, e por isso consideradas em risco, sendo que o contacto com as mesmas, mas também com os profissionais que lá trabalham, permitiu-me identificar algumas preocupações que sentiam em relação à vivência na instituição.

Assim, imperou tentar compreender de que forma as crianças e os jovens lidam com a sua situação familiar, e consequentemente com o facto de habitarem numa casa de acolhimento, e de que forma estes fatores podem ter influência na sua vida escolar e na relação com os pares. Uma vez que a própria instituição acolhe não só crianças internas, mas também externas, foi possível ter uma perceção mais nítida de como aquelas relações ganham forma. Acima de tudo, importa compreender como é moldado o dia a dia das crianças internas

e de forma estas interagem com o meio envolvente. Foi a partir daqui que também surgiram outro tipo de inquietações relativas aos jovens que se relacionam com a importância que a experiência institucional tem nas suas vidas e de que forma aquela condiciona os jovens no que diz respeito ao futuro e aquilo que cada um quer fazer dele, isto é, de que forma, a partir de uma experiência comum, a institucionalização, nascem diferentes percursos de vida.

Seria pertinente perceber de que forma os adultos percebem a influência das suas experiências de acolhimento institucional prolongado na infância, nas suas condições de vida atuais. Neste ponto a investigação foi mais dificultada em relação ao primeiro, uma vez que a maior parte dos sujeitos que um dia integraram a instituição nunca mais lá regressaram, sendo apenas possível recorrer a testemunhos dos profissionais que integram a instituição. Por isso mesmo, irei focalizar o presente estudo nas crianças do 1º ciclo presentes naquela instituição, tentando compreender de que forma o facto de se encontrarem privadas do seu ambiente familiar pode influenciar o seu quotidiano.

Desde sempre, a família é encarada como o fator mais importante na socialização e educação de uma criança, cabendo-lhe assim o papel mais importante. Neste contexto de educação e socialização, a família é uma garantia de segurança, de autoridade e de integração social. Assim sendo, podemos afirmar que a criança cresce com qualidade de vida quando este crescimento é acompanhado de afeto, segurança e perspectivando uma autonomia de vida plena.

Ainda assim, em muitos casos, não é isto que acontece. Para algumas crianças, a sua casa é um local de risco, onde muitas vezes aquela se encontra em perigo, devido a situações de abandono, ou porque vive entregue a si própria, se sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou ainda se é vítima de abusos sexuais, se não recebe os cuidados ou a afeição adequados. A *Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco* apresenta uma tipologia das situações de perigo às quais aqueles podem estar expostos, apresentado uma série de indicadores para tal: quando a criança se encontra em situação de abandono ou entregue a si própria, não tendo quem lhe assegure a satisfação das suas necessidades básicas e de segurança. São exemplos a fome habitual, falta de protecção do frio, necessidade de cuidados de higiene e de saúde, feridas e doenças, entre outros; assim que a criança se encontre numa situação de negligência ou quando as suas necessidades básicas e/ou a sua segurança estão comprometidas por quem tem o dever de cuidar; se a criança abandona o ensino básico obrigatório; quando lhe são provocados danos físicos ou doenças de forma não acidental, dos chamados maus tratos físicos são indicadores as feridas, queimaduras, fraturas, deslocações, mordeduras, cortes, asfixia, entre outros, que aconteçam frequentemente. Dentro do campo

psíquico, os maus tratos ou o abuso emocional passam por rebaixar, aterrorizar a criança, bem como privá-la de relações sociais, insultá-la, ignorar as suas necessidades emocionais e de estimulação ou demonstrar evidente frieza afetiva. Ficam fora deste campo as necessidades psicológicas da criança, intimamente ligadas a relações interpessoais e com a autoestima; quando um adulto abusa sexualmente da criança, isto é, quando esta é utilizada para realizar atos sexuais ou como objeto de estimulação sexual por um adulto, ou quando se detetam casos de prostituição infantil; os casos de exploração ao nível do trabalho - seja doméstico ou não - que impedem a criança a desenvolver uma normal vida escolar por exemplo; ou o uso abusivo do poder paternal, que se traduz na prevalência dos interesses dos detentores daquele poder, em detrimento dos direitos e proteção da criança ou jovem. São exemplos a privação da frequência em atividades sociais e académicas próprias da idade, bem como a invasão, o não respeito pela privacidade da criança ou do jovem e ainda a negação da livre expressão das suas opiniões. São ainda situações consideradas de perigo quando a criança ou jovem é utilizado para mendigar ou quando ela própria o faz por iniciativa própria, bem como situações que expõem a criança a comportamentos desviantes, de conduta antissocial, embora de carácter não intencional.

É a partir daqui que surgem termos como a proteção, que por si só integram as crianças e jovens naquele sistema. Analisando as várias vertentes do sistema de proteção e promoção das crianças e jovens em perigo, chegamos a um patamar onde a criança é vista como interventor, à qual o sistema tem de dar resposta, tendo sempre em atenção a sua individualidade, especificidade e características próprias, uma vez que nos encontramos num âmbito onde a realidade social é bastante complexa. Deste modo, é o sistema que se deve adaptar à versatilidade e plasticidade da criança, e não o contrário.

Quando se pensa em “sistema”, pensa-se de imediato na institucionalização, que é encarada, na maior parte dos casos, como a principal solução para promover a proteção da criança ou jovem. Ainda assim, e por mais cuidados básicos, afeto, apoio diário e carácter familiar que a instituição preste àquelas crianças, comporta em si algumas desvantagens, que se devem em grande parte à fragilidade e ao sentimento de perda e abandono por parte das crianças que conduzem, eventualmente, a que pensamentos relacionados com punição, estigmatização ou discriminação social estejam associados ao processo de institucionalização, podendo originar nas crianças sequelas ao nível psíquico e emocional. Para prevenir este tipo de riscos é necessário ter em conta uma série de princípios orientadores no que se refere ao acolhimento (Gomes, 2010):

- *Duração temporal do acolhimento* - deve ser sempre de carácter transitório e decorrer num curto espaço de tempo.
- *Definição do projeto de vida* – onde as crianças tenham uma participação ativa, de acordo com a sua idade e de forma garantir necessidades de segurança e afeto, essenciais ao desenvolvimento das crianças.
- *Promoção de continuidade e previsibilidade de cuidados à criança ou ao jovem, evitando mudanças desnecessárias* - aqueles têm direito a manter-se na sua comunidade, manter os amigos e os vizinhos, sendo que a sua deslocação para longe da sua área envolvente apenas se justifica se for de encontro ao seu superior interesse.

É necessário na fase introdutória ter consciência que a elaboração de um projeto *implica saber onde estou ou qual o ponto de partida, com que recursos posso contar e que procedimentos vou utilizar para alcançar as metas, mediante a realização de actividades que desenvolvam os objectivos programados a curto, médio e longo prazo* (Serrano, 2008).

Relativamente à estrutura do relatório, que obedece a uma lógica específica, aplica-se um seguimento cronológico: apresento em primeiro lugar a problemática teórica, com todos os conceitos e teorias a si elencadas, começo por abordar a questão do risco na infância, a partir de uma conceptualização que se desenvolverá para uma abordagem do conceito segundo um problema social e/ou sociológico. A partir daqui serão discutidas as respostas existentes face ao risco, passando pelo conceito de resiliência até ao papel que as instituições têm na vida das crianças e jovens e que influências exercem na transição para a vida adulta, com toda a bagagem conceptual que esta temática acarreta: o respeito pelos direitos da criança e das suas famílias; a adequada cobertura das necessidades básicas da criança ou jovem; a escolarização e alternativas educativas; os cuidados de saúde; a integração social; a preparação para a autonomia; o apoio às famílias e por fim a construção do projeto de vida (desenvolvimento integral e escolarização).

Posto isto, farei uma abordagem ao quadro jurídico e institucional, relacionando aqui alguns pressupostos da legislação portuguesa acerca dos direitos da criança, assim como o estatuto da mesma ao longo dos tempos, bem como será feita uma interpretação da *Associação Protectora da Criança* enquanto organização.

Numa fase seguinte e mais avançada do relatório, insere-se a estratégia técnico-metodológica, o modelo de análise e o tratamento dos dados que, sob forma de capítulos distintos concentram em si todo o processo de aproximação ao terreno, os contactos efetuados

e a descrição dos aspetos relevantes do estágio curricular efetuado naquela instituição. Foram igualmente descritos os instrumentos de recolha e análise de informação que fui utilizando por considerar os mais adequados a este tipo de investigação, sendo eles a técnica da observação direta, a entrevista, a análise documental e foram levadas a cabo algumas conversas informais. Assim, a opção efetuada em termos de paradigma, recai na investigação qualitativa, na medida em que se torna necessária a construção de conhecimento, através das representações dos sujeitos que participam na investigação, neste caso as crianças, uma vez que a realidade objetiva nunca pode ser captada, podendo apenas, conhecer uma determinada realidade através da sua representação. A metodologia qualitativa permite-nos a compreensão da realidade na sua complexidade, como iremos ver ao longo do ensaio.

Importa ainda salientar que o capítulo da *Apresentação e tratamento de dados* encontra-se dividido em três subcapítulos: *O período de estágio – adaptação e participação*, onde descrevo as rotinas da associação, as atividades levadas a cabo pelas crianças e jovens naquele espaço, as regras a cumprir, bem como elaboro uma descrição dos espaços físicos – interior e exterior – da mesma. O segundo subcapítulo diz respeito ao *Desenho do Projeto Investir no Futuro*, sendo que descreve as atividades e dinâmicas que elaborei para as crianças e jovens da associação. Por fim encontra-se o subcapítulo destinado à *Análise de conteúdo das entrevistas* que efetuei.

Por último, insiro no discurso as minhas considerações finais, que elencam todas as conclusões que consegui retirar da experiência do estágio curricular, bem como da realização do referente relatório.

CAPÍTULO I.

Problemática teórica de enquadramento, teorias e conceitos teóricos a mobilizar

*O Ser Humano aprende na medida em
que participa na descoberta. (E. Sábato)*

A família desempenha desde sempre um papel fundamental enquanto agente de socialização e educação de uma criança e de um jovem. O núcleo familiar é, desta forma, o seu contexto educativo onde aprende e sente as normas, valores sociais, culturais e emocionais. A família assume então um papel de transmissão das regras e valores da sociedade, possibilitando deste modo que as crianças adquiram responsabilidade social, assim como competências para o desempenho de papéis sociais. *Podemos então considerar que esta instituição social é o mais forte vínculo afectivo que cada indivíduo possui na sua vida. Neste contexto de educação e socialização a família é um garante de segurança, de autoridade e de integração social. Assim sendo podemos afirmar que uma criança cresce com qualidade de vida quando este crescimento é acompanhado de afecto, segurança e perspectivando uma autonomia de vida plena* (Pacheco, 2010). Apesar destes pressupostos, nem sempre tal acontece desta forma, uma vez que nem todas as famílias conseguem manter um ambiente estruturado na medida em que *são entidades dinâmicas que estão sujeitas a mudanças e factores imprevisíveis, pressões e exigências, que podem levar a que o sistema familiar se desagregue, ou que se modifique no sentido de ganhar uma nova homeostase (...) mas enquanto umas famílias conseguem ultrapassar as crises recorrendo aos recursos internos, o mesmo não se passa com outras famílias que necessitam de apoio exterior para as ajudar a superar as dificuldades, de forma a restaurarem o equilíbrio.* (Gomes, 2010). Estes recursos internos passam igualmente pelo apoio que é prestado aos menores, que constitui a temática central do presente ensaio. Importa a este respeito lembrar que todas as crianças, para além de seres vulneráveis, passam por dificuldades durante o seu crescimento e desenvolvimento. Estas são inevitáveis, por mais que os pais as protejam ou, por maior que seja a vigilância e o cuidado da escola, pois tal como refere Rodrigues, *crescer é para a criança uma tarefa difícil e por vezes infeliz, devido à sua falta de experiência (...) há grupos que são duplamente vulneráveis devido à existência de circunstâncias específicas ou potenciais da sua vida*

pessoal, familiar, social ou económica. São estas crianças e jovens que, perante situações de grande vulnerabilidade, ficam expostas a situações de risco. Assim, irei dar continuidade à discussão teórica fazendo uma abordagem da questão do risco na infância, conceptualizando o conceito.

Vivemos numa sociedade marcada por uma série de incertezas, paradoxos e riscos socialmente produzidos que se tornam mais visíveis através dos meios de comunicação e informação, que têm um papel importante no que se refere à sensibilização das comunidades para os problemas sociais que afetam nomeadamente as crianças, tendo por isso este assunto cada vez mais preponderância no que respeita à discussão pública na nossa sociedade, originando assim uma série de representações acerca da questão do risco. Ao mesmo tempo, vão surgindo (re)construções em torno do conceito de infância, de acordo com as várias dimensões daquele conceito e as múltiplas condições de ser criança, tendo em linha de conta que este estatuto foi-se alterando ao longo dos tempos, denotando-se uma evolução do mesmo – de sujeito ignorado, a sacralizado em determinadas partes do mundo e ainda encarada como um bem de valor económico noutras, a criança vê-se hoje plena de direitos, sendo alvo de preocupação por várias entidades.

As crianças, conceito central desta problemática, são por natureza muito vulneráveis, estando assim expostas a riscos acrescidos. Quando nascem são incapazes de sobreviver pelos seus próprios meios, têm uma grande necessidade de estabelecer vínculos afetivos com a figura materna e têm também de se acomodar às diversas situações (Penha, 1996). O grupo familiar é o primeiro contexto de socialização da criança, é onde esta satisfaz as suas necessidades primárias e físicas, como a alimentação, o abrigo e a proteção; e também as necessidades sócio-afetivas, como a interação, o afeto, a estimulação e a aceitação (Penha, 1996). Assim, pode considerar-se que criança em risco é aquela que pelas suas características biológicas e/ou pelas características da sua família está sujeita a grandes probabilidades de vir a sofrer de omissões e privações que podem comprometer a satisfação das suas necessidades básicas sejam elas de natureza social ou afetiva (Penha, 1996).

Apesar dos progressos alcançados nas últimas décadas nos domínios da educação, da saúde, e da proteção social e jurídica de crianças, persistem na nossa sociedade frequentes e preocupantes violações dos mais elementares direitos da criança. Quando nos referimos a crianças em risco, pensa-se em situações de violência, de abandono, de negligência, de exploração, de abuso e de maus-tratos, de que são alvo em contexto familiar. Pensa-se também na prática de condutas desviantes por parte destes, como sejam: a toxicodependência, o alcoolismo, a criminalidade e a delinquência juvenil. A institucionalização só pode ser

encarada como uma medida de proteção, depois de esgotadas as alternativas, da mesma forma que a adoção é a solução do fim da linha. O regime institucional surge assim em resposta a situações de pobreza, orfandade e abandono das crianças, sendo que, por outro lado, oferece acolhimento a crianças e jovens provenientes de famílias com fracos recursos e/ou comportamentos desviantes. As práticas institucionais devem ser orientadas pelas necessidades individuais das crianças e jovens, dando a conhecer os seus direitos e os da sua família, tratando-os como seres únicos, respeitando a sua individualidade numa lógica de respeito pela sua dignidade. É por isso fundamental haver um apoio afetivo estável nos primeiros anos de vida para o desenvolvimento adequado da criança, ressaltando possíveis fatores perturbadores desse percurso e suas consequências ao nível do comportamento e desenvolvimento afetivo. Assim, os primeiros anos de vida são fundamentais para a construção da personalidade: ao longo dos primeiros seis meses de vida a criança vai compreendendo que existe o outro, começando também a aprender que o outro gosta de si. Este sentimento deve ser interiorizado com suficiente segurança para que o desenvolvimento possa prosseguir de forma adequada.

Se a criança não for capaz de estabelecer uma vinculação segura terá dificuldade em atingir uma verdadeira autonomia, assumindo atitudes imaturas de ansiedade perante a frustração, recorrendo a uma aceitação imediata na tentativa de preencher o vazio que sente. Surgem então sentimentos como a impulsividade, a dificuldade em refletir e a possível tendência para certas dependências que contribuem para desencadear possíveis desvios no desenvolvimento e no comportamento, que se devem sobretudo a perturbações no percurso de vinculação afetiva. Só o preenchimento eficaz desse “vazio” afetivo pode favorecer o crescimento harmonioso da criança, sendo que para isso deve manter-se na família um equilíbrio dinâmico e uma comunicação saudável. Apesar disto, existem vários fatores de risco que favorecem a quebra do equilíbrio no seio da família, como por exemplo a violência intrafamiliar (física e/ou psicológica); graves conflitos conjugais; divórcios litigiosos; ruturas sucessivas; alcoolismo; toxicodependência; maus tratos; abuso sexual; perturbação psiquiátrica parental (depressão materna, psicoses, psicopatias); negligência ou ainda graves carências socioeconómicas. Os desvios comportamentais apresentados pelas crianças resultam da instabilidade familiar, traduzindo-se em situações de insucesso escolar, défice de atenção, agressividade, impulsividade, baixa resistência à frustração, perturbações alimentares (polifagia), alterações de comportamento, mentira, furto, toxicodependência ou perturbação de personalidade. Importa a este respeito mencionar que a reparação destas falhas, resultantes de disfunção familiar, dificilmente será conseguida com a retirada abrupta do seio familiar,

com a institucionalização despersonalizada ou com sucessivas separações de famílias de acolhimento, que gera uma permanente rutura de laços afetivos.

Cunha (2008) e Gomes (2010) apontam três grupos de fatores de risco mais comuns. O primeiro é referente às crianças, o segundo grupo de fatores relaciona-se com os pais e, por fim, as situações de crise familiar compõem o terceiro grupo.

Os fatores de risco nas crianças prendem-se com a idade e com a vulnerabilidade associada a esta; as crianças fruto de uma gravidez indesejada ou mãe muito jovem, solteira ou sozinha, normalmente sem familiares ou apoios sociais; separação da mãe no período pós parto; uma situação de gémeos; uma não correspondência com as expectativas dos pais constitui o desencadeamento de situações que podem estar associadas à existência de doenças crónicas, deficiências, atrasos mentais, necessidades educativas especiais e por fim alterações de comportamento ou insucesso escolar por parte das crianças.

Em relação aos pais, os fatores de risco relacionam-se com um baixo nível socioeconómico, de escolaridade, cultural e pobreza geracional; história pessoal e familiar de maus tratos; exposição dos pais a modelos educativos desadequados; idade inferior a vinte anos; atraso mental de um ou ambos progenitores; existência de personalidades imaturas, impulsivas, com fraca tolerância a situações de *stress* e às frustrações (o que se pode encarar como problemas de personalidade); ausência de hábitos laborais e/ou dependência económica de outrem; instabilidade relacional, nomeadamente no que se refere a mudanças frequentes de parceiros (o que pode levar a uma descontinuidade e confusão relativa à figura parental por parte da criança); e por fim os antecedentes de criminalidade ou comportamentos desviantes bem como hábitos de alcoolismo e/ou consumo de drogas, compõem os fatores de risco referentes aos progenitores.

Atualmente, e numa sociedade em que os direitos humanos são uma prioridade, é cada vez mais importante dar o devido valor àqueles que darão continuidade às sociedades. É neste contexto que surge em 1989 a *Convenção sobre os Direitos da Criança* (CDC) por meio das Nações Unidas, que assenta em quatro pilares: o da não discriminação; o interesse superior da criança; a sobrevivência e desenvolvimento e por fim a opinião da criança. Não sendo apenas uma declaração de princípios gerais, quando ratificada, os países aderentes devem adequar as normas de Direito interno às da Convenção, de modo a garantirem a proteção e promoção dos direitos e liberdades ali presentes. Portugal fê-lo no ano de 1990. É neste sentido que se vão desenvolvendo vários estudos acerca da temática em questão, nas diversas áreas científicas.

As regularidades sociais estão na base de grande parte dos estudos sociológicos, ao mesmo tempo que outros apostam no estudo das singularidades sociais. Ambas pertencem ao

campo de trabalho dos sociólogos, sendo que contribuem para conhecer melhor a realidade social. Assim, *o que a sociologia faz é procurar combinar, de forma cognitivamente produtiva, a análise das regularidades e das singularidades sociais* (Costa, 2003). Tal como já foi referido anteriormente, o papel que a criança tem vindo a adotar na sociedade sofreu várias mudanças, que muito se ficaram a dever à forma como se encara o seu estatuto na mesma. Assim, os estudos que se foram desenvolvendo no campo da sociologia demonstram que quanto menor é o peso demográfico das crianças no total da população, maior parece ser o interesse sobre a situação. Ou seja, quando nasciam muitas crianças, estas tinham um papel social pouco relevante, chegando mesmo a ser desprezadas; atualmente, numa sociedade onde os indivíduos ponderam acerca do número de filhos a ter, sendo este número cada vez menor, existe uma representação social da infância moderna elencada no exercício de uma cidadania plena, existindo um certo *bem-estar infantil* (Almeida, 2000 cit. Carvalho et. Ferreira, 2009). Apesar da existência de uma nova representação social da condição da criança, na qual se evidencia cada vez mais a garantia, promoção e a proteção dos seus direitos, problema está quando se quebra aquele bem-estar.

Nunca se dispôs de tantos meios para assegurar melhores condições de vida da população, sendo por isso essencial compreender as razões que levam muitas sociedades se verem a braços com problemas sociais, tendo sempre em linha de conta a dualidade entre o individual e o social, bem como a ambiguidade que emerge nas sociedades. A este respeito, é primordial lançar para a discussão a questão dos riscos a que uma sociedade está sujeita, relembrando que importa compreender se são os riscos que terão aumentado ou se, por outro lado, a perceção dos indivíduos acerca deles é que se alterou. Uma vez que ambas afirmações dizem respeito a um único objeto, o cruzamento entre ambos é fundamental no que diz respeito à análise social sobre a infância. Esta questão converge no âmbito da existência de sociedades fortemente mediatizadas onde *os sistemas simbólicos adquirem uma função primordial na ordenação das questões sociais e das visões colectivas sobre o mundo, constituindo parte fundamental da própria realidade* (Carvalho et. Ferreira, 2009). É nesta linha de pensamento que Beck (1992) aponta para uma consciencialização crescente dos riscos, ou seja, mais do que o eventual aumento dos perigos sociais, assiste-se atualmente ao aumento da sua representação no quotidiano devido à mediatização que muitas ações adquirem hoje em dia, a juntar a isto, tem-se vindo a verificar que os riscos só são debatidos politicamente e só adquirem visibilidade quando os efeitos da sua disseminação já ganharam forma.

Tradicionalmente, o estudo acerca dos riscos demonstram que estes afetam todos os seres humanos, uma vez que se relacionam com os fenômenos naturais, apesar de, mesmo neste campo, o nível de vulnerabilidade ser diferente, dadas as diferentes localizações geográficas, por exemplo. Importa ainda acrescentar que a abordagem dos riscos esteve outrora ligada a fenômenos de sorte ou azar e castigo divino que ultrapassavam o ser humano. O debate sociológico não vai de encontro a estas perspectivas, mas tenta antes compreender como há maior ou menor predisposição em certos locais ou grupos para haver riscos, distinguindo-se então através de uma abordagem é direcionada para os mecanismos de vulnerabilidade: a discussão é conduzida no sentido da definição das dimensões de vulnerabilização, evitamento dos riscos, entre outros. Ao mesmo tempo que este debate se afirma, afirmam-se também políticas para a ultrapassagem das dinâmicas de vulnerabilização, é fundamental compreender que os riscos afetam de forma diferenciada os indivíduos mesmo que estes se encontrem na mesma situação social. Uma vez deixada de parte a ideia de que os riscos se relacionam com questões de sorte ou azar e punição divina, assume-se a existência de prevenção pública, através da política pública e/ou social. Evolui-se para uma abordagem acerca dos riscos como processo de vulnerabilidade, conceito processual e noção que se constrói num campo mais duradouro. Há então uma passagem do risco para a vulnerabilidade que, muito mais que uma mudança de conceito, é um construído que não afeta todos os agentes sociais da mesma forma. Enquanto face aos riscos apenas se consegue dar respostas, à vulnerabilidade é possível dar uma resposta antecipada, sendo permitido prever e resolver a situação através de políticas, evitando assim que determinadas situações cheguem a concretizar-se. Relativamente à infância, a abordagem do risco social centrou-se nas questões problemáticas segundo as quais a vida das crianças ou o seu bem-estar, desenvolvimento físico, emocional e psíquico se encontravam em situação de perigo por influência do meio social na qual aquelas se encontravam, sendo este último elemento o definidor do grau de vulnerabilidade ao risco.

Em sociologia, o conceito de risco é amplamente desmistificado por Ulrich Beck, numa lógica de negação do pós modernismo e aceitação de que estamos a crescer numa “sociedade de risco” que tem vindo a substituir a antiga sociedade industrial (até aos anos 60). Assim, *o que os pós-modernos vêem como o caos, ou falta de padrões, Beck vê como risco ou incerteza* (Giddens, 2004). Salientando que todas as atividades humanas têm subjacente a questão do risco, o autor não analisa este fenómeno segundo as ações, mas sim de acordo com as organizações sociais. Deste modo, Beck demonstra que na sociedade atual existem inúmeros riscos (dos quais só se consegue ter consciência através do desenvolvimento da

ciência e da tecnologia, sendo estes os responsáveis pelas novas situações de risco – pós anos 60) que afetam várias decisões quotidianas. Segundo o autor, os riscos ganham forma a partir daquilo que o próprio designa de *efeito boomerang*. Ou seja, os riscos gerem situações de perigo que afetam diversas camadas da sociedade de forma diferente, com uma tendência para afetar os mais vulneráveis. Ainda assim, denota-se cada vez mais um maior controlo e prevenção do risco, que culturalmente construídos, não são provenientes da natureza e por isso os indivíduos dão cada vez mais importância ao risco, havendo a capacidade de adaptação a ele.

É apenas a partir da década de 80 que, por meio de Horowitz (1992), a questão do risco começa a ser associada a estudos acerca do desenvolvimento humano. Assim, começou a ser essencial definir e identificar os fatores de risco ou as adversidades, de modo a conseguir entender a influência que as mesmas exerciam no desenvolvimento das crianças e jovens. O objetivo era desenvolver intervenções que pudessem reduzir os problemas de comportamento daquela população. É na década de 90, e com o intuito de dar continuidade às pesquisas elaboradas anteriormente, que, no âmbito do *Rochester Risk Program*, Sameroff, desenvolveu uma lista de adversidades que foram identificadas e utilizadas para determinar o nível de exposição (numa escala de 0 a 10) ao qual a criança ou jovem em situação de risco está sujeita (Haggerty & cols., 2000). Tal como já evidenciamos acima, as crianças que vivem em ambientes mais vulneráveis – contextos de desemprego, desestruturação familiar, carências económicas, desordens afetivas ou antissociais, minorias sociais ou ainda problemas de saúde e acesso a ela (prematuridade, desnutrição, lesões cerebrais, esquizofrenia, entre outros) tendem a ser consideradas crianças em risco. Deste modo, atualmente tem vindo a tornar-se uma prática comum identificar crianças e jovens em situação de desadaptação e insucesso ao longo da sua vida devido aquelas adversidades em que se encontram ou encontravam expostos, estando por isso vulneráveis à situação de risco.

Buckle e colaboradores (2001) definem o risco como uma predisposição para uma situação que tem potencial para desencadear danos ou perdas. Tradicionalmente, o risco era encarado como um conceito estático, sendo um fator que levava a um resultado negativo. De acordo com Rutter (1987, cit. in Judge, 2005), o risco deve ser tido em conta enquanto processo, pois uma condição de risco não pode ser assumida em primeira instância como afetando apenas negativamente o desenvolvimento sem que antes se considere a existência de outros fatores mediadores.

Masten (1994, cit. in Andrade, 1999) refere-se ao risco como um elemento associado a uma elevada probabilidade de ocorrência de resultados indesejáveis. O autor justifica ainda

que o risco é um conceito estatístico que, a ser adequadamente utilizado, não se deve referir a um indivíduo mas sim a grupos de indivíduos. Deste modo, podemos concluir que uma criança ou um jovem que pertence a um grupo de risco não está, necessariamente em situação de risco. Dizer o contrário pode tornar-se uma afirmação determinista, uma vez que o facto dessa criança ou jovem pertencer a um grupo de risco específico não significa que venha necessariamente a apresentar problemas de adaptação, apesar de se encontrar numa situação de vulnerabilidade.

O processo de institucionalização pelo qual qualquer criança ou jovem atravessa, independentemente da razão que lhe está subjacente advinha riscos visíveis, que ocorrem em todos os períodos nos quais este processo se desenvolve: no período de pré-acolhimento, no período de acolhimento e no período de saída e pós-colocação. Uma vez sinalizada, a criança ou jovem entra no sistema de proteção, passando assim a ser *etiquetada como criança ou jovem em risco, adquirindo um estatuto social desvalorizado* (Dias, 1997, cit. in Quintãs, 2009). A perceção generalizada destas crianças e jovens em risco desencadeia, não raras vezes, processos de construção de estereótipos e preconceitos que conduzem a situações de discriminação e estigmatização de uma população já por si só vulnerável (Taylor, 2004). Segundo a tipologia de Becker, existem dois tipos de análise acerca do comportamento: aquele que se desenvolve sobre si mesmo, que se refere aquilo que o próprio indivíduo realmente faz; e os comportamentos cruzados com as representações, que dizem respeito ao estigma, às representações sociais e os juízos de valor que uns indivíduos têm em relação a outros. O estigma existe porque a sociedade lança sobre o indivíduo representações que não são, na realidade, verdadeiras, mas que, pelo facto de pertencerem a um dado grupo é rotulado de uma determinada forma. De maneira a combater os riscos, a abordagem centra-se numa passagem das proteções civis, que são organizadas de forma preventiva, para as proteções sociais, organizadas de forma compensatória.

Atualmente, a condição juvenil é fortemente marcada por sentimentos de insegurança e incerteza relativamente ao futuro. Estes sentimentos resultam do alargamento da idade da adolescência e o adiamento da vida adulta, imposto pela sociedade, e que se deve, em grande parte, ao alargamento da escolarização. Posto isto, é possível admitir que os riscos a que os jovens estão sujeitos são muito maiores, não só em termos de imprevisibilidade do futuro profissional, mas também no que diz respeito às relações sociais. A crescente individualização e a dissolução ou debilitação dos laços comuns ou sociais constituem elementos de agravamento do risco, ao mesmo tempo que o jovem se sente cada vez menos suportado pelas instituições sociais, principalmente no que diz respeito a questões como o emprego e a

inserção na vida profissional. Estas dificuldades são ainda acrescidas quando os jovens não possuem habilitações literárias suficientes e quando transportam consigo o estigma criado pela própria sociedade, embora não esquecendo que esta problemática atravessa todos os estratos e grupos sociais, tendo uma dimensão global. Para além das questões da empregabilidade, a transição para a vida adulta acarreta consigo elementos como a emancipação económica e familiar, ou seja, a obtenção de autonomia social. De acordo com alguns autores, esta transição não pode ser encarada como um processo linear, ou seja, o mesmo é dizer-se que não existe uma única forma de transição, mas sim, formas, apontando-se para o facto dos modos de existência juvenil serem caracterizados por uma série de ruturas (descontinuidades) e percursos bastante diferentes uns dos outros. Deste modo, a própria juventude não pode ser encarada como um fenómeno sociologicamente homogéneo, uma vez que falar dela como unidade torna-se restritivo, sendo por isso mais correto distinguir juventudes, tendo sempre em linha de conta a sua diversidade, entre aqueles que abandonam os estudos mais cedo e iniciam a sua vida profissional e os que, por outro lado, adiam a inserção no mercado de trabalho e prosseguem com os estudos. Esta transição para a vida adulta é amplamente assinalada pela demarcação de laços e posições antigas, que se opera segundo duas realidades: a representação do *eu* e as imagens parentais, ou de referência interiorizadas. Trata-se por isso de uma tomada de consciência que conduz à formação de relações interpessoais estáveis, ao mesmo tempo que a formação da identidade sexual é o veículo unificador daquelas relações sociais. O sujeito *desenvolve um sentimento de indiferença perante a sua própria sobrevivência, e constitui um eu que se afasta da sociedade que o expulsou ou recusou, através de uma interiorização constante do insucesso, de incapacidades ou do impedimento face a oportunidades. Desta forma, sucede-se uma desmarcação individual, ainda que tendencialmente seja feita em grupo, do mundo valorizado pela norma social, mas que o desvaloriza a si* (Moura et al, 2005).

Seguindo a linha de pensamento e repescando o conceito de risco, insere-se agora o conceito de resiliência, que surge ligado ao anterior, não fosse este conceito fruto dos estudos acerca da questão do risco, surgindo assim numa lógica de solução ao “problema”. Tal como vimos anteriormente, devido ao seu contexto social, algumas crianças e jovens vêm-se obrigadas a enfrentar uma série de adversidades, que as podem colocar em situação de risco. A par disto, através de estudos realizados com crianças e jovens, surge o conceito de resiliência, definido como *a capacidade destes, quando expostos a factores de risco, ultrapassarem esses riscos, adaptando-se positivamente* (Rak & Patterson, 1996, cit. in Drapeau et al., 2007). O conceito surge então como uma capacidade de adaptação por parte do

indivíduo, que lhe permite superar as adversidades com sucesso. Estas adversidades são encaradas como o risco, que remete para os acontecimentos negativos que surgiram na vida de um indivíduo, acontecimentos esses que estão associados a dificuldades de adaptação positiva, normalmente entendida como uma competência social ou sucesso ao nível do desenvolvimento de tarefas significativas.

De acordo com Luthar et al (2000), os estudos acerca da resiliência podiam ser elencados em três pilares distintos, sendo que o primeiro diz respeito aos processos de proteção e vulnerabilidade, que afetam as crianças consideradas em risco e operam em três níveis gerais: influências ao nível da comunidade, da família e da criança. O segundo coloca em grande plano perspetivas que enfatizam as combinações entre o contexto e o indivíduo em desenvolvimento, conceptualizando os contextos (família, comunidade e cultura) como interdependentes, interagindo ao longo do tempo e tendo influência sobre o desenvolvimento e a adaptação do indivíduo a diferentes níveis. O terceiro pilar diz respeito à existência de uma continuidade e de uma coerência no desenrolar da competência ao longo do tempo. Deste modo, e de acordo com Martins (2005), a resiliência evidencia-se como *uma capacidade global da pessoa para manter um funcionamento efectivo face às adversidades do meio envolvente ou para recuperar nessas condições, bem como uma boa adaptação nas tarefas do desenvolvimento de uma pessoa, como resultado da interacção entre o sujeito e a adversidade do meio ou um envolvimento de risco constante*. A par do conceito de resiliência surge o acolhimento institucional, que se foi tornando numa solução a fim de colmatar situações de risco, ao mesmo tempo que impulsiona o desenvolvimento da criança ou jovem a fim de atingir a *um funcionamento efectivo face às adversidades* que Martins refere.

O acolhimento institucional de qualquer criança ou jovem deve obedecer a determinados pressupostos legais que legitimam e justificam a adoção desta medida. Assim, o acolhimento apresenta-se aqui como outro conceito, no sentido em que se trata de uma medida de apoio e proteção às crianças contra os maus tratos, a negligência e/ou incapacidade dos progenitores ou figuras cuidadoras, que impedem o desenvolvimento adequado das mesmas. A sociedade portuguesa é muito afetada por problemas, como o alcoolismo, a toxicodependência, o aumento da violência, a subida do desemprego que tem como consequências a pobreza e as más condições de vida que se traduzem num número cada vez mais elevado de famílias marcadas pela desestruturação com tendência para serem cada vez mais disfuncionais. Todos estes fatores contribuem para que a segurança social e os técnicos prestem maior atenção a famílias com estes problemas e sinalizem os menores provenientes deste meio como crianças e jovens em risco. O acolhimento destes menores visa a sua

proteção mediante a situação em que se encontravam expostas mas também procura proporcionar condições para proteger e promover a segurança, a saúde, a formação, o bem-estar assim como o desenvolvimento integral, garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens acolhidos e também a colaboração com as entidades envolvidas no processo.

Nas várias vertentes que englobam o sistema nacional de acolhimento, e de acordo com o *Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*, 6.268 iniciaram o acolhimento nos últimos anos. Só no ano de 2012, 2.289 crianças e jovens viram o seu processo de acolhimento iniciado, mais 177 em relação a 2011. Verifica-se por isso uma redução de 4,3% do número global de crianças institucionalizadas em Portugal naquele ano, onde se contabilizou 8.938 menores em acolhimento. Ainda assim, o número de crianças e jovens que entraram no sistema de acolhimento foi inferior ao número dos que saíram do sistema. Em 2012 deixaram de estar institucionalizadas 2.590 crianças e jovens, dos quais 872 cessaram o acolhimento no mesmo ano em que o tinham iniciado. Verificou-se ainda que 49% das crianças e jovens que estiveram em situação de acolhimento por menos de um ano têm até onze anos de idade; 47,6% dos casos regressam à família nuclear; 17% foram integrados em família candidata à adoção; 16% teve reintegração junto de outros familiares; 7,1% dos casos foi viver sozinho e por fim 4% foi acolhido em lar considerado indóneo. Entre 2006 e 2011 verificou-se uma diminuição de 30,1% do número de crianças e jovens em acolhimento (de 12.245 crianças e jovens em 2006 para 8.938 em 2011).

De acordo com o *PORDATA*, base de dados estatísticos portugueses, em 2011 havia um total de 274 menores em instituições tutelares, sendo 210 maiores de dezasseis anos, e os restantes com idades compreendidas entre os doze e os quinze anos. Quando se inicia a análise daquilo que está na origem do acolhimento, verifica-se que na maior parte dos casos, os maus tratos, o abandono, a ausência de supervisão e acompanhamento familiar, a ausência ao nível da saúde e da educação e a exposição das crianças e jovens a modelos parentais desadequados estão na base daquela situação. Normalmente, a medida adotada é de acolhimento prolongado, que se revela uma solução inviável em muitos casos, na medida em que não permite que as crianças e jovens cresçam e se desenvolvam no meio natural, integrados na família biológica, adoção ou tutela. Por isso mesmo, é necessário que o Estado e a Sociedade civil assegurem o reforço técnico, organizativo e funcional dos lares de infância e juventude, apostando nas competências técnicas dos recursos humanos (plano *DOM- Manual de Protocolos com Lares de Infância e Juventude 2007*). Relativamente às condições institucionais pretende-se que estas permitam às crianças e jovens viver num lar de acolhimento, usufruindo dos seus direitos e tendo garantidas as necessidades de bem-estar,

proteção e desenvolvimento pessoal (plano *DOM- Manual de Protocolos com Lares de Infância e Juventude 2007*).

As instituições que acolhem crianças e jovens em risco, devem ser um instrumento fundamental no acesso à educação, à cultura, à autonomia dos seus residentes e ser também um espaço de interação social e de comunicação. O regime deve ser aberto e o ambiente acolhedor de modo a ser o mais familiar possível. Assim, na *Associação Protectora da Criança*, na tentativa de fazer face à problemática social e ao crescente número de crianças e jovens em perigo, procura-se criar condições que permitam um acolhimento integral e harmonioso de cada elemento da instituição até à concretização do seu projeto de vida. É desta forma que se tem verificado que as instituições de solidariedade têm um papel fundamental neste âmbito, tentando responder às carências, ao mesmo tempo que procuram dar alento a estes problemas, uma vez que o Estado não tem capacidade para o fazer. Estes espaços acolhem as crianças e imprimem o seu cunho, de forma a modificar a sua conduta externa, sempre num ambiente o mais familiar possível. Para isso, seria desejável que cada lar conseguisse acolher um número reduzido de crianças e jovens - sendo doze o número mais indicado - para que se conseguisse aproximar o mais possível de um modelo familiar, onde cada interno tivesse oportunidade de usufruir de uma relação de afeto e segurança que engrossasse o seu desenvolvimento integral. Infelizmente, hoje em dia o sistema não consegue dar este tipo de resposta dada a existência de um elevado número de crianças em situação de risco e reduzido número de lares. É por isso mesmo que em Portugal se assiste hoje à coexistência de dois tipos de instituições: lares de infância e juventude com elevado número de crianças e equipas técnicas e educativas com um reduzido número de elementos, cuja função é colmatar as necessidades básicas de alimentação e higiene, não tendo espaço para satisfazer outras necessidades biológicas, afetivas e sociais das crianças e jovens e, ao mesmo tempo, outros lares e instituições de pequena dimensão, com equipas devidamente dimensionadas que conseguem desempenhar um papel fomentador do modelo familiar contido e securizante, onde todos os projetos se situam em torno das necessidades das crianças e jovens, de modo a satisfazer as suas necessidades afetivas, emocionais e tendo em vista os seus interesses superiores onde há espaço para a participação do interno e mesmo da sua família, sempre que tal se torne possível.

Todas as crianças que estão inseridas em instituições de acolhimento devem dispor de um plano no qual se defina o contexto em que se pretende integrar a criança, salvaguardando sentimentos de segurança e estabilidade, não podendo a institucionalização ser considerada

como alternativa definitiva. É por isso consensual a necessidade do processo de desvinculação institucional enquanto parte relevante do acolhimento institucional.

As possibilidades na saída do acolhimento institucional são três (Junta de Castilla Y León, 1995; Sánchez Redondo, 1996 cit. Valle, 2000):

- A criança regressa à sua família biológica, isto é, processa-se a uma reunificação familiar;
- A criança integra uma família diferente da sua, podendo as modalidades desta integração ser o acolhimento familiar permanente ou adoção;
- Não havendo possibilidade da criança regressar à sua família nem ser integrada noutra, deve-se preparar a criança para um processo independente, até alcançar a maioridade, isto é, a autonomização.

Segundo o Plano *DOM* (2007), a instituição deve assegurar o desenvolvimento da criança de uma forma saudável e harmoniosa e não desprezar o papel das relações familiares, e da importância que estas podem ter. A instituição deverá ter uma dupla função: mediar as relações que estabelecem (escola, saúde, amigos...) e construir-se como uma referência positiva, orientadora e promotora de boas práticas parentais (plano *DOM- Manual de Protocolos com Lares de Infância e Juventude* 2007). Ainda assim, importa referir que as crianças da *Associação Protectora da Criança* não possuem qualquer retaguarda familiar ou são originárias de um núcleo que não é estável, o que torna quase impossível o retorno destas às suas famílias de origem e apesar de alguns internos receberem visitas dos pais, assiste-se à obtenção da maioridade e permanência na instituição, que se pode verificar desde já pelo número de crianças e jovens com idades avançadas e que se encontram na instituição há mais de cinco anos.¹ Neste sentido, acrescento que existe uma necessidade crescente de respostas que assegurem a transição para a maioridade e para a vida autónoma. Esta questão da autonomia ganha contornos particulares na adolescência, sendo uma das tarefas de desenvolvimento psicológico fundamentais. É através do desenrolar progressivo do processo de autonomia, na sua tripla dimensão: emocional, comportamental e de valores; que o adolescente assegura a sua identidade e afirma a sua diferença face aos que o rodeiam (Fleming, 2005, cit. Plano *DOM*, 2007). Esta ação deverá ser intensificada quando a alternativa de desinstitucionalização der início a uma vida independente e autónoma, através

¹ Ver anexos – gráfico 2- *Distribuição de crianças/jovens pelo tempo de permanência em acolhimento residencial* e quadro 2 – *Caracterização das crianças da APC*

de dinâmicas promotoras de autonomia, assente no ensaio de algumas das práticas e rotinas da vida diária que os jovens viverão no exterior, quando saírem da instituição.

Quando se procede à dinamização de projetos de vida de autonomização, há que ter em conta, segundo o manual do plano *DOM* (2007), os seguintes aspetos:

- Operacionalização do conceito de *empowerment*, no sentido de uma participação ativa do próprio sujeito, o poder traçar o seu próprio percurso de vida;
- Formação contínua dos jovens, com vista ao desenvolvimento de competências pessoais e sociais;
- Definição de um projeto de autonomização, personalizado para cada jovem, sujeita a uma avaliação contínua;
- Interligação consistente do conjunto de parceiros, que irão auxiliar o jovem na passagem para a vida adulta.

A intervenção poderá variar em função do perfil do jovem a que se destina e da existência de respostas disponíveis (apartamentos de autonomização). Na defesa do superior interesse da criança, a institucionalização surge num contexto de dupla face, uma vez que, por um lado, é encarada como a melhor solução na proteção da criança ou do jovem, sendo que assegura o seu desenvolvimento num ambiente favorável, embora por outro lado, transmite uma série de consequências negativas, motivadas a diversos níveis pela experiência subjetiva de afastamento e abandono relativamente à sua família e pelas atribuições depreciativas e de auto desvalorização (Alberto, 2002).

As instituições devem posicionar-se como um vetor facilitador do desenvolvimento psíquico, tendo em conta que é necessário dispor de meios adequados capazes de produzir e fazer perdurar relações estáveis e afetivas de boa qualidade. Para isso, terão de desenvolver um diagnóstico de modo a conseguirem promover um acolhimento adequado às necessidades de cada criança e jovem. Dispondo de equipas multidisciplinares, as instituições têm de estar capacitadas para trabalharem em rede, através de modelos terapêuticos e educativos adequados à população com a qual trabalha. O Estado tem aqui um papel fundamental no sentido que regula os requisitos de funcionamento, estabelece critérios rigorosos de funcionamento e financia os custos dos lares, para que estes consigam promover um acolhimento de qualidade. Este controlo é efetuado através de visitas periódicas às instituições.

Del Valle & Fuertes (2000 cit. Gomes 2010) desenvolveram uma teoria na qual elencaram alguns princípios fundamentais para a promoção de um acolhimento de qualidade. São eles: a individualidade; o respeito pelos direitos da criança e das suas famílias; a

adequada cobertura das necessidades básicas da criança; a escolarização e alternativas educativas; os cuidados de saúde; a integração social; a preparação para a autonomia; o apoio às famílias; a segurança e proteção; o projeto de vida e finalmente o respeito pelo direito da criança à participação.

De seguida, irei fazer uma abordagem cada um desses princípios, começando pelo primeiro – a individualidade. Cada criança é um ser único com diferentes necessidades e problemas, uma vez que cada uma delas apresenta uma história de vida diferente, reagindo de forma diferente face aos problemas que vai enfrentando. Assim, é imprescindível desenvolver um plano individualizado de intervenção para cada uma delas, de modo a respeitar as suas necessidades, dificuldades, ajudando-as a ultrapassá-las através da definição de estratégias. Estas premissas devem estar presentes logo no primeiro momento em que a criança chega à instituição. Sendo um momento extremamente marcante, a criança deve ser recebida num ambiente calmo e tranquilo, pelo educador que irá ser responsável por ela, uma vez que aquela estará perante um local desconhecido, sentindo-se muitas vezes perdida e insegura. É função da equipa técnica receber a documentação da criança, ao mesmo tempo que deverá tentar recolher informações relativas a hábitos, gostos, vivências, entre outros aspetos sobre a criança junto da família ou dos adultos cuidadores, de modo a facilitar a integração da criança no lar. Deverá ficar igualmente agendado, caso seja possível, um plano de visitas da família, bem como dar-lhe a conhecer as regras da instituição ou outros esclarecimentos.

Conforme a consulta do *Regulamento Interno da Associação Protectora da Criança*, a organização possui uma equipa técnica, constituída por uma psicóloga, uma psicopedagoga e uma assistente Social, que em conformidade têm como algumas das suas funções o papel de promover o acolhimento das crianças e/ou jovens, bem como o incentivo à participação das famílias das crianças nos projetos de proteção das mesmas, colaborar na conceção, observação e avaliação do plano de atividades, a função de elaborar, avaliar e executar o *Plano Socioeducativo* e o *Plano Cooperado de Intervenção* de cada criança e jovem, assim como os seus projetos de vida, entre outros.

É muito importante que a criança consiga, ao longo do tempo, criar laços de afetividade com algum elemento adulto da instituição, com o qual tenha confiança e considere o seu elemento de referência, com quem poderá desenvolver atividades de qualidade juntamente com as demais crianças. Só assim será possível colmatar as deficiências ao nível da afetividade e reparar as situações traumáticas que a criança vivenciou no passado.

Uma vez que estamos perante um ambiente onde coabita um elevado número de pessoas, é necessário ter em conta uma série de regras de organização para que daí resulte

uma convivência harmoniosa, onde todos se respeitem, sem que o direito de individualidade e privacidade sejam postos em causa. Por isso mesmo, deve existir um plano com horários flexíveis, para permitir a adaptação ao ritmo das crianças, nunca esquecendo os limites que devem ser conhecidos por todos. É fundamental que cada criança ou jovem disponha do seu próprio espaço pessoal, onde possa ter as suas coisas, decorando esse espaço a seu gosto, considerando-se por isso que as crianças deveriam possuir quartos individuais, sendo que na impossibilidade desta hipótese, as mesmas se mantenham em quartos conjuntos, sendo estes partilhados por elementos de faixas etárias o mais próximas possível. Outro aspeto a ter em conta é a questão da origem cultural e étnica, que deve ser moldado pela equipa técnica, de modo a levar as crianças e jovens a respeitar e a ser tolerantes com os outros.

Torna-se imprescindível que a criança tenha consciência da sua história de vida, dos acontecimentos que marcaram o seu passado e o porquê de não estar junto da sua família. Só assim conseguirá ultrapassar as dificuldades de vinculação e criar novas relações afetivas. Muitas crianças vêm o seu passado marcado pela passagem por várias instituições, com vários cuidadores, sem terem conhecido um lar estável, o que provoca uma confusão nas suas memórias. *Para facilitar o processo, lança-se a ideia da criação de um livro de vida, com o qual seja possível a criança desenvolver a sua identidade própria, de modo a entender e aceitar a sua história, podendo ser completado à medida que os factos vão sucedendo na vida da criança ou do jovem, acompanhando-o no ato da sua saída do lar. A criança deve ser informada da sua situação, considerando sempre a sua idade, maturidade e capacidade de compreensão dos factos. É importante dar-lhe a conhecer as causas do acolhimento e também as perspectivas futuras* (Gomes, 2010).

Continuarei a abordagem desenvolvendo agora o fundamento relativo ao respeito pelos direitos da criança e das suas famílias. Importa salientar que todas as crianças que se encontram institucionalizadas têm os mesmos direitos que aquelas que se encontram junto das suas famílias. Têm direito a manter o contacto com elas, salvo impedimento do tribunal, bem como com os seus amigos. Sempre com a presença de um elemento da equipa técnica, as visitas da família são agendadas no primeiro contacto entre a criança, a família e a instituição, tal como já vimos acima. É através destes contactos que os membros da equipa técnica conseguem perceber qual o tipo de relação entre os pais ou cuidadores e a criança, salvaguardando o seu bem-estar e avaliando possíveis progressos. Inseridos na comunidade, as crianças e jovens têm o direito a conviver com os seus elementos, de modo a incentivar a sua integração, ao mesmo tempo que, de acordo com a sua idade, devem conhecer os seus

direitos e deveres, participando ativamente na concretização do seu projeto de vida e tomar as suas próprias decisões.

Intimamente ligada com a questão dos direitos das crianças surge a questão da satisfação e adequada cobertura das necessidades básicas da criança. Existe uma panóplia de equipamentos necessários ao desenvolvimento de uma criança, bem como cuidados a ter para um crescimento saudável da mesma. Assim, cada instituição deve reter um conjunto de requisitos que permitam às crianças sentir-se confortáveis. Devendo ser pensada em função das pessoas que nela habitam, uma residência deve conter um mobiliário confortável, resistente e adaptado às idades das crianças e dos jovens que dele usufruem. Relativamente à alimentação, deve ser variada e confeccionada nas instalações da instituição, chegando mesmo a ser interessante fornecer noções de culinária aos jovens, de modo a conseguirem adquirir a sua autonomia.²

Outra questão muito importante é o dinheiro. Torna-se fundamental que as crianças conheçam e tenham acesso a ele e, para isso, de acordo com a sua idade, é pertinente fornecer uma *mesada* ou *semanada*, sendo esta última a opção usada na *Associação Protectora da Criança*. De acordo com a sua idade, cada criança poderá receber de três a cinco euros, dependendo do seu comportamento durante aquela semana, de modo a conseguirem gerir o seu próprio dinheiro.

Uma vez apresentadas todas as condições para uma vida plena no meio institucional, importa agora analisar aquilo que o meio envolvente pode oferecer. A este respeito é possível pensar de imediato na escolarização e nas alternativas educativas. A escolaridade é uma das áreas onde as crianças institucionalizadas apresentam mais dificuldades, o que se deve em grande parte à falta de motivação, estimulação e défices cognitivos que, não sendo regra, devem-se ao historial negativo que atravessaram. É portanto interessante a criação de um plano estratégico que possibilite a ultrapassagem destas dificuldades, através de hábitos de estudo, criação de um local de estudo, procurando ao mesmo tempo fazer desabrochar os pontos fortes da criança. Para a maior parte dos jovens, e tal como pude comprovar durante a minha estadia na associação, após a conclusão da escolaridade obrigatória, buscam novas oportunidades através de cursos de formação profissional nas suas áreas de interesse, potenciando assim os seus pontos fortes e promovendo a sua autonomia.

² Durante o estágio, pude comprovar que pequenos grupos de jovens (2 a 3 elementos) deslocavam-se à cozinha durante o período de férias para aprender a cozinhar. Uma das jovens, diabética, aprendeu a confeccionar as suas próprias refeições, sendo estas diferentes das dos seus colegas. Na Associação, os alimentos são na sua maior parte doados por estabelecimentos de comércio local como a mercearia, padaria e supermercado.

Outro serviço que o meio envolvente oferece relaciona-se com os cuidados de saúde. Muitas das crianças que integram a instituição trazem já consigo algumas patologias para as quais é necessário ter alguma atenção, *há que ter em conta que muitas vezes os maus-tratos e negligência que estas crianças sofreram lhes provocam sequelas e lesões que terão de ser tratadas ou minimizadas através de um tratamento adequado* (Gomes, 2010). Deste modo, importa promover a saúde das crianças e jovens, atendendo às especificidades de cada um, ao mesmo tempo que se deve tomar providências para que os mesmos recebam cuidados médicos que são garantidos pelo Sistema Nacional de Saúde. Para além disto, é importante sensibilizar os internos para questões como a higiene pessoal, a alimentação e, conforme a idade, a sexualidade. Um dos aspetos que pude observar aquando do estágio é a falta de conhecimento de algumas crianças em relação aos cuidados de higiene. Assim, e tal como ali foi desenvolvido, importa alertar as crianças para este tipo de cuidados, fazendo crescer a vontade delas gostarem de si próprias e tratarem de si.

Outro princípio para a obtenção de um acolhimento de qualidade que os autores apresentam na sua teoria é a integração social, que poderá ser a base de todo o processo. A noção de identidade está intimamente relacionada com a questão da integração, uma vez que durante a sua vida o ator social necessita de se identificar com algo constantemente, atingindo desta forma um sentimento de pertença e sentindo-se integrado durante algum grupo. A identidade é construída pelas escolhas e pelos percursos que os indivíduos vão fazendo no seu quotidiano, de acordo com os contextos culturais onde nascem e crescem, sendo que estes vão influenciando as suas escolhas e os seus comportamentos.

Uma vez acolhidas, as crianças e jovens devem participar em atividades desenvolvidas pela instituição e/ou extracurriculares a seu gosto, mas também atividades levadas a cabo pela comunidade na qual se inserem, de modo a que o contacto com esta última seja facilitado e incentivado. É seguindo esta vertente que as crianças e jovens conseguirão ter uma vida similar à dos demais que vivem com as suas famílias, tal como é previsto. A partir daqui serão capazes de estabelecer novas relações de amizade e novas vivências.

As crianças devem ainda ter acesso a jornais, revistas, televisão e internet, utilização que deverá ter sempre o supervisionamento do educador, sendo este um fator para a constituição da autonomia da criança ou do jovem. Repescando o papel do educador, importa referir que a equipa técnica e educativa deveria ser composta por elementos de ambos os sexos, uma vez que é importante favorecer a aprendizagem dos respetivos papéis, tendo em conta que as crianças interiorizam as normas que se supõe corresponderem ao seu sexo biológico, adaptando assim papéis sociais e identidades masculinas e femininas que as

acompanham. Tal aprendizagem é implantada através de agentes como os meios de comunicação e, na ausência da família, dos educadores.

A interação social constitui uma rampa de lançamento para o desenvolvimento e preparação da autonomia por parte da criança, até atingir a idade adulta. Tendo em conta o carácter transitório dos lares, importa encontrar uma situação estável para a criança, de modo a conseguir desenvolver capacidades e competências com o objetivo de criar um futuro sólido com a obtenção de mais-valias e concretização de objetivos. Assim, é essencial potenciar um desenvolvimento e crescimento da criança no sentido da individualização e autonomia, fomentando a sua capacidade de tomar decisões, auto-orientação e responsabilidade social. Estes valores são conquistados através de programas de intervenção e a avaliação dos mesmos, bem como da impressão de algum sentido de responsabilidade na criança ou jovem, de acordo com a sua idade, na medida em que será pertinente a atribuição de tarefas de maior responsabilidade, por exemplo. É necessário ter em conta que os jovens adultos, quando abandonam os lares, não podem contar com o apoio das suas famílias, sendo por isso imprescindível adquirir competências para concretizarem uma autonomização com sucesso.

Um aspeto importante e por vezes esquecido no processo de institucionalização prende-se com o apoio que é dado às famílias, constituindo também ele, um princípio fundamental para um bom acolhimento da criança. A partir do momento em que a criança é acolhida, importa desenvolver um trabalho junto da família, no sentido de ganhar a sua confiança, com o objetivo de aproximação, motivação e sobretudo de melhoramento da relação existente entre a mesma e a criança ou jovem em causa. É necessário ter em linha de conta que o momento da admissão da criança no lar pode desencadear sentimentos negativos nos familiares, visto que se trata de um momento de grande tensão, sendo por isso imprescindível limá-lo no bom caminho. Através de visitas, telefonemas, disponibilidade, vai-se tornando possível trabalhar a vinculação entre as crianças e os seus pais, no sentido de uma relação com qualidade, promovendo ao mesmo tempo uma responsabilização progressiva das famílias.³

Um dos motivos, senão o mais importante, pelo qual as crianças ou jovens enveredem para a casa de acolhimento é a questão da sua segurança, sendo a proteção o objetivo principal daqueles que têm o interno a seu cargo. Há que ter em atenção alguns aspetos, como por exemplo o comportamento abusivo, seja ele por parte de outras crianças que revelem atitudes

³ Pude comprovar ao longo do estágio que esta relação é muitas vezes incentivada pelos próprios membros da equipa técnica que, ao notar uma ausência duradoura dos pais por meio das próprias das crianças, incentivam-nos (aos pais) a mandar uma mensagem, ou fazer um telefonema ao seu filho.

agressivas e violentas, seja por parte de adultos, o que é mais fácil de acontecer quando há insuficiência de pessoal. Perante isto, as equipas técnicas devem estar preparadas para lidar com este tipo de situações, colmatando-as. A relação de confiança entre a criança e as demais pessoas que coabitam no lar é fundamental, sendo que para isso não podem existir situações de maus tratos ou abusos, lembrando aqui que algumas crianças já passaram por isso e estão ali para se salvaguardar e não entrar num ciclo vicioso. A casa de acolhimento deve ser encarada como um local seguro e não o contrário. Relativamente a esta questão, importa ressaltar que *estas crianças necessitam de sentir, da parte dos adultos que trabalham na residência, afectividade, disponibilidade e compreensão perante os seus problemas, pois só assim podemos considerar estar a desenvolver um trabalho individualizado e com bases sólidas que possa permitir a estas crianças e jovens acreditarem num futuro diferente do passado que viveram* (Gomes, 2010). Este acreditar num *futuro diferente* abre portas para outro princípio fundamental para um bom acolhimento retirado da teoria desenvolvida por Del Valle & Fuertes (2000 cit. Gomes 2010): o projeto de vida. Sendo igualmente um conceito a abordar adiante, *entende-se por projecto de vida aquilo que se perspectiva que, num futuro próximo, venha a ser concretizado na vida de cada criança ou jovem, na sequência do plano de intervenção concertado que com eles está a ser desenvolvido* (Gomes, 2010). Esta estratégia de intervenção para o desenvolvimento de um projeto de vida segue uma série de premissas, sendo elas: o encaminhamento da criança durante o acolhimento; um diagnóstico prévio e interdisciplinar que permita conhecer a situação pessoal, educacional, social e familiar da criança em questão; existência de um trabalho em rede com todos os organismos que intervêm junto da criança e da família; primazia da integração da criança ou do jovem na sua família afetiva, de preferência. A criança ou jovem deve, portanto, ser capaz de encaminhar a sua vida no sentido da obtenção de objetivos, num sentido positivo.

Tal como já foi referido, a autonomização é extremamente importante. Para isso, é necessário treinar as suas competências de cada criança de modo a que, de acordo com a sua idade, consiga tomar as suas próprias decisões, dar opiniões, sendo ela própria a participar no seu projeto de vida, chegando mesmo a poder moldá-lo e ajusta-lo a si. Para além disto, importa incentivar a expressão das emoções e dos sentimentos por parte das crianças, tornando-se assim o lar de acolhimento um espaço onde a criança tenha a oportunidade para crescer a vários níveis.

Uma vez apresentados todos os fundamentos um bom acolhimento segundo Del Valle & Fuertes (2000 cit. Gomes 2010), penso que será pertinente lançar para a discussão a questão relativa ao modo como os funcionários e pessoas envolvidas lidam com as crianças e

jovens no dia a dia. É cada vez mais importante que, de modo a responder de forma positiva ao desafio, haja uma qualificação por parte das equipas técnicas e educativas. *Para além da sua formação académica inicial, têm de ser pessoas com boas qualidades relacionais e humanas, pois são, muitas vezes, os modelos de referência para a população que se encontra acolhida* (Gomes, 2010). Está aqui subjacente um movimento de mudança relativamente a alguns anos atrás: transportados para uma realidade cada vez mais complexa, os técnicos que trabalham nas instituições sentem cada vez mais a necessidade de se qualificarem de modo a conseguirem dar respostas eficazes às necessidades apresentadas pelas crianças e jovens que têm a seu cuidado. Sendo na sua maioria vítimas de maus-tratos, abusos, negligência, existe a possibilidade, por parte dos internos em demonstrar problemas de relacionamento com os pares e/ou adultos cuidadores; problemas de aprendizagem; comportamentos violentos e problemas a nível da saúde.

O conceito de voluntariado insere-se aqui igualmente com uma importância acrescida na medida em que as instituições estão muitas vezes dependentes de apoios e ajudas. Na maior parte das vezes pode inclusive notar-se um certo envolvimento por parte das crianças em relação aos voluntários, e vice-versa. A prática do voluntariado pode ser exercida por qualquer indivíduo, este apenas deve ser imbuído de práticas de boa vontade para ajudar e mostrar-se recetivo à partilha e ao trabalho em grupo.

Repescando um pouco aquilo que já foi descrito acima, irei inserir na discussão a questão relativa ao desenvolvimento integral e a escolarização, assim como outros conceitos a ele ligados, que são a base para o projeto de vida de cada criança ou jovem. Torna-se igualmente necessário nesta fase avaliar qual o papel da escola na vida das crianças. A educação é fundamental e é através da escola que aquelas têm a oportunidade de contactar com outras crianças, com realidades diferentes daquela que os menores institucionalizados vivem. De facto, e como indicam Bourdieu e Passeron (1975), a escola reproduz desigualdades e não negam as variáveis sociais, que colocam a tónica no meio social dos alunos que explica o seu sucesso ou insucesso com base no capital. Os autores defendem que para se perceber as trajetórias é necessário perceber o meio social. No entanto, dão um passo em frente, na medida em que referem mesmo que a escola contribui para o sucesso de uns e insucesso de outros, ou seja é reprodutora de desigualdades sociais, sendo que aquela instituição deixa portanto de ser vista como um elemento neutro e favorece uns em detrimento de outros. Existe uma interação seletiva na escola, mais propriamente na sala de aula e uma tendência para catalogar os alunos (ex: aluno difícil), a escola tem, deste modo, subjacente uma marca de classe: há alunos que se encontram mais próximos dessa marca, outros mais

distantes. Para uns significa continuidade, enquanto que para outros é uma rutura (Bourdieu & Passeron, 1975), dependendo das expectativas de cada um. A construção de imagem do potencial prende-se na maioria das vezes com a forma de se vestir, preocupação dos pais, maneira de falar entre outros. De facto, em algumas situações, a escola exerce uma violência sobretudo simbólica. Os próprios alunos reconhecem como natural a desvalorização dos seus saberes.

Outra questão importante tem a ver com a autoestima. Segundo Josianne de Saint Paul (1999 cit, Duclos 2006) a autoestima prende-se com uma *avaliação positiva que a pessoa faz de si, fundada na consciência do próprio valor e da sua importância inalienável enquanto ser humano. Uma pessoa que se estima trata-se com afabilidade e sente-se digna de ser amada e de ser feliz. A auto-estima funda-se igualmente no sentimento de segurança que dá a certeza de se poder utilizar o livre arbítrio e as faculdades de aprendizagem para enfrentar, de forma responsável e eficaz os acontecimentos e os desafios da vida*. Cada pessoa constrói uma ideia de si própria e, ao longo das suas experiências, compõe uma imagem que varia com o tempo (Duclos, 2006). Assim, a autoestima apresenta-se portanto como a consciência do valor pessoal em diferentes domínios, uma atitude para consigo próprio. Para Duclos (2006), a autoestima é feita de quatro componentes: *pelos sentimentos de segurança e de confiança, pelo autoconhecimento, pelo sentimento de pertença a um grupo e pelo sentimento de competência*. Segundo o mesmo autor as crianças vão, ao longo das experiências que vivem, tomando consciência das suas características físicas, das suas necessidades e dos seus sentimentos, bem como das suas capacidades físicas, intelectuais e sociais. É também, ao aperceber-se das suas diferenças, relativamente aos outros, que a criança toma conhecimento do que é e que vai desenvolver um sentimento de identidade pessoal.

O próximo conceito a ressaltar tem a ver com a integração, *um processo dinâmico em que o indivíduo ou grupos minoritários e majoritários, se incorporam e compartilham a mesma estrutura social, promovendo o respeito mútuo pelas identidades sociais e culturais de cada um* (Peres, 1999). Esta integração pode fazer-se em dois sentidos diferentes: o primeiro resume-se à integração na própria casa de acolhimento, sendo que o outro diz respeito a outras valências como a escola, por exemplo. As crianças e jovens que se encontram acolhidos devem desfrutar, dentro do possível, de uma vida idêntica à das crianças e jovens que vivem em ambiente familiar. Em primeiro lugar, importa ressaltar o facto de ajudar a criança a entender o que se passou com ela própria, a sua história pessoal e com a sua família, para que posteriormente consiga desenvolver novas e saudáveis relações afetivas. Assim, devem participar em atividades lúdicas e de lazer sejam elas promovidas pela instituição ou pela

própria comunidade. Esta participação irá fazer com que as crianças se sintam incluídas naqueles meios, ao mesmo tempo que promove o estabelecimento de novas relações de amizade, bem como a vivência de novas experiências. Relativamente à residência, esta deve ser pensada em função daqueles que nela vivem e trabalham, sendo transmitido à criança a ideia de que aquele espaço foi pensado para ela.

No que diz respeito à escola, esta é por um lado o local onde as crianças e jovens passam grande parte do seu tempo, embora por vezes a sua integração possa ser dificultada uma vez que é uma área onde as crianças acolhidas apresentam maiores dificuldades, o que pode dever-se à falta de estimulação, motivação ou mesmo a défices cognitivos. Deste modo, é importante criar esforços para descobrir os pontos fortes das crianças e jovens, de modo a conseguir motivar o seu estudo. O êxito escolar está diretamente relacionado com o desenvolvimento pessoal e com a autoestima, conceito já esmiuçado acima. Importa estabelecer um plano de estudo individualizado para cada criança e jovem, que comporte em si diversas estratégias e recursos que os ajudem a superarem as suas dificuldades. É por isso também essencial promover hábitos de estudo e de um espaço (que pode ser o seu quarto) para tal.

Outro conceito que importa a mobilizar, e que vai de encontro ao que foi exposto anteriormente, tem a ver com a autonomia. *É fundamental efectuar um trabalho com estas crianças e jovens capazes de potenciar e otimizar todo o seu processo de crescimento e individualização/autonomia, a sua capacidade de tomada de decisões, bem como de resolução de problemas, auto-orientação e responsabilidade social.* (Gomes, 2010). É necessário ter em linha de conta que as residências de acolhimento são apenas transitórias até que seja possível oferecer à criança ou jovem uma situação mais estável, por isso é fundamental que se consiga encontrar as competências que cada um deles pode desenvolver a fim de conseguir concretizar os seus objetivos. Para isso, as próprias crianças e jovens devem participar ativamente no desenho do seu projeto de vida, tendo sempre em conta a sua idade e o grau de desenvolvimento, sendo este processo apoiado pelo educador de referência, sendo que este deve manter disponibilidade necessária para dar explicações à própria criança ou jovem acerca do seu percurso de vida e consequente ingresso na residência. A par disto, é fundamental desenvolver nas crianças e jovens capacidades de autonomia como é o caso da promoção de níveis de responsabilidade em diferentes áreas da sua vida, e de acordo com a sua idade. Importa promover uma autonomia sustentada, uma vez que é preciso ter consciência de que muitos dos jovens que um dia sairão dos lares de acolhimento não terão o

apoio das suas famílias, sendo por isso imprescindível que desenvolvam competências de modo a que concretizem a sua autonomia com sucesso.

Nesta linha de pensamento, insiro agora o conceito que já tenho vindo a mencionar – o projeto de vida. Tal como já se tem vindo a reiterar, o acolhimento institucional tem como principal objetivo proteger crianças e jovens em situação de negligência, maus tratos ou incapacidade revelada por aqueles que os tinham à sua guarda. Assim, quando se chega ao ponto do acolhimento, sendo que *apriori* seja necessário definir qual o plano de intervenção mais adequado para cada caso, pretende-se que o mesmo tenha um carácter temporário. Ainda assim, deve-se proceder a uma avaliação da situação antes do ingresso da criança na instituição, salvo certas exceções, como é exemplo o perigo iminente ao qual a criança poderá estar exposta, sendo necessário proceder ao acolhimento em situação de emergência, sendo que aqui a avaliação efetua-se logo após o ingresso da criança no lar de acolhimento.

A escolha da instituição deve ir de encontro às necessidades específicas de cada criança, principalmente ao nível da educação e socialização, proporcionando estabilidade, proteção, confiança e segurança, num âmbito de respeito pela individualidade de cada um. Importa não esquecer que as crianças ou jovens institucionalizados arrastam consigo um percurso de vida marcado pelo sofrimento, perdas sucessivas e falta de afeto. Sentem por isso, um sentimento de punição e impotência perante situações adversas, assim como rejeição por parte da família. A par disto, é fundamental frisar o cunho discriminatório presente nas situações de acolhimento, sendo que este representa ainda algum estigma social. Por isso mesmo, *estas crianças têm dificuldade, perante os seus pares e amigos de escola, em dizer que vivem numa instituição, porque os pais não foram capazes de cuidar delas e, também, porque a institucionalização é considerada como estando directamente relacionada com os meios mais desfavorecidos, ainda que, hoje em dia, cheguem às instituições crianças oriundas de todos os estratos sociais* (Gomes, 2010). Apesar disto, as crianças dos meios mais favorecidos representam casos mais difíceis de detetar. A este respeito, importa ainda referir a necessidade que as crianças e jovens apresentam de continuar a contactar com a sua família de origem e com os seus amigos, pois para além do direito desses contactos, está igualmente implícito o direito à sua comunidade. Esta proximidade, para além de reforçar os laços afetivos e de vinculação, apresenta grandes potencialidades para a consolidação da reintegração familiar. Ainda assim, é necessário fazer uma avaliação das circunstâncias em que a criança e o seu processo se encontram, pois por vezes é aconselhável dar lugar a um afastamento físico do contexto familiar da criança, quando existe uma permanente ameaça de algum familiar ou outro sujeito, por exemplo.

Ainda nesta linha de pensamento, reitero que o momento do acolhimento, quando a criança chega pela primeira vez à instituição, é bastante importante na medida em que vai influenciar em grande parte a sua estadia naquele local, sem esquecer que representa um grande peso no que toca à adaptação da criança ou jovem. *A equipa técnica e a equipa educativa devem estar particularmente atentas a estes primeiros dias de integração para reconhecer e interpretar os sinais de sofrimento que a criança vai dando, no sentido de encontrar as estratégias adequadas para minimizar e, assim, facilitar a adaptação da criança ao novo contexto residencial* (Gomes, 2010). Deste modo, certos pormenores como o regulamento da casa, os horários, e todas as rotinas devem ser dadas a conhecer à criança ou jovem a partir do primeiro dia, de modo a facilitar a sua adaptação, o sentimento de pertença e a criação de familiaridade com o local, permitindo assim que se organizem, sentindo-se mais confiantes e tranquilos.

CAPÍTULO II.

Quadro jurídico e institucional

Reconhecendo que a criança, para o desenvolvimento harmonioso, deve crescer num ambiente familiar, em clima de felicidade, amor e compreensão.
(Convenção dos Direitos da Criança)

A maior parte das crianças que se encontram inseridas na nossa sociedade usufruem, no âmbito dos seus contextos relacionais, de proteção e cuidados dos quais necessitam de modo a conseguirem ter um desenvolvimento adequado. Neste sentido, a família surge como agente de socialização primária e, como tal, constitui um eixo fundamental de resposta às necessidades físicas, psicológicas, sociais e afetivas das suas crianças. É a partir daqui, e através desta prestação de cuidados que as crianças e jovens se vão desenvolvendo a vários níveis, dando assim resposta às exigências da sociedade e do futuro para o qual se preparam. Paralelamente a isto, a própria sociedade deve oferecer respostas às necessidades específicas das crianças e, principalmente quando a família falha, adotar um papel mais ativo no que diz respeito à responsabilidade pelas próprias crianças, à defesa do seu bem-estar e segurança. Tendo em conta que as crianças e jovens acolhidos se encontram privados do seu ambiente familiar, estas têm direito à proteção do Estado de acordo com os princípios da Constituição da República Portuguesa e da convenção dos direitos da criança, com vista à melhoria das condições para o cumprimento desse mesmo direito (plano *DOM- Manual de Protocolos com Lares de Infância e Juventude 2007*). Esta proteção à infância e juventude traduz-se em garantir os direitos das crianças, a satisfação das suas necessidades básicas e a promoção da sua integração nos grupos de pares, em condições que possibilitem a sua participação na vida familiar, social e cultural e o seu desenvolvimento como indivíduos. Sendo as crianças um dos grupos sociais mais afetados pela pobreza e exclusão social a nível mundial, é fundamental que se pense na promoção dos direitos das crianças por parte das instituições sociais e políticas, ainda que estes direitos não sejam respeitados na íntegra.

A nível internacional, o estatuto da criança enquanto sujeito de direito – titular de direitos humanos – tem uma origem histórica relativamente recente, nomeadamente nos

meados do século XX, período do pós-guerra, integrando, neste contexto, um movimento mais amplo de reconhecimento dos direitos humanos fundados na dignidade do ser humano. É neste âmbito que surgem uma série de declarações, sendo a primeira em 1924, a *Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança*, seguindo-se a *Declaração Universal sobre os Direitos do Homem* (1948), a *Convenção Europeia dos Direitos e Liberdades Fundamentais do Homem* (Convenção Europeia dos Direitos do Homem, em 1950), sendo que nove anos passados, assina-se a *Declaração dos Direitos da Criança*. Apesar destes esforços, só em 1989, com a Convenção das Nações Unidas, é que os direitos das crianças e o seu respeito ganharam uma maior visibilidade.

Foram 191 os países que aprovaram e assinaram o diploma que consagrou os direitos das crianças naquela Convenção sobre os Direitos da Criança, no dia 20 de novembro daquele ano, em Nova Iorque. Portugal autenticou-a sem reservas em 1990, sendo que a partir daqui foi-se assistindo a uma viragem na conceção dos direitos da criança, sendo esta reconhecida como sujeito autónomo de direitos, a par da família, que surge como o suporte afetivo, educacional e socializador. Está estruturada em quatro pilares principais, em sintonia com os demais interesses das crianças: o direito à sobrevivência e desenvolvimento integral de acordo com as suas características específicas de ser em desenvolvimento; o direito a expressar livremente a sua opinião e de ver a mesma ser considerada nas decisões que lhe digam respeito; o superior interesse da criança e finalmente o direito à não discriminação.

Esta convenção acarretou um conjunto de mudanças muito importantes no que diz respeito à infância, principalmente no que diz respeito à substituição do tradicional conceito de *proteção* pelo conceito de *participação*, sendo que se atribui a partir daqui direitos às crianças semelhantes aos dos adultos. A criança deixa de ser um objeto de direito para passar a ser sujeito de direito, uma vez que os direitos básicos de participação, proteção e provisão são universalmente reconhecidos às crianças.

Através da Convenção dos Direitos da Criança, os governos comprometem-se a facultar às crianças determinados contextos segundos os quais estas possam satisfazer as suas necessidades básicas, respeitando os seus direitos civis, económicos, sociais, culturais e políticos. Presentes na Convenção estão um conjunto de premissas inovadoras, como por exemplo a imperatividade de que qualquer intervenção seja sempre efetuada ressaltando o superior interesse da criança, principalmente no que diz respeito às suas várias fases de desenvolvimento (art.º 3 e 6); bem como o direito da criança à participação e à expressão livre da sua opinião sobre as questões que lhe digam respeito, sendo que as mesmas devem ser tidas em consideração, tendo em conta a sua idade e maturidade (art.º 12 e 13).

Em virtude deste reconhecimento universal dos direitos das crianças, nascem novos desafios e busca de respostas, que integram pontos comuns a diversos sistemas nacionais e/ou regionais de promoção e proteção, constituindo assim uma troca de experiências e saberes. Atualmente, em Portugal é vasta a legislação existente sobre esta matéria. Desde a Constituição da República Portuguesa, passando pelo Código Civil, pela Organização Tutelar de Menores, existem ainda a *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo* (Lei 147/99 de 1 de setembro), e a *Lei Tutelar Educativa* (Lei 166/99 de 14 de setembro), que fundamentam e garantem a concretização da defesa dos direitos da criança, salvaguardando desta forma os seus direitos, uma vez que os pais ou aqueles responsáveis por elas comprometeram a sua saúde, a sua educação e o seu desenvolvimento, não sendo assim capazes de as proteger dos perigos por parte de terceiros, colocando-as em risco. Segundo a *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo*, a proteção das crianças e jovens, juntamente com a promoção dos seus direitos cabe, em primeiro lugar, às entidades públicas e privadas destinadas às matérias de infância e juventude; às comissões de proteção de crianças e jovens e, em último lugar aos tribunais, quando as primeiras instâncias são travadas por falta de consentimento dos pais, do representante legal ou de quem tenha a guarda da criança ou do jovem. A falta de meios para executar a medida adequada representa igualmente um fator para que os tribunais assumam aquela responsabilidade para com a criança ou jovem.

Existem uma série de princípios jurídicos consagrados na Lei, nos termos do artigo 4º da *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo* que vão de encontro ao que mencionei anteriormente. Em primeiro lugar, é necessário ter em conta o *Interesse Superior da Criança e do Jovem*; a intervenção deve ser levada a cabo tendo em consideração os interesses legítimos da criança, sem que esta seja prejudicada. Ou seja, questões como a salvaguarda da intimidade e o direito à reserva em relação à sua vida privada e à sua imagem são para ter em conta, sendo então necessário respeitar o princípio da *privacidade*. O terceiro princípio é a *Intervenção Precoce*, fundamental para que a intervenção seja levada a cabo no momento em que a situação de perigo é conhecida, o que levará à obtenção de melhores resultados. Esta intervenção deve ser exercida exclusivamente pelas entidades cuja ação seja fundamental à verdadeira promoção dos direitos e proteção da criança ou jovem em perigo, de modo a minimizar o ruído em torno da situação. É aqui que se insere o quarto princípio, da *Intervenção mínima*. Ainda de acordo com a intervenção, esta deve apresentar objetivos bem definidos e adequados à consecução dos mesmos, surgindo aqui o princípio da *Proporcionalidade e atualidade*.

A *responsabilidade parental* deve ser fomentada, sendo fundamental na intervenção de modo a que os pais assumam os seus deveres em relação ao menor. Relacionado com este, surge o princípio da *prevalência da família*, segundo o qual se promove a integração da criança ou jovem na sua família de origem ou, caso esta situação não seja possível, procede-se à adoção.

O princípio da *obrigatoriedade da informação* diz-nos que o menor, bem como a sua família, o seu representante legal ou aquele que detém a sua guarda devem ser informados dos seus direitos, dos motivos que regem a intervenção e de que modo esta se vai desenrolando. De acordo com isto, aqueles têm igualmente o direito de serem ouvidos e de participar nos atos e na execução da medida de proteção e promoção dos direitos, sendo este o princípio da *audição obrigatória e participação*. Por fim, a *subsidiariedade* indica que a intervenção deve ser levada a cabo sob três níveis sucessivos (caso se demonstre necessário): pelas entidades com competência na matéria de infância e juventude, pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e, em última instância, pelos tribunais, como já foi mencionado anteriormente.

Sendo um reflexo de uma consciência social mais ampla, as leis beneficiaram nas crianças e jovens de um regime jurídico de proteção que tem o seu início na própria sociedade. Deste modo, todos os cidadãos que se apercebiam de uma situação de risco ou de perigo em relação a menores, são obrigados a prestar-lhe auxílio imediato, mas também comunicar o sucedido às autoridades. Para isso, é necessário proceder à identificação de situações de perigo que, de acordo com o art.º 3, nº2 da *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo*, ocorrem quando a criança está abandonada, ou vive entregue a si própria; quando sofre maus tractos físicos ou psíquicos, ou é vítima de abusos sexuais; quando não recebe os cuidados ou o afecto adequados à sua idade e situação pessoal; quando é obrigada a actividades ou trabalhos excessivos, ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal, ou prejudiciais à sua formação ou personalidade; quando está sujeita a comportamentos que afectem gravemente a sua segurança ou equilíbrio emocional; quando assume comportamentos, ou se entrega a actividades e consumos que afectem gravemente a sua saúde, segurança, formação e educação, sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a sua guarda de facto se lhe oponham de modo adequado a remover essa situação (GOMES, 2010).

Tendo reconhecido alguma destas situações, cabe aos profissionais das entidades com competência na matéria de infância e juventude recorrer a meios necessários para protegerem o menor em causa. A aplicação das medidas de promoção dos direitos e de proteção de

menores é um dever exclusivo das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e dos Tribunais, segundo o art.º 38 da *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo*. Importa aqui referir que as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens necessitam do consentimento dos pais e a não oposição das crianças maiores de doze anos para poder intervir. Esta situação também se aplica quando outras instâncias são incapazes de dar um término à situação de perigo em que a criança ou jovem se encontra. As medidas de promoção e proteção, a aplicar pelas Comissões, ou inseridas em processo judicial por decisão negociada, têm de conter, obrigatoriamente os seguintes fatores (de acordo com o art.º 55 da *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo*):

- *Identificação do responsável pelo acompanhamento do caso;*
- *Prazo de vigência e a revisão do acordo;*
- *Declarações de consentimento ou de não oposição necessárias;*
- *Outras especificações, de acordo com as medidas tomadas.*

De acordo com o art.º 34 da *Lei de Protecção das Crianças e Jovens em Perigo*, as medidas de promoção dos direitos e proteção daqueles têm como principais objetivos garantir o afastamento do perigo em que as crianças ou jovens se encontram; assegurar a recuperação física e psicológica das crianças e dos jovens, que vivenciaram algum tipo de exploração e abuso, proporcionando assim condições de proteção e promoção da sua segurança, formação, saúde, bem-estar e desenvolvimento saudável. De modo a conseguir alcançar estes objetivos, é necessário fazer esforços junto daqueles que contactam com as próprias crianças e jovens, isto é, atuar no seu meio natural da vida. É por isso fundamental que exista *apoio junto dos pais*, de acordo com o art.º 39, esta medida consiste em facultar ao menor apoio psicopedagógico, social e económico, sempre que seja necessário. É através do *apoio junto de outro familiar* que a criança ou jovem é colocado sob a guarda de um familiar com quem irá residir, tendo sempre o acompanhamento psicopedagógico e social e, quando se justifique, ajuda económica. Por outro lado, é possível colocar a criança ou jovem sob a guarda de uma pessoa não pertencente à sua família, com quem se tenha estabelecido uma relação de afetividade recíproca (art.º 43), estando aqui presente a medida referente à *confiança a pessoa idónea*. Outra medida diz respeito ao *apoio para a autonomia de vida*, destinadas aos jovens com idade superior a quinze anos, a quem é fornecido apoio económico, acompanhamento social e psicopedagógico, nomeadamente através de programas de formação, com o objetivo

de proporcionar-lhes condições que permitam iniciar uma vida independente, obtendo autonomia de forma gradual.

Deste modo, e seguindo esta linha de pensamento, podemos elencar o regime de colocação em três pilares distintos: o *acolhimento familiar*, do qual já referi acima, sendo que o mesmo visa a integração do menor no meio familiar; o *acolhimento em instituição*, onde o menor é colocado aos cuidados de uma entidade que possua instalações e equipamento permanentes, bem como uma equipa técnica que possa garantir os cuidados adequados às suas necessidades, possibilitando o acesso à educação, bem-estar e desenvolvimento integral (art.º 50). Por fim ainda é possível aplicar as medidas de proteção e promoção através da *confiança a instituição com vista a futura adopção*, sendo esta da competência exclusiva dos tribunais (art.º38), pela Lei 31/2003, de 22 de agosto.

Tal como tem vindo a ser evidenciado ao longo do presente ensaio escrito, no sistema de proteção de menores existem diferentes níveis de intervenção, sendo estes as entidades, as comissões de proteção e os tribunais. Relativamente ao primeiro, surge sob a forma de, por exemplo, escolas, centros de saúde, entre outros, isto é, pessoas singulares ou coletivas públicas, cooperativas, sociais ou privadas que, por desempenharem funções no âmbito da infância e juventude, têm legitimidade para intervir. Por vezes denota-se que muitas situações de risco não exigem a necessidade de tomar medidas formais, uma vez que as mesmas são passíveis de se resolver dentro da comunidade, através de planos de intervenção junto da família, de modo a que, desta forma a criança se mantenha protegida. Utilizando recursos existentes na comunidade, os técnicos qualificados das entidades trabalham junto das famílias, criando uma rede de apoio que resolva a situação de crise e permita cessar o perigo existente em torno do menor.

Em relação às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, estas são instituições oficiais com autonomia funcional, não judiciais e têm como principais objetivos promover os direitos da criança e do jovem, prevenindo deste modo situações de crise no que diz respeito à sua segurança, saúde, formação, educação e desenvolvimento, sempre numa lógica de imparcialidade. São as entidades que, ao detetar alguma situação anormal, comunicam-na às Comissões, para que esta consiga atuar atempadamente. Para além disto, as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens estabelecem contactos com as famílias, junto das comunidades, de modo a intervir para cessar a situação de perigo. Estão localizadas em sedes, no interior dos municípios, sendo fiscalizadas pelo Ministério Público, tendo por isso um papel fundamental no que se refere à intervenção.

Por fim, os tribunais atuam sempre que as Comissões de Proteção não possam atuar, seja pelo não consentimento dos pais, do representante legal ou de quem tem a guarda do menor ou ainda quando as entidades anteriores não foram capazes de dar término à situação de perigo – por vezes as Comissões de Proteção deparam-se com a falta de meios que as impede de aplicar a medida adequada para um determinado caso e consequentemente cessar a situação de perigo – como é o caso das situações que requerem futura adoção, isto é, a aplicação da *Medida de Confiança*, cuja implementação é da exclusividade dos tribunais. A juntar a isto, os tribunais vêm-se obrigados a agir quando não existe Comissão de Proteção de Crianças e Jovens com competência no município ou na área de residência, ou quando aquela, nos termos da lei, não tenha competência para aplicar a medida de proteção adequada; assim que seja retirado o consentimento para a intervenção da Comissão ou quando a própria criança ou jovem se oponha à mesma; logo que, decorridos seis meses após o conhecimento da situação de perigo por parte da Comissão, esta ainda não tenha tomado qualquer tipo de decisão face ao caso; assim que, de acordo com o Ministério Público a decisão da Comissão de Proteção é ilegal ou inadequada à proteção da criança e do jovem e promoção dos seus direitos. Por fim, o tribunal atua quando o mesmo considere que se deva proceder à anexação do processo da Comissão de Proteção ao processo judicial, nos termos do n.º 2 do artigo 81.º.

A partir daqui, irei focar o discurso na *Associação Protectora da Criança* enquanto organização, uma vez que é este o alvo do presente estudo. As instituições existem em todas as sociedades minimamente organizadas, por isso, é possível considerar que assumem um carácter universal. Esta é uma característica que nos permite concluir que se trata de uma componente essencial ao funcionamento de uma sociedade. Nota-se que a existência de instituições deve-se à necessidade do social se sobrepor ao individual. Durkheim, na mesma linha de pensamento, considerava que as instituições têm como propósito garantir a objetividade da vida em sociedade, em oposição às motivações individuais. Deste modo, as instituições são encaradas como constituintes de uma necessidade intrínseca da sociedade, funcionando como forma de organização e assumindo o controlo social, segundo o qual todos os membros de uma sociedade reconhecem nas suas relações sociais.

Remetendo agora para o caso prático em estudo, importa caracterizar a instituição⁴, de modo a que se consiga compreender em que moldes a mesma se desenvolve. Fundada em 1953 pelo Dr. Leonardo Coimbra, é uma Instituição de cariz social, comumente designada por IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social).

⁴ Ver anexos, esquema 2 – *Organograma da Associação Protectora da Criança*.

É fundamental que os lares de acolhimento se encontrem bem localizados, a fim de proporcionar às crianças e jovens serviços como meios de transporte e comunicação, o acesso a serviços e principalmente à educação e saúde. Posto isto, verifiquei que próximo à associação localiza-se o Cineteatro Eduardo Brazão e, na Junta de Freguesia, funciona o Instituto de Cultura de Valadares, o Instituto de Estudos Superiores Financeiros e Fiscais, o Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 1306 de Valadares e a Associação de Socorro Mútuos Fúnebre Nosso Senhor dos Aflitos Bombeiros Voluntários de Valadares. Mais que isso, pude verificar que existe em Valadares vestígios de cultura Pré-Neolítica entre Lavadores e Valadares, onde foram encontrados objetos de pedra que são considerados “pesos de rede”, o que deixa espaço para tirar conclusões acerca da antiguidade da região, assim como o prestígio inerente a esta freguesia.

A *Associação Protectora da Criança* encontra-se numa zona de fácil acesso devido à existência da estação de comboios, paragens de autocarro e bom acesso à autoestrada, sendo que à sua volta existem vários cafés e lojas comerciais, uma farmácia, o posto dos CTT e a Polícia de Segurança Pública. Para além disso, a associação fica na proximidade das escolas EB 1 do Campolinho nº 2, EB 2,3 de Valadares e da Escola Secundária Dr. Joaquim Gomes Ferreira Alves, permitindo às crianças e jovens acolhidos na associação e também para as outras crianças e jovens que frequentam a associação em regime de ATL, uma fácil deslocação escola/associação a pé, visto que o percurso é curto e não possuem uma carrinha própria.

Centrando o seu projeto na intervenção especializada com crianças em situação de risco, dentro do lar é criada uma atmosfera o mais similar possível à de um lar familiar comum, começando nas rotinas, até ao sentimento de confiança que se tenta incutir nas crianças e jovens. Aquando do estágio, a associação tinha a seu cargo cerca de trinta crianças internas, sendo na sua maioria do sexo masculino, com idades compreendidas entre os dois e os dezoito anos. Estas crianças estão autorizadas, na sua grande maioria, a visitar a família durante o fim de semana e/ou as férias, sendo que também podem receber visitas dos familiares durante a semana. Outras, que não têm essa ligação, estão prementemente na instituição, onde desenvolvem diversas atividades como futebol, natação, campismo ou ping pong, de modo a manterem-se ocupadas, cultivando-se intelectualmente e ultrapassando a falta que possam eventualmente sentir das crianças que não passam os fins de semana na instituição. Apesar disto, durante a semana, para além das aulas, as crianças/jovens desempenham diversas atividades como as acima citadas, bem como recebem a visita de psicólogas que lhes prestam o devido acompanhamento, individual e em grupo.

Através dos vários contactos com os membros da equipa técnica e professores, tive a oportunidade de perceber que as crianças têm um rendimento escolar favorável, apesar de haver crianças repetentes. O ambiente familiar no “colégio”, como lhe designam, tem um cunho fortemente familiar, que muito se deve ao facto de existirem irmãos a coabitar no seu interior. Apesar de fazer notar a sua autoridade, denota-se igualmente uma grande cumplicidade com o professor por parte dos jovens, visto que chegam mesmo a desempenhar atividades juntos, como a ida ao clube de ping pong ou os jogos de futebol por parte dos rapazes, e as conversas com as raparigas. É pertinente aqui reter a existência de uma certa “separação dos sexos” no que toca ao desempenho das atividades. Cada grupo apropria-se dos espaços e dos equipamentos que a instituição lhes oferece de forma diferenciada: enquanto os rapazes brincam com os *legos*, jogam à bola ou vêem televisão, as raparigas ouvem música e dançam.

Lançando para o discurso a questão das regras, estas estão bem presentes no quotidiano das crianças. Pedem permissão para sair da sala, ir brincar, ir à casa de banho, ligar a televisão, entre outros. Apesar do ambiente não apresentar uma rigidez tremenda, nota-se que as crianças respeitam muito a autoridade do professor (o próprio posicionamento da mesa onde este se encontra e a disposição do mobiliário da sala remete para esse ideal de autoridade), ao mesmo tempo que demonstram um grande nível de vinculação face às regras. É importante que desde cedo se cumpram as regras estabelecidas, de modo a que todos os habitantes da instituição possam viver num ambiente harmonioso. Giddens define organização como *um grupo amplo de pessoas, estruturado em linhas impessoais e constituído para se alcançarem objectivos específicos* (Giddens, 2010). Constituindo uma fonte de poder social, as organizações têm um elevado poder sobre os indivíduos, chegando mesmo a dominá-los, moldando-os, ao mesmo tempo que os remete a desempenhar determinadas atividades face às quais não têm poder suficiente para resistir. A este respeito, lanço o conceito de *instituições totais*, desenvolvido por Erving Goffman (1988). Com base numa lógica interaccionista, numa perspetiva onde os indivíduos atribuem significados a tudo aquilo que os rodeia, o autor identificou as instituições totais como locais onde os seus elementos vivem completamente isolados do mundo exterior de forma coerciva. Inseridos no seio de uma instituição total, os indivíduos são guiados por procedimentos rígidos e complexos, estando presente um contexto de burocracia elaborada, num meio fortemente marcado pela organização, onde tudo é bastante planeado e constantemente supervisionado. Apesar de estarmos num campo onde a realidade das instituições em estudo não seguem tão fielmente a conceção de Goffman, e sem entrar em exageros, a verdade é que, para

funcionarem de forma harmoniosa as instituições, como pude comprovar durante o estágio na *Associação Protectora da Criança*, são obrigadas a desenvolver uma série de regras e horários a cumprir por todos aqueles que nela vivem e trabalham. *As rotinas diárias são planeadas e supervisionadas pelos empregados que têm autoridade para castigar ou recompensar os residentes de acordo com o grau de obediência revelado* (Giddens, 2004). Está aqui subjacente um processo de garantia de submissão, ao qual os internos se vão ajustando de modo a conseguirem viver em grupo.

Segundo Goffman, o que distingue essencialmente as instituições totais é *a ruptura das barreiras que comumente separam essas três esferas da vida: dormir, brincar e trabalhar*, visto que todas as atividades são realizadas no mesmo local e sob uma única autoridade. Por outro lado, *cada fase da actividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto. (...) Todas as actividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma actividade leva, em tempo predeterminado, à seguinte e toda a sequência de actividades é imposta de cima, por um sistema de regras explícitas e por um grupo de funcionários* (Goffman, 1988). Ainda segundo o mesmo autor, nas instituições totais podemos verificar uma divisão distinta: por um lado, um *grande grupo controlado denominado grupo dos internados*, e uma *pequena equipa de supervisão*. Contudo, o tempo de permanência na instituição é distinto, pois os sujeitos *vivem na instituição e têm um contacto restrito com o mundo existente fora das suas paredes*, a equipa dirigente por sua vez *trabalha num sistema de oito horas por dia e está integrada no mundo externo* (Goffman, 1988). Actualmente, e para o caso concreto em estudo poderemos considerar que aquilo que Goffman designa de *contacto restrito com o mundo* não se aplica aqui na totalidade uma vez que as crianças saem para ir à escola, passear ou para desempenhar outras atividades fora das paredes da instituição. Ainda assim, é correcto considerar que existe um tempo de permanência na associação distinto por parte dos vários actores sociais que nela se movem, uma vez que de um lado temos aqueles que nela habitam e do outro os que apenas trabalham ali e regressam a casa no fim do seu horário de trabalho.

Um outro aspeto importante a ter em consideração a este respeito é a autoridade e a forma como esta é exercida. Para Goffman, a autoridade nas instituições totais dirige-se por um grupo de itens de conduta, tais como comportamento e maneiras: *as regras estão muitas vezes ligadas a uma obrigação de executar a actividade regulada em uníssono com grupos de outros internados (...) essas regras ocorrem num sistema de autoridade escalonada: qualquer pessoa da classe dirigente tem alguns direitos para impor disciplina a qualquer pessoa da*

classe de internados, o que aumenta nitidamente a possibilidade de sanção (Goffman, 1988). A partir desta perspectiva, é possível concluir que a autoridade pode ser encarada, por muitas crianças e jovens, como algo imposto e violento, ao invés de constituir um elemento consensual entre todos, daí o surgimento de conflitos entre os supervisores e os jovens ou crianças, que levam aos castigos como consequência da desobediência às regras. Apesar disto, a existência de um regulamento, numa visão mais rígida, ou o simplesmente conhecimento dessas regras através da comunicação verbal das mesmas, tal como já foi referido anteriormente, constituem um dos elementos básicos da organização das instituições totais.

Michel Foucault (1970, 1979) deu o seu contributo no âmbito das organizações evidenciando as características próprias relevantes para a atividade que lá se desenvolve em relação com a arquitetura que apresenta. A disposição dos objetos nos diferentes espaços dá informação acerca da atividade que ali se desenvolve e dos comportamentos a ter na execução das mesmas, isto é, *a arquitetura de uma organização está directamente implicada na ordenação social e no sistema de autoridade* (Foucault, 1979, 1979 cit. Giddens, 2004). A estrutura arquitetónica utilizada nas organizações encontra-se intimamente relacionada com o modo de assegurar a obediência por parte dos indivíduos que nela se encontram, constituindo igualmente uma forma de vigilância, através da qual há um controlo das atividades dos atores sociais, assim como a manutenção de ficheiros e dados sobre eles para obter aquela finalidade.

As organizações devem ser tidas em conta como entidades dinâmicas e em constante evolução, quer sejam elas instituições ou empresas. O futuro e o sucesso de uma organização depende das escolhas que são feitas ao longo do tempo e da capacidade de resposta que a mesma dá ao meio no qual está inserida. Para isso, é necessário formular um plano de ação. Em primeiro lugar, importa ter em conta a envolvente nas suas duas dimensões: a contextual, na qual não é possível exercer influência e a envolvente transacional, que se refere ao meio onde a instituição age e no qual os agentes podem influenciá-la. Remetendo agora para uma exposição mais profunda relativamente àquelas dimensões, pode-se afirmar que o meio envolvente contextual remete para tudo aquilo que condiciona a ação da organização, uma vez que trata de aspetos abrangentes, a sua influência não se limita apenas à organização, podendo mesmo ultrapassar o próprio setor onde está inserida, como por exemplo em casos de crise económica grave. A dimensão da própria organização e as áreas onde a mesma atua têm influência sobre o grau de abrangência a considerar na análise do meio envolvente, ou seja, uma organização de âmbito nacional ter de incluir fatores mais abrangentes face a uma outra organização com atuação concelhia.

Relativamente ao meio envolvente transacional, estamos perante um conjunto de ações que interagem diretamente com as organizações, sob forma de agentes como clientes ou utentes, fornecedores, entidades legais, concorrentes e a própria comunidade. Michael Porter (1979), concebeu o *modelo de cinco forças*, inicialmente destinado à competição entre empresas, mas também aplicável aqui. Segundo o autor, o desenvolvimento de uma estratégia eficiente depende de cinco vetores: o *potencial de novas entradas*, que remete para a eventualidade de surgirem ou desaparecerem organizações concorrentes; a *pressão de serviços substitutos*, que diz respeito ao surgimento de serviços alternativos, que possam substituir aqueles prestados pela organização; o *poder negocial dos clientes*, que remete para a influência e pressão que os clientes/utentes exercem sobre a organização; o *poder negocial das entidades legais/fornecedores*, que reflete as pressões levadas a cabo pelos fornecedores da organização e o poder que as entidades legais exercem e por fim a *rivalidade entre os concorrentes*, que remete para as forças e pressões entre os concorrentes, dando respostas e equilibrando as ações exercidas pelas restantes forças.

O potencial de novas entradas e a pressão de serviços substitutos vão atuar sobre a dimensão competitiva da rivalidade dos concorrentes. Assim, a entrada ou saída de uma organização vai levar, como consequência, à redistribuição dos serviços da área onde atuava (Gomes, 2010).⁵

Tendo em vista a obtenção de sinergias, importa apostar na cooperação com os concorrentes da organização, tendo em linha de conta o poder negocial dos clientes e dos fornecedores, não esquecendo as entidades legais, uma vez que vão agir na dimensão cooperativa da rivalidade dos concorrentes. Assim, a sobrevivência de uma organização é condicionada pela capacidade de resposta às modificações a que está exposta, funcionando assim como um ser orgânico. Passando para o caso concreto das instituições de solidariedade social, e após a análise do diagrama das cinco forças é possível concluir que existe uma baixa competitividade entre as organizações, uma vez que, tendo um carácter sem fins lucrativos não competem entre si, o que é reforçado por marcos de atuação controlados e legalmente regulados. Apresentam ainda uma dimensão cooperativa forte, tendo em conta a área de atuação fortemente condicionada à legislação específica, sendo que estas entidades são reguladas por leis próprias, o que nos remete para um poder negocial médio, ou seja, a entrada das crianças numa instituição é determinada pelos tribunais ou pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens. Seguindo esta linha de pensamento, pode-se afirmar que a capacidade

⁵ Ver anexos – esquema 1.

de resposta ao serviço é condicionada fortemente pelas necessidades específicas que têm que ser satisfeitas, não sendo por isso diretamente imposta pela criança ou jovem. Apesar disto, os pais destes, apesar de não serem “clientes diretos” acabam por influenciar essa mesma resposta. Relativamente ao potencial de novas entradas, este apresenta níveis baixos na medida em que em áreas onde os pelouros de atuação estão legalmente definidos, há um condicionamento das respostas, ao mesmo tempo que, torna-se reduzida a possibilidade de surgir uma instituição que coloque ao dispor novas unidades de acolhimento dados os elevados custos de criação e manutenção. A juntar a isto, não é de se esperar o surgimento de serviços substitutos que eliminem os existentes dada a legislação própria que condiciona e estabelece as medidas a aplicar, fazendo assim com que a pressão de serviços substitutos seja reduzida.⁶

Reportando agora para o funcionamento da instituição enquanto organização - que concentra em si uma série de trabalhadores – pude verificar, ao longo do período de estágio que a relação entre eles é boa, na medida em que cooperam entre si desempenhando as funções que lhes competem no regulamento interno da associação, contando esporadicamente com o auxílio e empenho dos voluntários e das estagiárias. Foi possível comprovar que existe uma hierarquia bem definida nas funções de cada trabalhador e que todos respeitam a posição que ocupam na associação; as diferentes equipas da associação correspondem positivamente no seu funcionamento e é na equipa técnica que se destaca uma maior coesão, uma vez que as profissionais, apesar de desempenharem funções distintas, e serem oriundas de áreas disciplinares diferentes, mostram-se sempre dispostas a partilhar informações, estando sempre a par de todas as ocorrências referentes a cada criança e a cada jovem, trabalhando desta forma sob uma lógica multidisciplinar que se complementa. Em contrapartida, as restantes equipas, apesar de compartilharem funções e situações comuns, desenvolvem trabalhos muito mais individualizados e optam pela autonomia na execução das mesmas, não necessitando constantemente do auxílio de outro profissional para executar as suas funções. A própria carga horária e o número elevado de crianças e jovens para auxiliar durante o dia, delimitam a possibilidade de se reunirem e pensarem mais acerca da forma de intervenção para com os mesmos, assim como a diferenciação de tarefas que têm, também contribui para não sentirem necessidade de trocarem mais informações.

Como Gomes (2010) explica, este trabalho em equipa tem como base a repartição de diferentes saberes e conteúdos técnicos e subentende a partilha de informações e dúvidas, a

⁶ Ver anexos – esquema 1.

distribuição de responsabilidades, a promoção e o desenvolvimento do sentido de pertença e a contribuição para uma comunicação fluída e sem ruídos. A mesma autora refere ainda a importância de cada profissional revelar uma capacidade crítica face à sua prática diária, sendo relevante e representativo de uma boa prática a criação de espaços de discussão e reflexão sobre o desempenho profissional de cada técnico, algo que não verifiquei aquando do período de estágio.

CAPÍTULO III.

Estratégia técnico-metodológica

*O projecto constitui a expressão efectiva da capacidade humana de transcendência,
corporizando a crença na possibilidade de mudança.*

(Carvalho & Batista)

Atualmente, talvez mais do que nunca, há uma crescente preocupação com os problemas sociais a vários níveis, por parte da população, mas também dos investigadores, que não se cansam na busca de respostas. É neste sentido que cabe ao sociólogo ultrapassar a visão superficial daquilo que ocorre no quotidiano, procedendo dessa forma à identificação dos problemas que uma dada população enfrenta, bem como a consequente identificação das suas potencialidades e possibilidades de mobilização e de desenvolvimento das suas capacidades de ação no meio em questão. Situamo-nos assim no âmbito da sociologia da ação social, ou seja, existe uma análise da interação social, uma vez que nos posicionamos numa estratégia de investigação qualitativa, privilegiando o nível micro da ação social, tendo em conta algumas premissas como a análise da linguagem (onde há preocupação com o significado), a observação participante e as técnicas qualitativas, marcadas por um pendor mais intensivo e menor rigidez. São os próprios atores sociais que participam no processo de investigação, não havendo espaço para relações de causalidade, nem raciocínio dedutivo. A ter em conta o presente trabalho de investigação científica, importa não esquecer a importância que assume a natureza da problemática abordada. Aquilo que se pretende captar, a essência daquilo que habitualmente, em termos científicos, se designa por *problemática teórica*, engloba todo um conjunto de questões teóricas, elementos que se revelam cruciais na forma como optamos direcionar o percurso analítico. Se tivermos em conta que a pergunta de partida é entendida como o pilar do presente projeto, consideramos que a pesquisa será enriquecida quer do ponto de vista quantitativo, quer qualitativo. Tendo em conta com os objetivos propostos nesta investigação sociológica, torna-se essencial proceder a uma aproximação à realidade empírica, no sentido de uma validação dos pressupostos teóricos levantados, para uma fase posterior.

Enquadrada num plano mais flexível na metodologia qualitativa, a interatividade e a retroatividade são fundamentais na medida em que há um diálogo permanente entre a construção, reformulação até à amostragem e relação entre os dados. Situa-se muito num contexto exploratório, de descoberta, tendo por isso um carácter de mutação constante já que a ida para o terreno é fundamental. É necessário ouvir o que o objeto em estudo tem a dizer e questioná-lo, observar e complementar estes elementos com a teoria. Nesta linha de pensamento, e no âmbito de um modelo indutivo, há uma proximidade com os indivíduos e com os dados, que são encarados pelo investigador como geradores de conceitos. A pesquisa qualitativa remete para dimensões mais subjetivas, no domínio das emoções, dos significados, do modo de funcionamento das organizações e fenómenos culturais. Permite-nos apreender a singularidade das práticas sociais e os significados que os sujeitos atribuem a essas mesmas práticas.

A subjetividade é inerente a esta natureza indutiva, existe uma grande proximidade entre o investigador e o investigado, principalmente no campo da observação participante. Levamos para o terreno as nossas emoções, pensamentos e fazemos juízos de valor, ainda assim, importa lembrar que a formação do investigador permite criar barreiras e refletir de forma permanente para que seja possível evitar enviesamentos, através da objetivação dessas emoções, sentimentos e vivências, que devem contar para o relatório final, no sentido do impacto que a própria pesquisa teve para o investigador, como veremos adiante. Desde logo confrontado com situações que levam ao questionamento e evocam a necessidade de um esforço de afastamento face aos indivíduos em estudo, o investigador não pode ignorar aquilo que é exterior à realidade conhecida, o que poderá ser encarado como uma resistência para a compreensão da realidade social.

Uma vez inserida no campo da metodologia qualitativa, a presente pesquisa foi-se pautando por uma série de contributos teóricos que foram suportando o ensaio, sendo então neste momento pertinente lança-los para a discussão. Assim, e iniciando com o paradigma interaccionista, no âmbito da segunda escola de Chicago, pode-se dizer que o mesmo tem como objetivo não só o estudo da interação social, como também o significado que os indivíduos atribuem às suas ações, sendo a partir daqui que se constroem comportamentos e significados inerentes a esses mesmos comportamentos. Assim, há uma leitura do desenvolvimento das interações sociais, uma vez que é pacífica a ideia de que é nas situações de interação que o sentido é estabelecido pelos indivíduos. O interaccionismo simbólico situa-se na interpretação dos factos por via da experiência humana em contexto de interação: *o significado que as pessoas atribuem às suas experiências, bem como o processo de*

interpretação, são elementos essenciais e constitutivos, não acidentais ou secundários àquilo que é a experiência. Para compreender o comportamento é necessário compreender as definições e o processo que está subjacente à construção destas. (Biklen; Bogdan, 1994).

Tendo em vista a investigação qualitativa, importa compreender de que modo esta se processa aquando da investigação. Os dados não numéricos, advêm de fontes diversas, como observações, entrevistas, documentos, entre outros, como iremos verificar de seguida. Estes dados são recolhidos da realidade social, ou seja, do ambiente natural onde a ação se desenrola, sendo o investigador o principal instrumento da pesquisa qualitativa, inserindo-se naquele ambiente. Apresenta uma forte componente interpretativa, na medida em que faz uso de fotografias, de textos e citações que possam fornecer informações sobre os sujeitos, que por sua vez assumem um papel ativo, sendo fonte de conhecimento. Os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que pelo resultado, estando numa constante lógica de questionamento, tendo relevância a forma como os significados e os pontos de vista são negociados e partilhados. Os significados apresentam uma importância central neste tipo de investigação uma vez que se assume a perspetiva dos participantes. Neste sentido, a investigação qualitativa ancora em si uma conceção do mundo marcadamente construtivista, assumindo que o real social advém de uma construção histórica e social resultante das ações levadas a cabo pelos atores sociais, pelo que adquire pertinência apreender os significados que estes atribuem às suas (inter)ações. O seu enfoque vai de encontro ao sentido weberiano de compreensão para posteriormente desenvolver teorias com base na realidade. Para isso, faz uso de técnicas como a *fenomenologia*, a *grounded theory*, *etnografia*, *estudo de casos* e *observação*, ou seja, técnicas que permitem estudar de forma aprofundada os fenómenos estudados, ainda que em pequena escala, uma vez que se pretende captar a profundidade dos daqueles fenómenos, tal como já referi anteriormente.

Fruto do resultado da ligação estabelecida entre o interaccionismo simbólico e a Escola de Chicago, e tratando-se de uma metodologia sociológica, a *grounded theory* diz respeito ao envolvimento do investigador no processo de investigação, sendo igualmente apresentada como uma resposta à insatisfação face aos modelos predominantes da altura (esta metodologia surgiu há mais de 30 anos), nomeadamente defendidos por Parsons e Merton. Tais modelos obedeciam a um carácter especulativo, na medida em que não existia relação entre o investigador e o processo de investigação, colocando em causa questões de validade científica. Assim, através da obra *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for qualitative research*, Strauss e Glaser lançam a premissa de que o objetivo de qualquer teoria é produzir teoria, elaborar um conjunto de categorias, propriedades e relações entre elas, ou

seja, construção de hipóteses. Estas teorias constituem o resultado do processo de investigação, não sendo por isso elaborada *à priori*. A investigação científica constrói-se através da confrontação de dados, uma vez que os conceitos e categorias são dois pilares construídos tendo por base os dados recolhidos na investigação, sendo estes confrontados novamente com a realidade. Seguindo esta linha de pensamento, é possível concluir que a teoria construída pelos modelos hipotético-dedutivos encontra as suas raízes nos dados recolhidos, sendo esta a sua base de desenvolvimento, na medida em que a investigação de carácter qualitativo não busca regularidades, mas sim a diversidade. O investigador deve entender as interações dos sujeitos em contextos particulares e compreender de que modo estas são interpretadas face ao contexto. Assim, a interação que o ator social desenvolve é encarada como produção de conhecimento, do qual o investigador extrai experiências, emoções que fazem parte integrante do processo de investigação, sendo esta a forma que utiliza para lidar com a subjetividade característica da pesquisa. Não se procura um afastamento em relação ao sujeito, mas sim a empatia face a ele, sendo por isso inevitável a criação de laços, não esquecendo o carácter profissional pelo qual o investigador se deve pautar durante todos os momentos da pesquisa. Será então pertinente a este respeito lançar para o debate os eventuais riscos subjacentes aos níveis de participação/envolvimento com o meio. É necessário fazer esforços de vigilância epistemológica, uma vez que o investigador produz interpretações de interpretações que os sujeitos fazem do seu quotidiano, interpretações essas que contêm aspetos valorativos. Embora o investigador possa ter uma agenda subjacente ao estudo, não pode permitir que esta comprometa a cientificidade e a validade da investigação. Importa ainda salientar, no seguimento do que tem vindo a ser reiterado, o papel decisivo, no sentido da competência dos observados, na medida em que o investigador está dependente da sua colaboração para levar a investigação a bom porto.

A par do interaccionismo, e segundo Goffman, é através da interação face a face que os indivíduos representam o seu *Eu*, ao mesmo tempo que vão recebendo influência física dos demais sujeitos que partilham dessa mesma interação. As expressões faciais, corporais, os olhares e a linguagem constituem fatores que exprimem o *Eu* e é partir daqui que se vão construindo as relações com os outros. Segundo o paradigma interaccionista simbólico, os indivíduos não são singulares, mas sim desempenhadores de papéis na sua vida quotidiana com um carácter dinâmico e que varia ao longo do espaço e do tempo. A ação social é então encarada segundo um esquema não estático, dinâmico, no qual todos os atores sociais são portadores de um vasto conhecimento do significado da sua própria ação, bem como da dos demais atores. Segundo Blummer, o indivíduo interpreta o outro como a si mesmo, uma vez

que toda a ação humana tem um sentido e por isso é passível de explicação, embora a mesma ação possa ter sentidos diferentes para dois indivíduos, na medida em que estes aplicam significados diferentes à ação. O significado corresponde ao sentido simbólico que o indivíduo coloca na sua ação no decurso da relação social, isto é, no sentido simbólico da interação social. É o próprio ator social que constrói o significado e o atribui à ação. Estes significados podem ser percebidos através da linguagem, que constitui uma forma legível de os interpretar e através do pensamento, sendo este o instrumento que organiza a linguagem, embora não tenha necessariamente que se traduzir numa linguagem, a existência de códigos é constante, ao contrário da existência de comunicação, que nem sempre é necessária.

A interação não constitui um mecanismo perfeito entre o indivíduo e a sociedade, uma vez que naquele processo podemos encontrar situações de conflitualidade: o agente social tem códigos e possui linguagem, embora sem comunicação esta relação irá tornar-se conflituosa, e consequentemente o indivíduo poderá afastar-se ou desviar-se. De acordo com os interaccionistas, o desvio existe na medida em que a sociedade institui normas segundo as quais os indivíduos se regem e esforçam-se por aplicá-las em determinados momentos e circunstâncias. Servem para definir a situação e o modo de comportamento adequados. O desvio pode ser encarado segundo duas vertentes: o primeiro quando o indivíduo transgredir as normas da sociedade ou da instituição da qual faz parte, passando assim a ser encarado como *o desviante*. Em segundo lugar, a rotulagem de que este indivíduo foi alvo pode ser vista por ele de diferentes formas: pode pensar que é injusta ou assumi-la como verdadeira. Este paradigma estabelece a ligação do indivíduo à sociedade.

Uma vez situada no campo do interaccionismo simbólico, importa adequar a presente pesquisa nas duas variantes daquele paradigma: a *fenomenologia* e a *etnometodologia*. A primeira, desenvolvida por Edmund Husserl e Alfred Schütz, é considerada a ciência dos fenómenos, sendo que pretende captar os conteúdos da consciência e dos significados, sob forma de fenómenos subjetivos presentes na realidade social. Segundo os pais desta ciência, a fenomenologia procura a interpretação daquela realidade social através da consciência que o ator social formulada com base nas suas experiências. Podemos lançar aqui a questão do risco pelo qual as crianças e jovens passaram, ressaltando o facto desta experiência ter influência na forma como as crianças encaram a realidade, se têm mais ou menos propensão a fazer amizades e a relacionar-se com os demais face a outras crianças e jovens que não passaram por aquela situação.

Já a etnometodologia, desenvolvida por Garfinkel remete para a captação do sentido das ações do quotidiano no contexto em que as mesmas são produzidas. É através da

linguagem que se compreende e racionalizam aquelas ações. Neste sentido, é possível articular aqui alguns dos objetivos do projeto, no sentido da análise da conduta das crianças até ao ingresso na instituição e, de acordo com as diferentes atribuições de significado que suportam em si diferentes e variadas experiências, é possível compreender de que forma se manifestam as formas de interação entre as crianças e os técnicos, funcionários e voluntários do *Colégio*.

Importa aqui salientar que o investigador qualitativo, com orientação fenomenológica, conhece a realidade do modo como esta se lhe apresenta: mais idealista do que propriamente real, mais simbólico que concreto. É por esta razão que por vezes as leituras dos significados sobre os sujeitos realizadas pelos investigadores podem tornar-se estranhas aos olhos daqueles, pois não passam de uma construção de investigação, sendo por isso fundamental que o investigador conceba um esquema conceptual que o permita fazer interpretações o mais exatas possível. Na análise qualitativa cada investigador tende frequentemente a desenvolver o seu próprio método em função do seu objeto de investigação, dos seus objetivos, dos seus pressupostos teóricos ou de outros fatores contingentes, sendo que aqui o contacto direto é fundamental, ao mesmo tempo que complementa outros métodos como os equipamentos vídeo e áudio.

Relativamente aos instrumentos metodológicos, a entrevista e a observação direta constituem as técnicas de eleição para analisar o objeto de estudo da presente investigação, inseridos na metodologia qualitativa. É importante lembrar que o papel do investigador qualitativo está impregnado de subjetividade, ou seja, o investigador está consciente de si, dos seus sentidos e de todas as implicações que surgem no projeto de pesquisa. Embora os dados tenham subjacente toda e qualquer interpretação por parte do investigador, este tem como objetivo *construir conhecimento e não o de dar opiniões sobre determinado contexto*. (Biklen; Bogdan, 1994). Posto isto, importa ter em conta a metodologia a ser utilizada na análise das próprias crianças, sendo que na realidade são estas o alvo de toda a investigação.

No que se refere à técnica da observação, esta tomou um rumo bastante exaustivo, na medida em que, como me encontrava a estagiar na associação, tinha isso oportunidade de tomar várias anotações em variadas partes do dia acerca daquilo que ia presenciando. Esta técnica tem um forte impacto relativamente à presença do investigador na unidade social em estudo e das ações de recolha de informação por ele desenvolvidas, na medida em que sendo a instituição um meio fechado e a presença do investigador uma constante é possível criar uma proximidade com todos os intervenientes da investigação. As principais vantagens da utilização desta técnica remetem-nos para *a apreensão dos comportamentos e dos*

acontecimentos no próprio momento em que se produzem; a recolha de um material de análise não suscitado pelo investigado, portanto, relativamente espontâneo; a autenticidade relativa dos acontecimentos em comparação com as palavras e com os escritos (Quivy, 2005).

Chegado ao momento da entrevista, o investigador deve assumir uma postura perspicaz e de atenção permanente, trabalhando assim para ser um bom ouvinte, ou seja, identificar e clarificar incoerências discursivas ou eventuais controvérsias. Apesar do encontro entre o investigador e o investigado ser baseado numa relação de confiança e desenrolar-se num contexto quase informal, é indispensável que a conduta do próprio investigador tenha inerentes questões éticas que devem estar presentes em qualquer trabalho científico. Desta forma, a investigação deve conter questões sustentadas pelo código deontológico que desde logo apresentei aos responsáveis pela população-alvo em estudo, tais como o tema, a cronologia e os objetivos de trabalho, garantindo também o anonimato e a confidencialidade do conteúdo das entrevistas apenas para fins académicos. Esta técnica constitui um instrumento metodológico que consiste num procedimento de recolha de informação no qual o investigador consegue estabelecer um contacto verbal e de proximidade com os atores sociais investigados. O tipo de entrevista que, a meu ver é a mais adequada para este contexto metodológico é a semidiretiva, onde o seu carácter flexível apresenta-se como uma mais-valia, dando lugar a uma desmistificação dos significados que os indivíduos atribuem ao apoio institucional por eles prestado, assumindo um carácter de maior proximidade. Tal como referem os autores do *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (2005), esta técnica é adequada na *análise de um problema específico*, bem como na *análise do sentido que os atores dão às suas práticas* (Quivy, 2005).

Outra técnica - no seguimento de uma entrevista livre - é a análise da história de vida. Aqui há um exame sobre a vida ou do segmento da vida do indivíduo, onde é relatada de forma fluída e livremente a história pessoal da vida daquele. É a singularidade da história de vida que se torna reveladora do vivido social e é na qualidade da interpretação que reside a validade das histórias. Apesar dos esforços não foi possível aplicar esta técnica na medida em que as crianças estavam a maior parte do tempo ocupadas com outras tarefas, não tendo sido possível ganhar algum tempo de qualidade para desenvolver a técnica, uma vez que esta tendia a substituir-se pelas conversas informais. Ainda assim, importa referir que neste meio seria bastante pertinente compreender que aspetos da vida da criança, nomeadamente relativos à família de origem, conduziram à alteração da trajetória de vida de cada um, embora tenha

sido possível ter uma noção desta realidade através das entrevistas, mais concretamente através da entrevista que realizei à avó materna de um dos internos.

No que se refere às metodologias de análise, o uso da análise de conteúdo das entrevistas será pertinente numa segunda fase, através da qual é possível aceder à vertente mais simbólica e latente dos discursos dos entrevistados. A análise de conteúdo pode assim ser caracterizada pela produção de uma *descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação* a qual direccionada para uma extensão a *tudo o comportamento simbólico* (Silva; Pinto, 2005). Desta forma, o tratamento dos dados recolhidos constitui um procedimento fundamental, na medida em que possibilita uma clarificação daquilo que será expectável em termos de resultados da investigação.

As conversas informais constituem uma estratégia essencial na medida em que será possível, através dos registos informativos recolhidos pelo investigador, captar regularidades e/ou singularidades, percecionando aspetos relativos à *situação social, profissional ou familiar, às suas opiniões, à sua atitude em relação a opções ou a questões humanas e sociais, às suas expectativas, ao seu nível de conhecimentos ou de consciência de um acontecimento ou de um problema, ou ainda sobre qualquer outro ponto que interesse os investigadores*. (Campenhoudt; Quivy, 2003). Importa ainda aqui compreender o que levou os funcionários a ingressarem numa instituição para cuidar das crianças, com as restrições e resignações subjacentes a essa opção de vida, por exemplo.

A análise documental, nomeadamente do regulamento interno, das regras de funcionamento e dos processos individuais das crianças e jovens, será igualmente uma das técnicas utilizadas para o conhecimento do funcionamento institucional, assim como de algumas especificidades no que respeita aos processos individuais. Será igualmente pertinente, sempre que possível, cruzar, analisar e comparar os dados obtidos por análise documental com as informações obtidas através das observações, no sentido de perceber se as práticas formalmente explicitadas são as que acontecem informalmente no dia a dia.

Posto isto, importa ter em conta a metodologia a ser utilizada na análise das próprias crianças, sendo que na realidade são estas o alvo de toda a investigação. Assim, a técnica da observação foi de igual forma eleita como um instrumento analítico. Esta técnica tem um forte impacto relativamente à presença do investigador na unidade social em estudo e das ações de recolha de informação por ele desenvolvidas, na medida em que sendo a instituição um meio fechado e a presença do investigador uma constante, é possível criar uma proximidade com todos os intervenientes da investigação. As principais vantagens da utilização desta técnica remetem-nos para *a apreensão dos comportamentos e dos*

acontecimentos no próprio momento em que se produzem; a recolha de um material de análise não suscitado pelo investigado, portanto, relativamente espontâneo; a autenticidade relativa dos acontecimentos em comparação com as palavras e com os escritos (Quivy, 2005).

No decorrer do projeto, e tendo em linha de conta mais uma vez a metodologia qualitativa, acionei as técnicas da observação direta, da entrevista, a análise documental e foram levadas a cabo algumas conversas informais.

CAPÍTULO IV.

O modelo de análise

A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ainda ninguém pensou sobre aquilo que todos vêem.
(Arthur Schopenhauer)

É possível alargar a perspetiva de análise tendo por base o trabalho exploratório, ao mesmo tempo que se torna necessário compreender a forma como os fenómenos se desenrolam na sociedade a partir de um trabalho sistemático de recolha e análise de dados levado a cabo pelo investigador. *É este o objecto desta fase de construção do modelo de análise. Constitui a charneira entre a problemática fixada pelo investigador, por um lado, e o seu trabalho de elucidação sobre um campo de análise forçosamente restrito e preciso, por outro* (Quivy, 2005). Importa por isso salientar uma série de conceitos que conduziram a investigação, uma vez que a conceptualização é mais do que uma simples definição ou convenção terminológica. *É uma construção abstracta que visa dar conta do real. Para isso não retém todos os aspectos da realidade em questão, mas somente o que exprime o essencial dessa realidade, do ponto de vista do investigador. Trata-se, portanto, de uma construção-selecção (...) construir um conceito consiste primeiro em determinar as dimensões que o constituem, através das quais dá conta do real”* (Quivy, 2005).

Num contexto social onde a individualização é cada vez mais crescente, o isolamento é conseqüentemente mais elevado e há um constante impedimento da coesão coletiva, tornando-se desta forma pertinente estudar a realidade a partir de uma dimensão sociocultural. É por isso pertinente compreender de que forma os riscos ganham forma na vida das crianças e jovens; que fatores estão subjacentes à institucionalização infantojuvenil, a partir de uma dimensão socioinstitucional, perceber qual o grau de envolvimento entre as crianças, jovens e funcionários da instituição.

Uma vez inserida no seio da instituição, é fundamental realizar uma avaliação daquilo que é realmente necessário e que se demarque pela diferença e pela positiva. Assim, e num primeiro momento, foi essencial proceder à análise da realidade onde o estágio se desenvolveu, partindo de um nível mais macro para um nível mais micro, com o objetivo de

construir um conhecimento profundo que tenha em consideração as características, fragilidades e potencialidades da instituição e dos vários atores nela inseridos; assim como dar conta dos vários recursos existentes e, por fim, dar respostas a algumas das necessidades identificadas e problemas. Posto isto, o objetivo aqui patente pretende dar conta da realidade da condição de crianças em situação de risco inseridas num meio institucional, assim como a apropriação que aquelas fazem do meio social fora daquele espaço organizacional. Neste sentido, a população alvo da presente investigação serão as crianças inseridas na *Associação Protectora da Criança*, através da qual se pretende compreender os comportamentos de crianças institucionalizadas recorrendo a uma investigação qualitativa, que irá permitir observar esses mesmos comportamentos em contexto natural.

A família constitui a primeira etapa de socialização da criança, constituindo o contexto educativo onde apreende as normas, valores sociais, culturais e valores emocionais. Sendo a base de aprendizagem, é a família que produz na criança um processo de desenvolvimento cognitivo, sensorial, motor e afetivo. É através da instituição familiar que é incutida à criança e ao jovem uma cultura que posteriormente construirá a sua identidade individual e social, contribuindo deste modo para a sua autonomia e construção da responsabilidade pelas suas opções de vida, sendo por isso essencial avaliar o papel que a instituição tem na vida das crianças e jovens e que tipo de repercussões a mesma exerce. As crianças encontraram na instituição um escape na medida em que são crianças provenientes de famílias disfuncionais que apresentam comportamentos autodestrutivos como comportamentos de risco, relacionados com a toxicodependência, alcoolismo, prostituição e/ou maus-tratos físicos e psicológicos. Na maioria dos casos, estes comportamentos estão associados aos problemas de pobreza, constituindo estes as consequências daquela situação. Importa assim não descurar aspetos como a exclusão social, insuficiência ou falta de recursos e estilo de vida familiar como fatores propícios à institucionalização das crianças. Outro elemento importante que sustenta, orienta e legitima o trabalho é a instituição social. Representam uma estrutura social e têm como objetivo o apoio e o acompanhamento dos indivíduos, ajudando-os a crescer, a fomentar o seu desenvolvimento físico, intelectual, moral e a guiá-los para conseguirem desenhar o seu futuro e tornarem-se cidadãos, no caso específico da *Associação Protectora da Criança*.

Após a explanação dos conceitos mais revelantes que foram conduzindo a investigação, importa ter em conta os objetivos da mesma, que irão complementar a pergunta de partida. Assim, lanço como sendo os objetivos gerais a elaboração de um retrato social da condição de criança em risco da *Associação Protectora da Criança*; e a compreensão do

acompanhamento institucional que é prestado. Afunilando estes propósitos, os objetivos específicos vão de encontro com a identificação das apostas institucionais de apoio às crianças; a verificação do grau de envolvimento entre as crianças e as responsáveis da instituição; a compreensão da forma como se processa a inclusão na instituição, e de como esta, complementada com a esfera social, se torna um importante fator na orientação, acompanhamento, (re) criação de oportunidades (desenvolvimento físico e intelectual, mercado de trabalho e dimensão familiar) das crianças.

O acolhimento institucional e a inserção social das crianças funcionam enquanto objeto de estudo, que pretende ser alcançado através da operacionalização do plano de investigação. Neste sentido, surge a necessidade de levantar uma pergunta de partida que orientará todas as fases posteriores do projeto: a exploração, a problemática, a construção do modelo de análise, a observação, a análise das informações e as conclusões (Quivy, 2005). Constituindo o fio condutor em todo o projeto de investigação face ao objeto de estudo, lanço a pergunta de partida: *O apoio fornecido pela Associação Protectora da Criança às crianças constitui uma mudança naquilo que seria a sua trajetória de vida?* Esta pergunta constitui o pilar central para a elaboração do desenho da pesquisa e, através da construção do modelo de análise, é fundamental ter em linha de conta as hipóteses teóricas previamente delineadas que delimitam o rumo que a pesquisa irá tomar. São elas:

- **Hipótese 1:** Uma vez inseridas na associação, as crianças são encaminhadas no sentido de uma integração favorável na sociedade, na qual conseguem ser autónomas;
- **Hipótese 2:** As crianças que se encontram na instituição foram outrora crianças em risco devido a problemas económicos, de estruturação familiar, doença, maus-tratos, abandono ou negligência por parte dos seus familiares ou cuidadores;
- **Hipótese 3:** A questão do risco pelo qual as crianças e jovens estão na APC varia conforme o género e a classe social de origem;
- **Hipótese 4:** As várias passagens pelos lares não são saudáveis para as crianças, mas sem elas aquelas estariam numa situação de risco cada vez mais profunda.

A passagem de tudo aquilo que foi explanado até ao momento para uma linguagem e forma que conduzam o trabalho de recolha e análise de dados, de observação ou experimentação, num momento posterior, demonstra a pertinência da construção do modelo de análise, no qual podemos contactar com três dimensões: a sociocultural; socioinstitucional

e a dimensão institucional. Torna-se por isso fundamental nesta fase apresentar conceitos e formular hipóteses de trabalho, definir dimensões, indicadores, identificar as variáveis que estão implicadas em cada uma das hipóteses, assim como clarificar a relação entre as variáveis e indicadores presentes nas diferentes hipóteses apresentadas.

CAPÍTULO V.

Apresentação e tratamento de dados

*Não podemos garantir que as nossas metas e
objectivos são válidos, se não os confrontarmos com as necessidades daqueles que
pretendemos servir.*
(Stufflebeam)

Todo o trabalho desenvolvido, bem como as estratégias adotadas vão dar resposta aos objetivos e às hipóteses teóricas do trabalho, após a exposição dos principais resultados alcançados que irei expor de seguida. Tal como já havia sido referido anteriormente, os resultados foram alcançados através de meios como a observação participante, conversas informais com as crianças ou jovens, elementos da equipa técnica, professores e outros funcionários, entrevistas e ainda consulta de documentos.

Inicialmente foi necessário levar a cabo uma caracterização sociodemográfica da população-alvo, com apoio dos processos das crianças e na análise da própria população. Assim, e de acordo com aquela dimensão de análise, foi possível concluir que a maior parte dos internos são do sexo masculino, com idades compreendidas entre os dois e os dezoito anos, embora o grosso da população se situe nas faixas etárias dos oito aos quinze anos, sendo dezassete elementos do sexo masculino, e treze do sexo feminino. Estas crianças e jovens são de nacionalidade portuguesa e provêm de diferentes zonas do concelho de Vila Nova de Gaia, na sua grande maioria, à exceção de alguns casos particulares que residiam mais longe (não é possível especificar esta informação uma vez que algumas das partes que me foram cedidas dos processos individuais para análise não continham a nacionalidade e a naturalidade). É igualmente importante salientar o facto de existir um significativo número de casos de parentesco na instituição, sendo aqui incentivada a admissão conjunta, proporcionando uma boa relação entre as crianças acolhidas. Assim, das trinta crianças e jovens institucionalizados, vinte e três têm irmãos acolhidos na mesma associação, isto é, 77%, enquanto que os restantes 23% dizem respeito a sete crianças e jovens que não têm irmãos em acolhimento e/ou são filhos únicos.

A apresentação destes dados sociodemográficos vão de encontro a uma das hipóteses teóricas da investigação - a questão do risco varia conforme o género – destacando-se a população masculina. De acordo com a segunda parte desta mesma hipótese - a questão do risco que levou as crianças e jovens à associação varia conforme a classe social, pode-se verificar que, apesar das várias razões que levam as crianças e jovens à instituição, os problemas económicos e as carências financeiras estão na base de muitos deles, o que nos leva a validar aquela hipótese. Apesar da vulnerabilidade ao risco ser transversal a todos os estratos sociais, há uma maior incidência destes casos nos meios mais desfavorecidos. Daqui podemos estabelecer uma ponte com uma outra hipótese - as crianças que se encontram na instituição foram outrora crianças em risco devido a problemas económicos, de estruturação familiar, doença, maus-tratos, abandono ou negligência por parte dos seus familiares ou cuidadores – apesar de, como já referi as carências económicas constituírem o motivo mais apontado nos processos individuais das crianças, principalmente naquelas que se encontram há menos tempo na instituição (varia entre os seis meses e um ano, à exceção de uma das crianças nesta situação que vive na associação há sete anos), as outras razões acima apontadas estão igualmente presentes nos processos.

i) O período de estágio – adaptação e participação

Após algum tempo de reflexão, optei pela elaboração de um relatório de estágio, sendo que na altura foi imprescindível iniciar uma busca por locais disponíveis para tal. Assim, e após alguns contratempos, em fevereiro iniciei o estágio na *Associação Protectora da Criança*, deixando para trás a primeira instituição apontada, na qual me negaram o acesso. Em conversa com a técnica da instituição, ficou combinado que o estágio realizar-se-ia à segunda, terça e quarta das 9h às 15h, sendo que quinta e sábado ou domingo o horário ficou definido entre as 10h às 20h. Apesar deste acordo, os horários foram-se tornando bastante flexíveis, na medida em que sendo trabalhadora-estudante, senti a necessidade de moldar o horário de acordo com a minha disponibilidade, quando tal se justificou em algumas ocasiões. Anteriormente já tinha ido à instituição algumas vezes, reunir com alguns elementos da equipa técnica, para discutir os moldes do estágio. Ficou então decidido que numa primeira fase iria estar junto das crianças mais velhas, da parte da manhã, visto que estas não têm aulas naquele período do dia. Numa segunda fase, e de modo a conseguir perceber todas as

atividades que ali são desenvolvidas, ficou acordado que iria também da parte de tarde para a sala das crianças mais novas, sendo que a par disto também tive a oportunidade de observar o total da população alvo – os mais velhos e mais novos – no espaço exterior ao fim da tarde ou á noite, na hora do jantar. Assim, e como já foi referido, consegui ter uma noção das várias atividades que são desenvolvidas nos vários momentos do dia.

No primeiro dia do estágio fui acompanhada pelo professor, que me mostrou os espaços da instituição, bem como deu a conhecer as rotinas que ali se desenvolviam explicando que atividades costumam realizar-se em cada uma das valências, com quem foi possível estabelecer uma conversa informal acerca das características das crianças e jovens que integram a instituição, tendo ficado por isso com uma informação geral acerca daquilo que poderia encontrar no futuro. Aqui estabeleci os primeiros contactos com as crianças, uma vez que nas visitas anteriores à associação tal não sucedeu, pois não frequentei os espaços partilhados por elas, nem tive oportunidade de interagir com as crianças e jovens. Nos primeiros dias de estágio, houve uma preocupação por conhecer cada caso das crianças, através da análise dos seus processos. Não me foi autorizada a fotocópia desses processos por motivos de confidencialidade e segurança, mas pude tomar algumas notas, tendo criado códigos, sob forma de letras e números, para cada criança. Esta análise foi importante a vários níveis, pois permitiu uma preparação prévia da minha parte antes dos primeiros contactos. Algumas das crianças têm problemas de saúde para os quais convém ter um conhecimento prévio, mas importa também perceber por exemplo quais podem ir a casa e têm permissão para ver os pais e quais não o fazem, de modo a evitar algum tipo de constrangimento na interação com elas. Esta era também uma componente que fazia parte dos meus objetivos do estágio – conhecer a história de vida das crianças que ali se encontram, embora só com o contacto se consegue ter um conhecimento pleno de cada criança e jovem.

Durante a minha estadia na *Associação Protectora da Criança*, o diário de campo estava sempre comigo onde, numa lógica pautada pela descrição, ia tomando notas daquilo que se ia passando em meu redor. Tive a preocupação de realizar as observações em diferentes partes do dia de modo a obter o máximo de informações acerca das várias práticas que iam sendo realizadas naqueles espaços. Estando sob a lógica de rotinas diárias, pude comprovar que as atividades levadas a cabo pelas crianças iam-se mantendo estáveis e rotineiras ao longo do tempo. Apesar disto, havia sempre algumas mudanças naquela rotina, em situação de férias ou aquando da chegada do tempo mais ameno, em que as crianças aproveitavam para ir brincar para o exterior, diversificando as suas atividades. Decorrendo num período longo de tempo – de fevereiro a junho – pude extrair do estágio uma série de observações, tirando partido disso.

Assim, e nas primeiras observações, ainda em tempo de inverno, eram realizadas na sua grande maioria de manhã, na sala do ciclo, com crianças com idades compreendidas entre os onze e os dezasseis anos. Sendo na sua maioria rapazes, enquanto alguns viam o programa matinal do canal *Panda* na televisão, outros brincavam com *legos* ou com os piões (atividade muito disputada pelos rapazes), enquanto as raparigas optavam por ler, ver televisão, falar entre si ou, dançar, no espaço exterior à sala (no hall de entrada que dá acesso à porta da sala existe um sofá e móveis, onde as crianças colocaram também um rádio do qual podem ouvir música e dançar, uma vez que o espaço é relativamente amplo). A par disto, as raparigas mais velhas pediam muitas vezes para ir para a sala do infantário ajudar a tomar conta dos bebés de dois anos.

Num segundo momento do estágio, as observações passaram a ser efetuadas da parte da tarde, na sala da primária. Ao contrário do que acontece na sala do ciclo, aqui a maior parte das crianças são externas, ou seja, encaram o *Colégio* como um A.T.L., sendo que os pais de alguns vão deixá-los de manhã (por volta das 8h), ali tomam o pequeno almoço e são acompanhados até à escola, sendo que alguns almoçam lá e regressam de tarde para fazer os trabalhos de casa e brincar até os pais os irem buscar (entre as 17h e as 18h). O grupo de cinco crianças do 4º ano almoça sempre na associação, sendo que um deles é interno. Depois do almoço, os que têm atividades – inglês ou ginástica – regressam à escola, enquanto os outros (neste caso duas crianças) se deslocam até à sala e começam a fazer os trabalhos de casa com o auxílio da professora. Por volta das 15:30h, chega um grupo grande de crianças da escola (os do 4º ano que tinham ido para as atividades, os do 1º ano e os do 3º ano). Lancham (leite ou iogurte, pão com manteiga ou geleia ou um bolo – é sempre diversificado, visto que estes alimentos são fruto de doações do *Pingo Doce* e da padaria locais) e depois iniciam a realização dos trabalhos de casa. Aqui eu própria era solicitada para os ajudar com os trabalhos, bem como acompanhá-los ao exterior, se o tempo assim o permitisse, quando terminassem as tarefas, de modo a não perturbarem os outros. Quando a maior parte das crianças já terminou os trabalhos (nota-se uma maior dificuldade nas crianças do 1º ano, a quem é necessário prestar um maior acompanhamento no apoio à realização dos trabalhos de casa ou trabalhos extra, marados pela professora) chegam as crianças do 2º ano, que têm aulas durante a tarde, sendo que a maioria destes são internos. Após lancharem, começam a fazer os trabalhos de casa, sendo que aqui já se nota um maior cansaço por parte deles, visto que normalmente já é tarde (cerca de 18h/19h). Assim, se houver um grande volume de trabalhos de casa, é preferível continuar no dia seguinte de manhã, caso não tenham atividades (nesse caso fazem depois do jantar), pois é necessário prepararem-se para o banho de modo a

estarem prontos para o jantar. Importa ainda a este respeito referir que, tal como já foi mencionado acima, a maior parte deste grupo de crianças são internas, algumas delas já repetentes e com as quais é necessário dedicar um acompanhamento especial na ajuda aos trabalhos de casa na medida em que estas crianças tendem a registar uma certa desvantagem em termos de desempenho escolar, explicada pela origem, geralmente caracterizada pela pobreza, pelas ruturas, mudanças sucessivas de escola e falta de assiduidade que o seu historial escolar regista.

Ainda antes de todas as crianças estarem prontas para aquela refeição, a funcionária prepara o mais novo elemento da instituição – um bebé de dois anos – para jantar. Dá-lhe a sopa antes de começarem a servir a refeição aos restantes. Normalmente as outras crianças colaboram com a funcionária e distraem o bebé para que este coma sem fazer qualquer tipo de birras. Para além do sentido de responsabilidade e atitude protetora que as crianças, nomeadamente do sexo feminino, têm em relação ao bebé, pode-se verificar que existe um grande afeto que liga todas aquelas crianças entre si, exteriorizando a lógica familiar que ali se desenrola.

Importa agora descrever os espaços físicos da instituição. Sendo uma moradia, o local dispõe de espaços amplos, principalmente no exterior. Ali podemos encontrar várias divisões: no rés do chão localiza-se a sala do ciclo, estando anexados a esta uma casa de banho e uma outra divisão de arrumos, onde os responsáveis colocam alguns bens que são doados à instituição, como roupa, calçado ou brinquedos; as duas salas do infantário (dos dois e três anos), bem como o *hall* de entrada. Subindo as escadas, conseguimos ter acesso à cozinha (onde é proibida a entrada sem autorização, salvo das cozinheiras); uma casa de banho; o refeitório, o gabinete “das doutoras”, onde trabalha a equipa técnica; o gabinete da coordenadora; e a sala da primária.

Por fim no segundo andar ficam os quartos das crianças, sendo quatro no total e identificados com cores e divididos por sexos, contando cada um com cerca de cinco crianças. Apesar de ser um número grande, os quartos em si são espaçosos e as crianças estão divididas por idades. Ainda assim, considera-se que cada criança devesse ter o seu próprio quarto, de modo a que conseguisse cultivar o seu próprio espaço e ter a sua privacidade em pleno. Cada quarto tem uma casa de banho e estão equipados com camas, ocupadas maioritariamente pelas crianças mais pequenas, e beliches, ocupados em grande parte pelos jovens. Apesar de estarem divididas mais ou menos por idades, há a preocupação por parte da equipa técnica em juntar por exemplo, três crianças mais novas e duas mais velhas, imprimindo alguma responsabilidade às últimas sobre as primeiras. A cama ou o beliche delimita o espaço pessoal

de cada criança, sendo aqui um espaço através do qual é possível ficar a conhecer os gostos de cada criança ou jovem, por exemplo. Desde fotografias com os amigos e/ou familiares, dedicatórias, a desenhos ou *posters* dos ídolos, cada ocupante do quarto tem o seu *placard* para decorar a seu gosto. O mesmo acontece nas prateleiras, onde guardam os livros pessoais e outros objetos ao gosto de cada um. Os quartos ocupados pelas crianças mais velhas dispõem de televisão e/ou rádio.

Todas as divisões da casa são limpas e arejadas, bem equipadas, nomeadamente os quartos que foram remodelados recentemente. Irei agora passar a referenciar as divisões que, a meu ver merecem destaque uma vez que são os locais onde as crianças passam a maior parte do seu tempo quando se encontram no Colégio. Uma vez já descrita a zona de descanso - os quartos; segue-se agora a zona de trabalho – as salas de estudo. Estas caracterizam-se pela luz própria vinda das janelas, sendo que o mobiliário é bastante colorido e está bem tratado. A juntar a isto, nota-se um esforço por parte das crianças e dos professores em manter aqueles espaços bem cuidados uma vez que eles próprios decoram a sala, por exemplo, enquanto estive a estagiar naquele local pude verificar que o próprio professor da sala do ciclo construiu um bengaleiro para que as crianças pudessem colocar lá os seus casacos e mochilas, ou mesmo a ilustração das paredes da sala com motivos da natureza foi obra daquele elemento. Há uma preocupação por parte dos professores em manter os materiais arrumados, limpos e organizados, o que se nota através das etiquetas identificativas em cada espaço – armários, prateleiras, mesas – e das tabelas com o nome de cada criança, horários, datas dos testes, notas e outras informações. Na sala do ciclo, cada criança tem a sua própria estante para colocar os manuais escolares e o material, sendo cada um responsável por ela. É apenas aqui que se denota mais desarrumação, o que muito sugere acerca da capacidade de organização de cada criança – há espaços na estante perfeitamente organizados, ao mesmo tempo que outros, a maioria, estão totalmente desarrumados. As salas estão ainda equipadas com computadores (um para cada sala), embora estes não sejam muito utilizados pelas crianças, talvez por serem antigos e não funcionarem em pleno, o que, a meu ver é um aspeto negativo. Ainda assim, importa referir que quando necessitam de realizar algum trabalho para a escola, ou para outra situação, podem utilizar o computador do professor.

A sala do ciclo conta ainda com uma mesa de *ping pong* e televisão, sendo por isso, para além de um espaço de estudo, também um espaço de lazer. A meu ver isto pode trazer alguma confusão para as crianças e os jovens, na medida em que deveriam ter um espaço específico para desempenhar cada tipo de atividade. É importante que cada espaço físico corresponda às tarefas que ali se desenvolvem, de modo a evitar algum tipo de controvérsia que possa criar

instabilidade naquele ambiente. Por exemplo, enquanto uns desempenham atividades que requerem serenidade – estudar ou ler; outros podem desempenhar atividades mais perturbadoras – ver televisão ou jogar; o que pode gerar conflitos no mesmo espaço. Uma vez que as crianças têm horários diferentes, é inevitável que quando umas estejam a estudar, outras já o tenham feito e ocupem o tempo a brincar, o que pode ser motivo de distração e perda de concentração para as primeiras. Apesar disto existem regras a cumprir, como o silêncio obrigatório, e a impossibilidade de ligar a televisão se os colegas estiverem a estudar. Ao mesmo tempo que, sempre que possível, as crianças que já terminaram os trabalhos vão brincar para o exterior ou para o *hall*. Aqui é perceptível a falta de alguns recursos físicos na instituição, como uma sala de lazer por exemplo.

Tendo os horários escolares afixados na parede, o professor organizava as manhãs junto das crianças, embora cada uma delas soubesse ao certo a que horas tinham que ir para a escola. As crianças assumem a responsabilidade pelos seus horários. Cada uma delas tem consciência do mesmo e vão perguntado se ainda falta muito ou pouco para determinada hora (alguns ainda não sabem ver as horas no relógio, apesar de já frequentarem o 5º ou 6º ano). Algumas crianças almoçam na escola quando têm aula ao primeiro tempo da tarde – 1:40h. Os que almoçam na associação aguardam pelo horário e, sob uma lógica de rotatividade, vão ajudar a pôr a mesa quando solicitados.

Afixado também na parede estavam as datas dos testes de cada criança e jovem, bem como as suas notas do período anterior. Este é um aspeto importante pois permite que cada um tenha perceção da melhoria, ou enfraquecimento do seu desempenho escolar, bem como o facto da exposição das notas aos olhos de todos pode causar nas crianças um efeito de esforço acrescido para um bom desempenho de modo a receber comentários positivos dos demais que irão observar as notas.

Em relação a estes alunos da preparatória e do secundário, os trabalhos de casa são feitos quase sempre no dia anterior, ou pela manhã, no caso das crianças que saem das aulas às 18:30h. Quando tinham um teste, o professor ou a voluntária marcavam fichas e desenvolviam o estudo acompanhado com a criança em questão, a fim de diminuir o insucesso escolar que ainda vai persistindo. Partilhando da opinião de vários elementos da equipa educativa, a base de todo o processo de insucesso a nível escolar que se verifica mais ou menos de uma forma generalizada, veio a demonstrar-se em grande parte pela falta de motivação que a maioria destas crianças e dos jovens têm para com a escola, e quando me refiro à escola, chamo a atenção para a despreocupação e o desleixo em realizar os trabalhos de casa, em estudar para os respetivos testes e provas de avaliação, assim como na

irresponsabilidade em levar o material escolar necessário para a escola e na forma como se desmazelam com o material escolar, questões que têm vindo a ser colmatadas através do acompanhamento escolar individualizado, que tem vindo a demonstrar-se fundamental, embora não tão desenvolvido como seria desejável, dada a quantidade generosa de crianças e jovens para os poucos elementos da equipa educativa e voluntários; assim como a questão dos horários, muitas vezes incompatíveis (principalmente o das crianças e jovens com o dos voluntários).

Relativamente à questão dos horários, importa salientar que, apesar de todas as crianças terem um horário diferente na escola (poucos são os da mesma turma), na associação todos têm que cumprir o mesmo horário: levantar às 7h, seguindo-se o pequeno-almoço, o almoço a partir do meio dia (aqui há flexibilidade devido aos horários escolares, não almoçam todos juntos), o jantar às 19h e o deitar a partir das 20h. Os banhos são tomados sempre antes do jantar, após a chegada da escola, tendo início por volta das 18h, de modo a que todos estejam preparados para a hora de jantar.

Continuando a descrição dos espaços, passamos agora para o refeitório, onde existe uma grande janela com acesso para uma pequena varanda, embora esta nunca se encontre aberta para segurança das crianças mais novas. Ainda assim, existe muita luz natural naquele espaço. Na outra extremidade, podemos encontrar uma televisão, duas mesas de apoio, onde são colocadas as sobremesas, as travessas com a comida na hora da refeição, bem como os pratos, talheres e copos. Numa prateleira por cima de uma dessas mesas encontra-se uma caixa com as escovas de dentes das crianças e os dentífricos para que, mal terminem a refeição, as crianças se dirijam à casa de banho e escovem os dentes. Cada escova e pasta dos dentes encontram-se numa caixa mais pequena, devidamente identificada.

O refeitório conta com seis mesas grandes, com lugar para oito crianças. É importante a este respeito relembrar que as refeições ali praticadas são bastante completas e diversificadas. Há sempre sopa, a bebida: água ou sumo, o prato principal e a sobremesa, que varia entre fruta, iogurte ou um doce, sendo que há dias em que as crianças podem optar pela sobremesa que preferirem. Os horários do pequeno-almoço e jantar são fixos, embora o mesmo não aconteça com o almoço, tal como já foi mencionado acima, devido aos horários escolares diferenciados.

Em primeiro lugar, ainda antes do meio-dia, começam a almoçar as crianças do infantário – sala dos cinco anos; seguidas das crianças do ciclo que têm aulas durante a tarde (sendo que algumas vão mais cedo para a escola a fim de almoçarem ali), por volta das 12:30h, uma das funcionárias vai buscar as crianças da primária, que se juntam às crianças do ciclo. É o

momento em que o refeitório fica mais agitado, devido à quantidade de crianças. As mesas ficam todas preenchidas e é sempre necessário dar apoio às funcionárias – assim, procurei sempre ajudar a servir as crianças, prestando igualmente apoio às mais novas, no que diz respeito ao incentivo para terminar a refeição sem deixar nada no prato. Esta é uma regra bastante importante na associação – as crianças devem ter consciência que não devem deixar comida no prato. A par disto, é necessário fazer um exercício de vigilância sobre as crianças, para que estas possam manter o bom comportamento, o que nem sempre é fácil. Para isto, são desenvolvidas algumas estratégias por parte das funcionárias, como por exemplo deixar que a criança escolha a sua sobremesa, ou repita a refeição caso o comportamento for adequado. Mesmo assim, a elevação do tom de voz é usado muitas vezes, como forma de “manter o respeito”. É notória a alteração de comportamento das crianças quando alguma funcionária se ausenta do refeitório por alguns minutos, sendo que, principalmente os rapazes consideram aquela situação uma oportunidade para falar mais alto e brincar com os colegas, desestabilizando assim o ambiente envolvente.

Por fim irei fazer referência ao espaço exterior, onde podemos encontrar o jardim, cheio de verde, o campo de futebol, com duas balizas e ainda um de basquete com dois cestos; o pátio; o parque infantil, com dois escorregas e outros equipamentos e por fim um anexo mais afastado, onde podemos encontrar a sala dos cinco anos e uma divisão onde guardam os alimentos que as entidades fornecem à instituição. Para além disto, existe ainda uma lavandaria. O espaço exterior é bastante amplo embora seja, a meu ver, o espaço mais degradado de todos. O chão do pátio, em cimento, está danificado, com fendas ou pedras que se foram juntando ali, tal como o campo de futebol, com a erva grande em alguns pontos, sendo que a juntar a isto uma das balizas está caída. Apesar de saberem para que espaços não podem ir por questões de segurança e proibição das doutoras, alguns pontos no pátio constituem um perigo para as crianças, sobretudo as mais novas. A este respeito verifica-se novamente uma falta de recursos financeiros que impossibilita a manutenção e melhor aproveitamento destes espaços. Aqui podemos ainda encontrar uma esplanada, com várias cadeiras e mesas, onde as crianças jogam, brincam, desenvolvem trabalhos manuais (como aconteceu com a lembrança para o Dia do Pai) ou simplesmente sentam a conversar. O espaço conta ainda com algumas figuras de animais decorativas construídas com *Legos* grandes que dão muita cor ao espaço.

É aqui que as crianças todas se reúnem, normalmente ao fim da tarde, e quando as condições meteorológicas assim o permitem, após terminarem os trabalhos de casa ou outras tarefas. Ali aguardam a chegada dos pais ou, no caso dos internos, a ida para o banho. As

crianças da sala dos cinco anos frequentam igualmente o espaço, havendo por isso partilha e troca de dinâmicas entre estas e as crianças mais velhas, que se sentem responsáveis pelas mais novas, visto que se esforçam para cuidar delas e ajudar em algumas tarefas.

A atração principal daquele local é sem dúvida o parque infantil, com vários equipamentos onde as crianças podem brincar. Os rapazes, principalmente, pedem muitas vezes para irem brincar para o parque, embora tal nem sempre seja possível por proibição da equipa técnica e da coordenadora. Uma vez que se encontra estruturado num espaço com bastante areia, as crianças ficam sujas, fator que leva a que nem sempre possam ir para o local, que está vedado com uma rede e um pequeno portão. Importa a este respeito referir que a *Associação Protectora da Criança* está a desenvolver um projeto com vista à construção de um jardim infantil, daí o possível adiamento da manutenção destes espaços.

Repescando a rotina das crianças, e retomando o que foi mencionado acima, é por volta das 18h que as crianças internas começam a ser chamadas pelas funcionárias para irem tomar banho. Como são muitas crianças, vão indo em pequenos grupos, cada um na sua vez. Normalmente os rapazes tomam banho nas instalações do rés do chão da casa, enquanto as raparigas fazem-no no andar de cima. As crianças mais novas são sempre ajudadas pelas funcionárias ou pelas estagiárias, sendo que eu também já o fiz. É necessário aqui ter uma certa atenção para imprimir nas crianças algumas noções de higiene, campo onde se nota uma maior carência de conhecimentos por parte delas. Existe um ritual importante que as crianças devem seguir, como a preparação do pijama que irão vestir a seguir, a colocação da roupa que usaram durante o dia no cesto da roupa suja, o próprio banho em si – o uso do champô adequadamente, do gel de banho, etc – e o que segue: vestir o pijama e o roupão, pentear bem o cabelo, limpar os ouvidos e escovar os dentes. Depois do banho as crianças permanecem dentro de casa, onde se ocupam com jogos de tabuleiro, com a *wii*, assistem televisão e ajudam a pôr a mesa para o jantar, de modo a evitar que se voltem a sujar. Ainda assim, por vezes é necessário chamar a atenção a algumas delas, que tendem a desobedecer e vão brincar para o exterior.

É característica de algumas crianças tentar escapar às regras e impor as suas vontades, mesmo que isso esteja a prejudicar os colegas. São também estas crianças que demonstram mais resistência à chegada de um novo elemento à associação, como os estagiários, aos quais não facilitam uma conversa e é necessário um esforço maior para ganhar a sua confiança. É aqui que torna fundamental impor horários, regras e rotinas nas crianças, de modo a que elas consigam compreender que se vivem em grupo, devem respeitar aqueles parâmetros para que consigam respeitar os colegas, os funcionários, professores, estagiários e as doutoras. Apesar

disto, há uma preocupação para que as crianças não se tornem robots, e que elas próprias se sintam responsáveis pelas suas ações, ao invés de as executarem só porque lhes mandam, como acontece na gestão dos horários, por exemplo, mas não só. Cada criança (de acordo com a sua idade) é responsável pela arrumação do seu quarto, onde deve manter os seus pertences no devido lugar, bem como pelo fazer da cama após o despertar. A funcionária acaba por fazer uma limpeza geral nos quartos durante o período da manhã, sendo que também tem autoridade para verificar se está tudo em ordem e chamar a atenção de alguém que eventualmente não tenha deixado tudo devidamente arrumado. A juntar a isto as crianças ajudam a colocar a mesa para o almoço e para o jantar, mas é principalmente nas férias que as crianças, principalmente as mais velhas, são convidadas a ajudar nas lidas domésticas como a lavagem da roupa ou elaboração das refeições. Existe uma preocupação para que comecem a ter consciência do que são as responsabilidades domésticas que terão de adquirir mais tarde, na sua vida adulta.

Os adolescentes também desenvolvem a sua autonomia através das relações que criam fora da instituição. A maior parte deles estudam, embora uma jovem já se encontre a trabalhar num salão de cabeleireiro local, fruto do estágio do curso profissional que frequentou. Normalmente os jovens têm permissão para sair do *Colégio* quando têm algum encontro com os amigos, ou se pretendem dar um passeio até à praia por exemplo. Nestas idades, é natural que procurem outras formas de ocuparem o seu tempo que não passam pelas atividades realizadas pelas crianças na instituição. Assim, a fim de evitar uma limitação aos jovens institucionalizados, as doutoras permitem as saídas, desde que as mesmas sejam devidamente justificadas e com horas marcadas para chegar ao *Colégio*. Normalmente estas saídas são realizadas em grupo, sendo que as jovens do sexo feminino preferem ir à praia, ou ao centro comercial, enquanto os rapazes vão jogar futebol ou *ping pong* (ao clube no qual estão inscritos), sendo que nesta última são acompanhados pelo professor. É importante que se crie uma envolvimento com a comunidade, de modo a que as próprias crianças e jovens sintam que a ela pertencem, ao mesmo tempo que vão descobrindo os seus gostos, as suas vontades, moldando desta forma o seu projeto de vida.

Para além da escola e das atividades extracurriculares que aquela oferece, as crianças contam também com outras atividades proporcionadas pela instituição. Todas as segundas-feiras um grupo de crianças tem natação, mas também desempenham outras atividades como as já referidas idas ao clube de ping pong (atividade maioritariamente desenvolvida por rapazes por intermédio do professor, que também pratica esta atividade), ao *hip hop* (atividade maioritariamente desenvolvida por raparigas), alvo de grande interesse por parte das crianças

e jovens, que gostam muito de dançar e sentem muita vontade de continuarem nesta prática desportiva e aperfeiçoarem o seu estilo de dança. Outras crianças pertencem aos escuteiros, onde desempenham atividades ao fim de semana. Esta atividade é muito importante para aquelas crianças que ficam na instituição por não poderem visitar a sua família ao fim de semana. Nesta situação, é importante que os supervisores desempenhem um trabalho mais reforçado com elas, de modo a que não se sintam “abandonadas” (já que alguns dos funcionários têm as suas folgas nestes dias e logo o ambiente na instituição modifica).

Dentro da instituição existem outras atividades que são desenvolvidas, tais como o *up10* – realizado duas vezes por semana, com grupos de crianças diferentes, consoante as suas idades. Trata-se de uma reunião com psicólogas que se deslocam à instituição, com quem as crianças falam dos seus problemas, dos seus medos e com quem desenvolvem atividades que desenvolvem a autoestima ou a autoconfiança.

Relacionadas com estas sessões, são desenvolvidas ações de sensibilização, sendo que as primeiras teriam um caráter de quebra-gelo, com dinâmicas de grupo e jogos, ao passo que as seguintes seriam mais no sentido de esclarecer as questões em causa, desenvolvendo a assertividade, resolução de casos entre outros. Estas sessões sofrem ainda uma avaliação quer por parte dos técnicos envolvidos quer pelos próprios jovens e crianças, que podem dizer o que pensam acerca das mesmas, não sendo estas de cariz obrigatório podendo estes desistir a qualquer momento, como foi o caso de um dos jovens que estava num dos grupos. As temáticas que são lançadas para a discussão têm a ver com as questões de higiene, arrumação e saber estar, aspetos que necessitam de ser limados com as crianças, uma vez que foram notadas deficiências a estes níveis.

Uma vez por semana têm uma sessão de *Reiki*, uma prática espiritual que leva as crianças a relaxarem, e, de acordo com esta prática é possível através dela restabelecer o estado de equilíbrio natural, seja ele emocional, físico ou espiritual, sendo possível eliminar doenças e promover saúde. É fundamental que as crianças e jovens tenham ocupações que os façam sentir bem e que tenham efeitos na sua vida presente (a nível comportamental, emocional, intelectual), mas também que dali recolham frutos para o seu futuro.

A par disto, são desenvolvidas festas locais de solidariedade, ou mesmo dentro da própria instituição, como foi o caso da *Feira dos Reis*, que teve bastante sucesso, a qual não presenciei pois não tinha dado início ao estágio, embora tenha tido oportunidade de presenciar outras atividades como os trabalhos realizados para o dia do Pai e para a Páscoa. Foi possível assim comprovar o trabalho em equipa que foi desenvolvido em prol destas atividades para a obtenção de um objetivo comum.

Em relação às chamadas atividades relacionadas com as datas do calendário – o dia do pai, e o dia da mãe por exemplo, torna-se fundamental exercer uma reflexão no sentido de lidar com as crianças da melhor forma no aproximar daquelas datas. Apesar da maior parte das crianças estar afastada dos seus pais, os educadores da instituição lidavam com essa situação de forma natural. Ou seja, eram desenhadas ideias para as lembranças a oferecer naquelas datas e, quando se tornasse oportuno, eram postas em prática. A este respeito, importa referir que os adolescentes do ciclo, que curiosamente é onde se concentram a maior parte dos institucionalizados, não faziam qualquer lembrança para aquele dia. Já na sala da primária, a educadora levava a cabo a elaboração das lembranças para que as crianças pudessem oferecer algo no dia do pai e no dia da mãe, afinal ali também se encontravam crianças que viviam com a sua família. Assim, a educadora pensava numa lembrança, angariava os materiais, normalmente através de dádivas do comércio local, e iniciava a sua construção. Verificou-se nas duas situações (dia do pai em março e dia da mãe em maio) que as crianças participavam de forma bastante positiva, vendo naquela atividade algo diferente e que fugia à rotina. Mesmo as crianças que vivem na instituição comentavam que iriam entregar o presente ao pai, ou à mãe, assim que pudessem estar com eles. Ainda assim, outras crianças, uma minoria, mencionavam que iam entregar a lembrança a uma das doutoras. Isto significa que aqueles agentes sociais são vistos pelas crianças como substitutos das figuras parentais, uma vez que asseguram a sua educação na escola, na ida ao médico, entre outros. Pode-se então concluir que as crianças, quando se vêm rejeitadas pela sua família de origem, têm tendência a buscar novas relações de confiança em figuras estáveis que tenham a capacidade para cuidar, acompanhar e acarinha-las. Por outro lado, existem outras crianças (tal como se verificou num caso) que não conseguem fazer o exercício de resiliência para se afastar do passado, tendo esta fase da sua vida ainda bastante presente, o que leva à prática de uma grande resistência a atividades como esta. Verificou-se numa criança (sexo masculino, sete anos) a negação do cumprimento da atividade, nomeadamente do dia do pai, justificando que lhe doía a cabeça, não lhe apetecia... Chegando mesmo a chorar após a insistência da educadora. Assim, uma das doutoras (a psicóloga) e a própria educadora falaram com ele, tentando lidar com aquela situação da melhor forma, tendo em conta que esta criança tem vindo a demonstrar atitudes agressivas, não sendo por isso facilitada a interação e conquista da sua confiança.

Uma vez que a instituição alberga uma quantidade generosa de crianças e jovens com idades mais ou menos próximas, era comum a existência de aborrecimentos entre os mais novos. Tal como já foi descrito anteriormente, há a preocupação da rotulagem que se faz do

exterior para o interior (da instituição), embora tal também aconteça naquele meio. A atribuição de rótulos entre uns e outros foi sendo detetado através dos diálogos que as crianças e os jovens iam tendo entre eles. A rotulação é uma *opinião preconcebida e comum que se impõe aos membros de uma colectividade por um grupo maioritário, os ditos “normais”*. Contudo, o problema da rotulação nas crianças e nos jovens em acolhimento residencial está no facto de que *quando um sujeito é conotado como desviante, frequentemente sofre penalidades sociais e penais que tendem a excluí-lo da sociedade ajustada* (Becker, cit. Santos, 2009). O facto de viverem em acolhimento residencial traz-lhes, mais que não seja inicialmente, consequências penosas que passam por esta questão da rotulação que as crianças e os jovens partilham entre si. Apesar de todos viverem em conjunto e de terem vivenciado situações de risco semelhantes, a forma como as crianças e os jovens se tratam, por vezes chega a ser bastante negativa de uns para os outros, na medida em que chega a haver uma desvalorização de capacidades, bem como a denúncia das falhas que a outra criança cometeu durante o dia na escola, por exemplo. Para além da exposição e da crítica das falhas que a criança vai cometendo, muitas vezes utilizam a questão de o ir ou não a casa no fim-de-semana como uma forma de se sobrevalorizarem sob o outro. Importa a este respeito referir que estas situações de pressão são colmatadas de imediato pelo profissional que se encontra junto das crianças. É notável, em contrapartida, a forma como gostam de estar juntos e se tentam manter juntos por mais tempo, através de pedidos de visionamento de filmes à noite ou de festas, de pedidos para brincarem na parte exterior da associação, entre outros.

De qualquer forma importa ressaltar que aquelas repreensões entre as crianças e jovens, assim como a forma de lidarem uns com os outros demonstram repercussões na forma como se vão desenvolvendo. Por exemplo, aquando da análise dos *Processos Individuais* de cada criança e/ou jovem notei que uma das características mais comuns no grupo era a baixa autoestima, conceito abordado anteriormente.

Os jovens da instituição participam ainda em ações de voluntariado de apoio aos sem-abrigo nas ruas da cidade, fomentando assim o sentimento de entreajuda, elevando a sua autoestima, ao mesmo tempo que fomenta o trabalho em equipa que é muito importante. É fundamental que os jovens sintam que são capazes de fazer a diferença em relação ao próximo, bem como entendam que todas as atividades têm uma intencionalidade, isto é, todas as atividades têm sentido e objetivos, pois na opinião dos elementos da equipa técnica, não se devem realizar atividades apenas para entreter.

ii) Desenho do projeto *Investir no Futuro*

Elaborar um projeto de intervenção implica um conjunto de pressupostos que vão de encontro à resposta a um problema concreto, sendo que a sua elaboração contribui para a resolução dos problemas, transformando esboços em ações, tendo sempre em conta um único processo ou resultado, que passa pela exteriorização de ideias, capacidades e interpretações de uma dada situação, tendo subjacente uma capacidade de previsão e antecipação de uma situação diagnosticada.

Segundo Carvalho (1993, cit. por Carvalho e Batista, 2004), existem quatro fases fundamentais para realizar um projeto, sendo que estas não apresentam um carácter estanque, interligando-se entre si. A primeira fase refere-se à concretização do projeto em si, isto é, baseia-se no diagnóstico da situação inicial com o levantamento das necessidades sentidas pelos atores e intervenientes. A segunda etapa corresponde à elaboração do projeto onde são definidos os objetivos, assim como as atividades e as estratégias a implementar. De seguida procede-se à realização e implementação do projeto, podendo surgir a necessidade de algumas adaptações e reajustes em relação ao projeto inicial. Posto isto, o principal objetivo do projeto foi o desenvolvimento cognitivo, social e a nível pessoal das crianças e jovens, para que estas possam desenvolver capacidades e competências para, futuramente integrarem a sociedade. Importa assim desenvolver um conjunto de atividades e ações, de modo a que as carências das crianças e das jovens sejam suplantadas por outras valências, assim como o estímulo de competências pessoais.

Considerando as necessidades identificadas procedeu-se então ao desenho do projeto *Investir no Futuro*, traçando os objetivos do mesmo, que vão ao encontro de uma finalidade: tendo em conta que autonomia, segundo Freire (1996) está ligada à capacidade de agir por si, de poder escolher e tomar decisões, expor ideias e agir com responsabilidade nos vários domínios da vida percebendo o mundo de maneira crítica, sendo que no decorrer do estágio fui constatando vários problemas relacionados com este conceito, sendo por isso pertinente levar a cabo um projeto de intervenção tendo como finalidade a promoção da autonomia das crianças. Indo de encontro à pergunta de partida e aos objetivos do presente relatório, e de modo a conseguir perceber a relação entre a diferença que o ingresso na instituição faz na vida de uma criança ou jovem em risco e a promoção da sua autonomia, o projeto desenvolvido junto dos internos da *Associação Protectora da Criança* teve como principais finalidades:

- Potenciar a capacidade de agir por si próprio, desenvolvimento do espírito crítico, sentido de escolha e tomada de decisão;
- Ser capaz de conhecer as suas diferenças e de perceber e aceitar as diferenças dos outros.
- Ser capaz de confiar em si próprio e nas suas capacidades, reconhecendo também as suas dificuldades;
- Ser capaz de dar uma resposta positiva às regras, compreendendo o sentido destas.

Para isto, decidi desenvolver pequenas ações junto das crianças e jovens (em sessões separadas), com a duração de cerca de uma hora no máximo. A primeira ação realizada, designada por *Realidade a fingir*, tinha como objetivo incentivar as crianças e jovens a desempenhar o papel de atrizes e atores, fazendo imitações dos colegas. Deste modo, cada um teria que representar um outro colega, de forma sarcástica, cómica e até mesmo crítica, a fim de “trocarem papéis”, sendo que as outras crianças teriam de descobrir quem estava a ser imitado.

O imprevisto era a base da ação, já que as crianças não sabiam qual colega teriam que imitar. A escolha era feita através da retirada de papéis de uma caixa, sendo que cada papel continha o nome de cada criança ou jovem. A ação decorreu num ambiente de descontração, apesar de alguns elementos terem apresentado alguma resistência no início, não queriam participar, por terem vergonha. A realização desta atividade permitiu dar relevância à perspetiva que cada elemento da instituição tem do outro, bem como fomentar o conhecimento das suas diferenças, ter noção que perante uma situação uns reagem de uma forma e outros de outra, perceber e aceitar as diferenças dos outros, ao mesmo tempo que fomenta o espírito crítico e a aceitação por parte das colegas.

Outra atividade desenvolvida, denominada por *Paparazzi da Natureza*, consistiu na atribuição de máquinas fotográficas descartáveis às crianças e jovens, de modo a que estas pudessem, durante um dia, fotografar tudo aquilo que mais gostassem: na rua, na associação, na escola... Posteriormente reuniram a fotografia favorita de cada um para discutir em torno dela, sendo que posteriormente essas fotografias ficaram expostas nas salas de estudo da primária e do ciclo.

A atividade correu muito bem, sendo que as crianças, principalmente, sentiram um grande sentido de responsabilidade pelo facto de terem em sua posse uma máquina fotográfica, ao mesmo tempo que também lhes foi inculcado o sentido de autonomia. Através da posterior reunião para discussão das fotografias pretende-se que as crianças e os jovens,

principalmente, tenham uma sensibilidade para a questão da criatividade, bem como desenvolvam o espírito crítico e de discussão grupal, de modo a que cada um seja capaz de partilhar a sua opinião sem medo da reação dos outros, permitindo ao mesmo tempo criar à vontade entre os colegas.

Uma outra atividade que proporcionei às crianças teve um teor mais sério, tendo por base uma conversa com partilha de desejos, sonhos e objetivos. Foi realizada no exterior (pátio), e apenas com crianças mais velhas, da preparatória e jovens do secundário. Comecei por pedir aos adolescentes que se sentassem em círculo, de modo a que todos se conseguissem ver. Questionei-os acerca do futuro: como se imaginavam dali a alguns anos; dando assim início à conversa. Aqui houve alguma resistência, muitos respondiam “Sei lá” ou “Nem sei o que vou fazer amanhã, quanto mais daqui a uns anos...”, ao mesmo tempo que fui notando alguma vergonha. Assim, de modo a quebrar o gelo, comecei por dizer que todos nós pensamos num projeto de vida, ou naquilo que gostávamos de fazer no futuro, mesmo que sejam coisas impensáveis, e partilhei o meu projeto de vida. Foi a partir daqui que os adolescentes começaram a partilhar os seus desejos para o futuro: casar, constituir família, ter um bom emprego, viajar... Foi importante esta partilha, para que compreendessem a importância de terem ambições, desejos para o seu futuro e da necessidade de começarem, a partir daquelas idades, a lutar para conseguirem concretizar aqueles objetivos. Terminada esta partilha dos projetos de vida de cada um, pedi-lhes que fossem buscar pedras. Já tinha preparado antecipadamente um frasco transparente, no qual coloquei ervas e terra. Quando os jovens regressaram ao círculo, disse-lhes que aquele frasco representava a vida deles; pedi-lhes para colocar dentro do frasco as pedras que tinham recolhido – aqueles eram os seus objetivos de vida – sendo que o frasco ficou totalmente preenchido. Perguntei então se o frasco estava cheio. As respostas variaram entre o sim e não; posto isto, peguei numa garrafa de água (preparada previamente) e comecei a deitar a água para dentro do frasco, explicando aos jovens que nunca devemos aceitar que a nossa vida está cheia, mesmo que consideremos que já fazemos muita coisa na nossa vida, sentindo-nos realizados, há sempre espaço para mais alguma coisa. Chamei ainda atenção para o facto de que se deixássemos o frasco no pátio durante alguns dias, aquela água iria provavelmente evaporar; e o mesmo acontece na nossa vida – devemos procurar coisas que nos ajudem à realização pessoal e profissional, pois nada é para sempre e é importante a que estejamos em constante crescimento pessoal a vários níveis, seja através de formações, ajuda aos outros, viagens, entre outros, bem como devemos estar preparados para eventualidades menos boas, como a perda do emprego, por exemplo.

A meu ver, esta atividade contribuiu para que os adolescentes conseguissem ter uma percepção diferente do que é a vida futura e aquilo que pretendem dela, mas principalmente compreenderam que devem ter um plano para a sua vida, ao mesmo tempo que devem ter consciência de que se as coisas não correm como desejado, podem procurar novas alternativas e recomeçar.

Desde sempre tive a preocupação de que todos os atores sociais demonstrassem interesse e participassem ativamente no que lhes foi proposto, de forma a tirarem algum benefício com todas as dinâmicas. A participação ativa nas atividades constituía também uma mais-valia, fazendo com que existisse uma mudança social a nível comportamental, ou seja aquilo que consideravam pertinente ser modificado. A este respeito importa referir que a maior parte das crianças e jovens participaram nas três atividades, à exceção de três crianças mais novas (de dois, cinco e seis anos) e de um jovem, por questões de saúde.

No final de cada atividade, cada criança ou jovem fazia a avaliação da mesma, de forma individual e anónima por meio de um papel que depositavam numa caixa destinada para o efeito, sendo de salientar que obtive boas reações por parte daqueles através de desenhos ou frases que representavam a sua opinião acerca da atividade. A par disto, as crianças iam dando a perceber que a mensagem transmitida nas atividades era assimilada pois em muitos casos, alguns escreviam promessas relacionadas com aquilo que se pretendia de cada iniciativa. Este passo era importante para que as crianças e jovens tivessem consciência de que as atividades tinham um objetivo, e não se faziam só para passar o tempo. Ao mesmo tempo, serviram para cultivar a relação que consegui estabelecer com os jovens, ganhando assim mais confiança e à vontade com eles, e vice-versa. Foi sem dúvida um processo que me ajudou a fazer a minha própria avaliação da forma como o projeto estava a desenvolver, abrindo assim espaço para pequenos reajustes. Segundo Serrano (2008), *durante o desenvolvimento do projeto devemos avaliar o seu processo (...) e o caminho que está a seguir para alcançar os objectivos previstos, assim como devemos certificar-nos de que modo o projeto tem capacidade para alterar alguma situação problemática.*

Como o mesmo autor salienta para ser levada a cabo uma avaliação do processo é sempre necessário que haja a observação do desenrolar das atividades do projeto, assim como pôr em relevo os pontos fortes e os pontos fracos do desenvolvimento do mesmo. Torna-se assim, imperativo que perante o desenvolvimento das ações seja avaliado aquilo que aconteceu e apresentar os ajustes que foram feitos para conseguir perceber se os objetivos delineados foram alcançados (Serrano, 2008).

Ao longo da construção e realização do projeto fui fazendo alguns esforços para que as crianças e jovens encarassem as atividades como algo agradável e que elas próprias construíssem, ao invés de encararem as mesmas como iniciativas estanques e rígidas que eles desenvolviam porque eram obrigados a tal. Mais que isso, havia um receio da minha parte no que diz respeito à reação dos mais novos aquando da compreensão dos temas que iriam ser abordados, assim como da forma em como iria conseguir a participação de todos. Posto isto e fazendo um balanço positivo de todas as atividades que realizei, penso que houve um grande progresso desde o início até ao término da minha intervenção, pois foi notório que as crianças e jovens iam demonstrando práticas assertivas no seu desempenho ao longo do tempo, bem como uma competição saudável no decorrer das várias dinâmicas, que se tornaram elas próprias bastante pertinentes, uma vez que se encontravam em consonância com as problemáticas do contexto.

Ainda é de salientar, a necessidade de adequar as dinâmicas aos horários - tanto da *Associação Protectora da Criança* como das próprias crianças e jovens - pois nem sempre estavam com disposição para realizar as atividades, uma vez que se encontravam cansadas do seu longo dia de aulas ou tinham trabalhos de casa para fazer. Muitas vezes impôs-se a alteração do horário previsto para as atividades para fins de semana ou feriados, de modo a que os internos estivessem mais pró – ativos e dinâmicos. No caso dos fins de semana, tive necessidade de dar início às atividades ao sábado manhã, de modo a contar ainda com as crianças que iam para casa dos familiares no fim de semana.

A equipa técnica foi constituindo um apoio na preparação das atividades que desenvolvi com as crianças e jovens, tendo mesmo um dos elementos assistido às primeira e última atividades, manifestando agrado em relação às mesmas. Era pedido com frequência um plano de cada atividade, que era corrigido, sempre que se justificasse, bem como me iam fornecendo algumas sugestões relativas à melhor forma de dinamizar as atividades, ou como preferiam que alguns trabalhos fossem expostos, entre outros pormenores.

Em suma, posso concluir que o projeto desenvolvido teve repercussões positivas nas crianças, representando igualmente uma conquista pessoal. Apesar disto, torna-se imperativo chamar a atenção para o facto das diferentes equipas (técnica, educativa) não terem tempo para realizar um acompanhamento mais individualizado e personalizado à semelhança do trabalho que eu fui desenvolvendo, que por sua vez contribuiu para combater estas lacunas que o contexto apresentava.

A par das atividades já apresentadas que ocorreram nas instalações da associação, foram igualmente desenvolvidas outras iniciativas, levadas a cabo fora daquele local. Uma dessas

atividades na qual tive a oportunidade de participar foi a caminha solidária, que ocorreu no dia 13 de maio, organizada pela associação ADRA (Associação Adventista para o Desenvolvimento, Recursos e Assistência), que intervém junto de famílias carentiadas e sem-abrigo. Soube através de um elemento daquela associação que os jovens internos já tinham colaborado com a ADRA através de voluntariado junto dos sem-abrigo da região.

Assim, e com o objetivo de angariar fundos para o apoio que prestam aos sem-abrigo e às famílias carentiadas, os jovens e crianças da *Associação Protectora da Criança* juntaram-se aos elementos da ADRA e aos vários participantes na corrida solidária, com cerca de 10km, onde também foi possível desfrutar de atividades lúdicas realizadas num *stand* construído para o efeito.

Importa retirar daqui que, para além da experiência, é importante que as crianças e os jovens se movimentem em ações deste género fora da instituição. A aproximação à comunidade e o sentimento de pertença à mesma é fundamental, bem como a ajuda aos sem-abrigo imprime nas crianças e jovens um grande sentido de responsabilidade e relevância na comunidade onde vivem. Sentem-se assim prestáveis, uma vez que reconhecem que têm um papel importante naquele meio.

iii) Análise de conteúdo das entrevistas

Irei agora dar início à análise das entrevistas que demonstram como os educadores que se encontram em torno das crianças se posicionam perante elas. Importa a este respeito ter em conta que todas as entrevistas decorreram no sentido do anonimato, havendo assim nomes fictícios em todas elas, de forma a salvaguardar a identidade dos colaboradores. Tentei que as entrevistas englobassem o maior número de informação possível e, para isso, optei por incidir em diferentes elementos que convivem com as crianças: uma voluntária da associação (e professora na escola onde alguns estudam); uma funcionária da associação; um membro da equipa educativa – o professor do ciclo; um membro da equipa técnica – a diretora técnica e por fim, um membro externo, que não tem convivência com todas as crianças mas colaborou no sentido de partilhar a sua experiência pessoal, a quem foi retirada a tutela do neto, que se encontra atualmente em regime de internato na *Associação Protectora da Criança*, com permissão para contactar com a avó.

A primeira entrevista efetuada foi dirigida a uma voluntária da associação. Sendo a *Associação Protectora da Criança* o primeiro local onde *Maria* exerceu ações de voluntariado, percebe-se ao longo da entrevista o papel educativo que a professora tem neste meio e, mesmo não percecionando nenhum fosso entre as crianças institucionalizadas e as que vivem com a família (*Não noto diferença entre estas crianças e aquelas que estão comigo na escola. Têm os mesmos interesses, gostam das mesmas brincadeiras...*), entende que as primeiras apresentam uma necessidade maior de carinho e atenção, ao mesmo tempo que necessitam de um acompanhamento individualizado no que se refere ao estudo. Considera por isso que o ingresso das crianças na instituição muda a trajetória de vida das crianças e jovens, para melhor, uma vez que *é melhor estarem aqui, terem regras e aprenderem a viver bem do que estarem na rua, sem rumo, nem destino, nem planos*. A este respeito, *Maria* considera que a classe social de pertença em nada tem a ver como o facto de a criança ingressar numa instituição, uma vez que (...) *problemas há em todas as famílias, se bem que na minha opinião nos meios onde há dinheiro, esse dinheiro serve para encobrir muita coisa, enquanto nos meios mais desfavorecidos já não dá pra fazer isso, é mais fácil descobrir que uma mãe que mal trata um filho num bairro do que uma mãe que mal trata um filho num condomínio fechado (...)*.

Nesse mesmo dia, efetuei outra entrevista, a uma das funcionárias da instituição, que nela trabalha há quinze anos. Considerando-se uma *faz-tudo*, *Ester* considera que é necessário ter em atenção a forma como se comunica com as crianças, uma vez que *estes miúdos se calhar já passaram por mais sofrimento na vida do que eu* (*Ester*), há por isso aqui uma preocupação na forma de lidar com as crianças, e, apesar desta sensibilidade, as funcionárias não têm conhecimento do histórico de cada criança (*não sabemos o porquê delas estarem aqui...*), embora *Ester* considere que isso poderia ajudar de alguma forma o modo como as funcionárias interagem com as crianças e com os jovens. Ao longo da entrevista, e principalmente no decorrer do estágio, verifiquei que as funcionárias da instituição desempenham funções de logística (limpeza, arrumação, recados e acompanhamento das crianças no trajeto instituição-escola-instituição). Importa a este respeito chamar a atenção para o facto dos funcionamentos institucionais reduzirem o essencial da sua atividade a uma função de mera guarda das crianças, sem realmente investir na construção e no desenvolvimento de projetos de vida. As práticas de prestação de cuidados manifestam fragilidades ao nível da avaliação e melhoramento dos métodos de intervenção, do aprofundamento do conhecimento da realidade sociocultural dos internos; de promoção da

interação entre a instituição, as famílias e as entidades da comunidade em que aquela se integra.

Ao longo da entrevista, é possível perceber a proximidade da funcionária com as crianças e com as suas famílias de origem (...) *a própria conjuntura do país é que leva a que muitos pais não consigam ter os filhos com eles... Não lhes conseguem dar de comer nem têm para eles próprios! Muitos quando vêm cá perguntam se ainda tenho as sobras do almoço e pedem para levar (...)*. Em relação ao futuro das crianças, no que diz respeito à autonomia, Ester considera que as crianças deveriam participar mais nos deveres domésticos, sendo posteriormente capazes de os realizar quando saírem da instituição (...) *acho que deveriam ser mais incentivadas a saber tratar das suas próprias coisas por exemplo... Apesar de serem autónomas porque recebem semanada e têm que saber lidar e gerir esse dinheiro, há outros aspetos em que acho que deveria haver um empurrão maior (...)*. Isto remete para uma questão importante que tem a ver com o facto da cultura organizacional nem sempre contemplar a necessidade de um programa de fomento da integração das crianças e jovens na gestão do quotidiano da instituição (ex: regras, atividades socioculturais, organização das refeições, acesso a informação e processos de comunicação). Muitas vezes tal acontece devido à falta de formação das pessoas que lidam diretamente com as crianças. Ou seja, os funcionários desempenham tarefas de logística, limpeza e arrumação, não sendo capazes, no desempenho destas tarefas, de formar as crianças para tal (salvo algumas exceções)⁷.

Tal como já fui referindo noutros momentos ao longo do relatório, o professor foi sendo desde início um informante privilegiado ao longo do período de estágio, e por isso mesmo tentei remeter para a entrevista algumas dessas informações, uma vez que o professor é uma das pessoas mais próximas das crianças e jovens na instituição, onde permanece há 17 anos. Professor de matemática e recém-licenciado, optou por desempenhar funções educativas na instituição, após o período de voluntariado que exerceu naquele local.

Questionado acerca da influência que a instituição exerce sobre as crianças, explica que todas as crianças que chegam já têm uma personalidade mais ou menos formada, o que depende muito da idade, sendo as mais jovens a apresentar uma maior flexibilidade, apresentando por isso uma moldagem à instituição mais acentuada em relação às crianças mais velhas, que tendem a apresentar mais resistências: *Quando chegam numa idade mais avançada é mais difícil lidar pois já têm uma personalidade muito vincada... Na adolescência*

⁷ Uma das crianças, que é diabética e tem interesse por culinária ajuda e prepara as suas próprias refeições (que são diferentes das outras crianças) durante o período de férias. Existe também o hábito, tal como já foi mencionado, das crianças ajudarem a funcionária com a roupa, entre outras tarefas (principalmente no período de férias), ou, como a própria mencionou, quando solicitados a ajudar.

então é complicadíssimo, acham-se os donos da razão, estão revoltados, pra eles isto é tudo careta, é o fim do mundo e só acham que lhes queremos mal (...). Ao longo da primeira parte da entrevista é possível ainda compreender que existe uma relação de proximidade e confiança mútua entre o professor e os jovens, embora haja a preocupação de impor limites, de modo a que os mais novos tenham consciência do comportamento a adotar em cada situação (...) *o importante aqui é estabelecer limites, para eles entenderem que quando estamos na sala é para trabalhar e tem que haver respeito, quando estamos no clube, lá fora ou noutra sítio já pode haver espaço para alguma liberdade. É muito importante definir espaços e limites nestas idades, senão confundem tudo (...).*

É na dimensão socioinstitucional que se começa a esmiuçar a influência que a própria instituição exerce nas crianças e jovens internos, bem como a relação que dali se estabelece com a escola, na ótica do professor. É possível verificar, a par das observações que desenvolvi, a existência de alguns défices no que diz respeito aos recursos institucionais, que nem sempre são compatíveis com uma oferta de atividades com a qualidade e diversidade necessárias (...) *estamos a falar de uma instituição que apesar das inúmeras ajudas ainda apresenta muitas carências, principalmente no que diz respeito ao material por exemplo. O B⁸ tem sérios problemas de saúde e psicológicos, precisava de ajuda especializada, que infelizmente não lhe conseguimos dar.* Aqui verifica-se um défice no que diz respeito aos recursos não só materiais, mas também humanos face a necessidades específicas de estimulação para o desenvolvimento da criança em questão. Ao mesmo tempo, verifica-se que a formação dos técnicos é insuficiente e há falta de pessoal qualificado para lidar com casos específicos de crianças que exigem necessidades especiais, ou seja, não existe preparação apropriada que qualifique os trabalhadores para o desempenho das suas funções dentro da instituição.

Passarei agora para a análise da entrevista realizada à diretora técnica, da qual consegui extrair uma grande quantidade de informação importante à realização do presente trabalho, tal como ocorreu com as demais entrevistas realizadas. Comecei por perguntar à diretora como se processa o acolhimento de uma criança quando a mesma chega pela primeira vez à instituição. Importa ter em conta que atualmente há um certo prolongamento das estadias das crianças nas instituições (*o facto de um jovem fazer 18 anos não simboliza que tem necessariamente de sair*), daí ser necessário proporcionar um bom acolhimento uma vez que é naquele espaço que a criança vai crescer e viver um período de tempo considerável da sua vida. Para isso, as

⁸ B- letra que substitui o nome verdadeiro do adolescente em regime interno com autismo.

responsáveis da instituição procuram *saber daquilo que a criança gosta, do que não gosta... Quando chega, a criança é recebida por uma só pessoa, aquela que irá ser responsável por ela, e é esta pessoa que mostra a casa, que estabelece os primeiros contactos. Depois é que a criança é apresentada ao resto das crianças... É sempre num ambiente de festa.*

No que diz respeito à relação dos pais e familiares com as crianças e com a própria instituição, consegui perceber que existe uma diversidade no que diz respeito à relação pais/filhos. Se por um lado alguns têm o cuidado de visitar os filhos, outros têm que ser impulsionados para o fazerem: *infelizmente às vezes notamos que as crianças sentem falta de um telefonema dos pais, e aí agimos.*

Em relação à dimensão socioinstitucional, procurei perceber quais são os principais problemas que as instituições portuguesas enfrentam atualmente, com especificidade na *Associação Protectora da Criança*. É importante aqui fazer uma reflexão no que diz respeito à elaboração de diagnósticos socioinstitucionais, que se justificam para identificar problemas que uma dada população (utilizadores de um determinado contexto organizacional) enfrenta; mas também se destina à identificação das suas potencialidades e/ou capacidades e das possibilidades de mobilização e de desenvolvimento das suas capacidades de ação. Através da entrevista, pude compreender que o grande entrave no que diz respeito às instituições prende-se com o elevado número de crianças que nela habitam. A própria institucionalização é entendida como um recurso fácil e imediato, sobre a qual se exerce um uso excessivo, demonstrando a sobreposição dos critérios de funcionalidade face aos substantivos ou finais como o da eficácia. Normalmente, os problemas detetados nas instituições prendem-se com o facto de existir uma sobre representação de utentes em desvantagem económica que tende a reforçar a ideia da vocação beneficente destes equipamentos que parecem cumprir uma função em relação às insuficiências do trabalho social no terreno, a própria diretora técnica reconhece que *é também importante que se tenha consciência de que este é o único meio de proteção social que existe, ou pelo menos o único usado*, constituindo assim um recurso que apresenta um elevado número de solicitações, quando comparado com as respostas de proteção social em alternativa, daí podermos concluir que os critérios de diagnóstico e encaminhamento para a institucionalização carecem de definição consistente, uma vez que as instituições nem sempre se organizam em unidades de tipo familiar, diminuindo a dimensão física das estruturas em que funcionam, tal como a diretora explica: *Atualmente há uma certa utilização excessiva das instituições, e a verdade é que as dimensões físicas das casas não comportam tanta gente. O certo seria termos um quarto para cada criança, ou pelo menos duas crianças por quarto, o que é impossível aqui (...).* É importante perceber se a

comunidade em que a associação se insere, neste caso Valadares, tem percepção destes problemas, mas também das dinâmicas que decorrem no seio da instituição. Foi neste sentido que questionei a diretora acerca das principais formas de divulgação da instituição e o trabalho desta junto da sociedade. Sabendo *à priori* de algumas atividades que envolviam a comunidade, como a *corrida solidária* ou a ida para a praia, por exemplo, pude perceber que a associação é também reconhecida no meio através do prémio recebido pelo programa televisivo - *este reconhecimento, o aparecer na televisão, nos jornais, as nossas participações nas caminhadas de solidariedade, as parcerias que temos dão-nos visibilidade e uma grande ajuda (...)*.

Estas práticas demonstram uma abertura da instituição ao exterior, nomeadamente no que diz respeito às ajudas que lhes prestam, evitando deste modo que se crie uma independência em relação aos recursos da comunidade. O facto da instituição contar com parceiros locais sob forma de apoio alimentar, financeiro e outros, contribui para atenuar a ideia de fechamento da instituição ao exterior, permitindo que as crianças percebam que vivem num meio onde os bens que precisam lhes são fornecidos, embora a sociedade também tenha um papel complementar aqui.

Quando questionada a cerca da relação existente entre a classe social de origem da criança e a sua situação de risco, a diretora explicou que *há um grande estigma na sociedade... Se a criança está em risco, ou perigo, é porque é pobre*, fazendo um enfoque na importância da relação entre pais e filhos que deve ultrapassar a situação financeira, embora se verifique que a maior parte das crianças institucionalizadas são oriundas *de meios pouco favoráveis*. A prática de acolhimento institucional é indiscriminada, na medida em que as modalidades de prestação de serviços não são diferenciadas conforme as necessidades dos internos: ruturas e enfraquecimento das redes de relações sociais, maus-tratos, carências económicas ou doenças são problemas confundidos na medida em que são assimilados pela mesma solução - a institucionalização.

Chamo igualmente atenção neste ponto para a relação que a própria associação estabelece com a família, e a forma como fomenta essa relação com as crianças. Por vezes, a distância geográfica das instituições em relação dos locais de origem dos internos dificulta a integração dos residentes na comunidade de pertença e provoca o desenraizamento e ruturas nas relações com familiares, amigos, vizinhos. No caso da *Associação Protectora da Criança*, tive a oportunidade de perceber que as crianças que ali habitam residiam na área circundante, salvo algumas exceções de crianças que viviam em Espinho, Matosinhos, ou no Porto. Apesar disto, existe sempre um desenraizamento que acaba sempre por ficar marcado, pelo facto das

crianças terem de mudar de escola, por exemplo. Durante o período de estágio, pude observar algumas visitas das famílias, as quais são privilegiadas pela associação e, a meu ver, há uma facilidade no que diz respeito à convivência entre as crianças e os seus familiares por períodos adequados de tempo e, apesar dos problemas que levaram as crianças à instituição, torna-se importante (quando saudável) cultivar as relações familiares, uma vez que há uma tendência, e volto a frisar, para o prolongamento das estadias na instituição. Esta constatação tornou-se mais evidente na entrevista que realizei a um dos familiares de uma das crianças que se encontra aos cuidados da associação. Assim, a possibilidade de entrevistar a avó de um interno constituiu uma mais-valia na medida em que é o único relato de um membro externo à instituição, que a observa do lado de fora e daí conseguimos extrair uma visão diferente daquelas que obtive nas restantes entrevistas.

Comecei por perguntar à *D. Clementina* como definiria o seu neto, à qual responde com um elevado sentido de protecionismo, que se vai evidenciando ao longo da entrevista. Inicialmente, e após quebrar do gelo, optei por tentar compreender a história de vida da família em questão, bem como os fatores que contribuíram para o ingresso da criança na instituição. Sabendo *à priori* que a criança em questão apresenta alguns problemas ao nível comportamental, procurei perceber se o seu passado poderia ter alguma influência nos modos de pensar e de agir do *N*, ao mesmo tempo que analisando a sua história de vida, fosse possível a identificar potencialidades de mudança e das atividades suscetíveis de contrariar a produção dos fatores que estão na origem dos problemas concretos. Ao longo da entrevista é possível verificar que a criança tem problemas em lidar e gerir as relações com as figuras de autoridade, principalmente quando as mesmas são contrárias aquilo que seria esperado por ele. *Ele não gosta de ser contrariado, perde a cabeça facilmente (...) o problema dele é que as professoras já sabem como ele é, o que está pra trás e tudo o que acontece é por culpa dele, ele quando se sente injustiçado fica furioso e não se controla.* Denota-se alguma desculpabilização da criança em relação à figura de autoridade – a professora – embora existam algumas tentativas de reeducação por parte da avó a conselho das doutoras: *em frente ao miúdo dou sempre razão as professoras. A doutora disse que tinha que ser assim, porque senão ele nunca vai perceber que a professora é uma pessoa que ele tem que respeitar sempre (...).*

Na dimensão socioinstitucional tentei ainda averiguar a relação que existia entre a família e a instituição. Em primeiro lugar, procurei saber se a convivência entre os residentes e os familiares era facilitada. Esta questão está intimamente ligada à distância geográfica das instituições em relação aos locais de origem das crianças, já abordada acima. Tal não se

verifica aqui, uma vez que a associação agrupa ali crianças das freguesias vizinhas, como explica a D. Clementina: *os meninos que lá estão dentro são daqui da zona. É perto, vou lá sempre que quero, só tenho que avisar antes, falar com as doutoras... Às vezes dizem-me qual é o melhor dia e a hora prás visitas, depende do comportamento dele e assim (...)* não se verificando, deste modo, nenhum entrave ao cultivo das relações familiares.⁹ Esta questão vai-se tornando delicada na medida em que existe uma tendência para um prolongamento das estadias das crianças nas instituições, o que pode levar a um afastamento gradual da família de origem. Ainda a este respeito importa lembrar que a instituição atua como uma resposta social que emerge da necessidade de acolher crianças e jovens que, por razões de disfunções graves ou outras, carecem de apoio de uma estrutura residencial que lhes proporcione, não só as necessidades de socialização inerentes às fases de desenvolvimento, mas também o papel complementar que lhe cabe na ação educativa. Para isso, e sabendo *à priori* que é um dever do lar promover a integração da criança ou do jovem na sua família de origem (quando possível) e na comunidade, deve adotar uma dinâmica que pressupõe a participação dos internos, bem como das suas famílias em todo o processo, desde a admissão à saída, passando pela avaliação sistemática e respetivos projetos de vida.

iv) Verificação das hipóteses teóricas

Chegada a uma fase mais avançada do relatório de estágio, importa neste momento fazer uma análise acerca daquilo que foram as hipóteses definidas inicialmente, bem como os objetivos, a fim de compreender se os mesmos se validam, por um lado, e foram aplicados, por outro.

A respeito da primeira hipótese – *Uma vez inseridas na associação, as crianças são encaminhadas no sentido de uma integração favorável na sociedade, na qual conseguem ser autónomas* – verificou-se que a associação favorece a autonomia das crianças e jovens, na medida em que adolescentes e jovens estão autorizados a deslocar-se autonomamente para a escola, bem como há a possibilidade de saírem com amigos durante a tarde ou participarem em atividades desenvolvidas na comunidade (o que por si só favorece a sua integração na

⁹ Importa lembrar aqui o contexto concreto em que nos posicionamos. O N tem autorização do tribunal para receber visitas da avó, bem como sair para passar períodos de férias e fins de semana com a família (avó). Outras crianças não se encontram na mesma situação, devido aos seus percursos de vida, não havendo por isso a mesma abertura por parte da Associação.

sociedade). A própria participação em atividades desenvolvidas em âmbito comunitário, como as corridas de solidariedade, por exemplo, ajuda à integração das crianças e jovens no meio. Ao mesmo tempo, a existência da *semanada*, permite que os internos ganhem consciência do valor do dinheiro, aprendendo assim a geri-lo. É igualmente importante que a autonomia seja treinada dentro das paredes da instituição, uma vez que um dia mais tarde aquelas crianças e jovens terão que viver de forma dependente. Assim, e consoante a idade, é através de ajudas aos funcionários (levar a roupa suja para a lavandaria, ajudar a pôr a mesa, fazer a própria cama, ajudar na cozinha, entre outros) que a associação molda as crianças para uma vida autónoma.

A segunda hipótese – *As crianças que se encontram na instituição foram outrora crianças em risco devido a problemas económicos, de estimulação familiar, doença, maus-tratos, abandono ou negligência por parte dos familiares ou cuidadores* – é igualmente validada tendo em conta a análise dos processos individuais das crianças e jovens, as conversas informais e as entrevistas. Acima de tudo importa ter em conta que a institucionalização surge como última alternativa, após várias sinalizações e intervenções junto daqueles que contribuem para a situação de risco em que a criança se encontra. Assim, os internos da *Associação Protectora da Criança* são crianças e jovens com necessidades e características especiais, crianças e jovens designados como estando em perigo ou/e em risco.

Relativamente à terceira hipótese – *A questão do risco pela qual as crianças e jovens estão na Associação Protectora da Criança varia conforme o género e a classe social de origem* – a abordagem faz-se em duas partes: em relação ao género, verifica-se uma maior incidência de casos do género masculino, sendo que existem dezassete elementos do sexo masculino, e os restantes treze do sexo feminino.¹⁰ A questão da classe social é mais delicada, e, embora tal como explicou a diretora técnica, *aqui (APC) estamos perante casos de carência financeira, ou doença... Quando não há dinheiro para comer, muito menos para medicamentos. Quase todas as crianças que estão aqui são medicadas... Por isso mesmo a falta de dinheiro pode levar a esse risco, sim, mas não se pode generalizar*. Desta forma, verifica-se que não existe uma relação de consequência entre a situação de pobreza e a situação de risco embora, e tal como se verifica através da análise dos processos individuais

¹⁰ Ver anexos, gráfico 1 – *Distribuição de crianças e jovens por género*.

das crianças e jovens, existe um número significativo de casos de carência financeira por parte dos familiares ou cuidadores das crianças institucionalizadas.¹¹

Relativamente à terceira hipótese - *A questão do risco pela qual as crianças e jovens estão na Associação Protectora da Criança varia conforme o género e a classe social de origem* – a abordagem faz-se em duas partes: em relação ao género, verifica-se uma maior incidência de casos do género masculino¹². A questão da classe social é mais delicada, e tal como explicou a diretora técnica, *há um grande estigma na sociedade... Se a criança está em risco, ou perigo, é porque é pobre. Temos sempre a noção de que o dinheiro soluciona tudo e com ele fazemos tudo (...) mas o que estas crianças mais precisam é de amor. Este é o pilar de uma relação entre pais e filhos e quando há uma situação de risco é porque esse pilar não existe, ou era fraco e caiu. Ou seja, quero com isto dizer que isto pode acontecer tanto num meio favorecido como desfavorecido (...)*. Desta forma, concluiu-se que não existe uma relação de consequência entre a situação de pobreza e a situação de risco, apesar de existir um número significativo de casos de carência financeira por parte dos familiares ou cuidadores das crianças institucionalizadas na Associação Protectora da Criança.

A quarta hipótese – *As várias passagens pelos lares não são saudáveis para as crianças, mas sem elas aquelas estariam numa situação de risco cada vez mais profunda* – é validada na medida em que, a deslocação das crianças e jovens de um local para outro pode ser prejudicial às crianças e jovens na medida em que a estabilidade e a integração no meio ficam comprometidas. Assim, e dado que o acolhimento é o último recurso a ser utilizado em situações de desestruturação familiar, este deverá ter um carácter estável e se possível transitório, na medida em que, *quando uma criança está em situação de risco é porque a sua situação social e/ou pessoal, se encontram desequilibrados ou desadequados aos seus objectivos de vida e torna-se emergente reencontrar o equilíbrio e a coerência num projeto de vida securizante* (Pacheco, 2010), daí verificar-se que o acolhimento se pode tornar favorável à criança ou jovem, no sentido de uma vida satisfatória. Ainda assim, importa referir a este respeito que a maioria das crianças e jovens que a associação acolhe, não são casos de acolhimento temporário, uma vez que a permanência do tempo de acolhimento vem

¹¹ Ver anexos, gráfico 3 – *Distribuição dos motivos que contribuíram para a situação de risco das crianças/jovens da Associação Protectora da Criança.*

¹² Ver anexos, gráfico 1 – *Distribuição de crianças e jovens por género*

sempre a estender-se por muitos anos, como o gráfico construído a partir da análise dos processos individuais comprova.¹³

Os resultados alcançados foram fruto do cruzamento de dados das observações, da análise de conteúdo das entrevistas realizadas, de modo a conseguir extrair dali o lado mais simbólico e latente dos discursos dos entrevistados. Assim, procedi à construção de grelhas de análise, sobre as quais teremos uma visão da aproximação existente entre a empiria e a realidade social. Uma vez efetuado o tratamento das informações recolhidas torna-se fulcral apresentar as conclusões alcançadas, estabelecendo uma ligação com as hipóteses de pesquisa inerentes à investigação científica. Para concluir este capítulo é de salientar que os dados apresentados, apesar de minuciosos e plausíveis, não finalizam em si, conclusões ou representatividade completas. Desta forma, deixa-se em aberto a recolha posterior de informações, isto é, exploração de novos conceitos, de novos horizontes, de forma a obter resultados mais engrandecidos e analíticos que poderão conferir a esta temática outras conceptualizações.

¹³ Ver anexos, gráfico 2 - *Distribuição de crianças/jovens pelo tempo de permanência em acolhimento residencial.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota.

(Madre Teresa de Calcutá)

Chegou o momento de fazer uma reflexão analítica sobre o projeto desenvolvido, de modo a perceber se os objetivos definidos inicialmente foram cumpridos. Assim, surge nesta fase a avaliação, que constitui um processo fundamental na realização de um projeto no sentido em que oferece muitas possibilidades de utilização, assim como os fins em que o mesmo se pode aplicar. Deste modo, de uma forma geral, a avaliação significa escolher e analisar sistematicamente uma informação que nos permite determinar o valor e/ou mérito daquilo que é feito (Cembranos et al, 2001). Chega então o momento em que é necessário recapitular o procedimento realizado ao longo do projeto e consequente relatório, fruto do estágio na *Associação Protectora da Criança*, tendo em vista a conclusão dos estudos no âmbito do mestrado em sociologia. Ao mesmo tempo, é pertinente demonstrar nesta fase os novos conhecimentos provenientes da pesquisa efetuada, bem como as consequências e práticas evidenciadas nos resultados obtidos.

O estudo que se foi desenvolvendo nos últimos meses teve como principais objetivos gerais fazer o retrato social da condição de crianças em risco da *Associação Protectora da Criança*; bem como compreender o acompanhamento que é prestado pela associação às crianças e jovens em situação de risco. Ao longo do desenvolvimento do estágio fui recorrendo a variados ensaios teóricos, de vários autores que se debruçaram sobre as temáticas aqui discutidas, de modo a fundamentar a presente investigação.

Assim, e enquadrando agora a temática exposta ao longo do presente ensaio, importa reiterar que, apesar dos progressos alcançados nas últimas décadas nos domínios da educação, da saúde, e da proteção social e jurídica de crianças, persistem na nossa sociedade frequentes e preocupantes violações dos mais elementares direitos das crianças. Quando nos referimos a crianças em risco, pensa-se nas situações de violência, de abandono, de negligência, de exploração, de abuso e de maus-tratos, de que são alvo em contexto familiar. Pensa-se também na prática de condutas desviantes por parte destes, como sejam: a toxicodependência, o alcoolismo, a criminalidade e a delinquência juvenil. A institucionalização só pode ser encarada como uma medida de proteção, depois de esgotadas as alternativas, da mesma forma

que a adoção é a solução do fim da linha. É fundamental haver um apoio afetivo estável nos primeiros anos de vida para o desenvolvimento adequado da criança, ressaltando possíveis fatores perturbadores desse percurso e suas consequências a nível do comportamento e desenvolvimento afetivo. Assim, os primeiros anos de vida são fundamentais para a construção da personalidade: ao longo dos primeiros meses de vida a criança toma consciência do outro, ficando ao mesmo tempo receptivo aos sentimentos, percebe que o outro gosta de si. Este sentimento deve ser interiorizado com suficiente segurança para que o desenvolvimento possa prosseguir de forma adequada. Quando este pressuposto não se realiza, devido a falhas na estrutura familiar, estamos perante *crianças ou jovens em dificuldades ou com múltiplos problemas que, em consequência dessa situação, podem ver o seu desenvolvimento ou o seu nível de adaptação social seriamente comprometidos* (Fonseca cit. Santos, 2010), designando-se de criança ou jovem em risco. Uma vez sinalizado o problema, e quando uma criança é acolhida numa associação seja de que ordem for, significa que o Estado e a sociedade agiram tardiamente, uma vez que uma criança retirada do seu ambiente familiar é sempre produto de uma situação social complexa e multicausal decorrente de problemas diversos.

Ao longo do estágio, fui utilizado instrumentos e técnicas que me permitiram um conhecimento mais abrangente desta realidade. A observação participante foi uma dessas técnicas, sendo assim possível favorecer o desenvolvimento de relações de confiança e abertura por parte das crianças e jovens e obtenção de informações. As dinâmicas institucionais e interpessoais constituíram elementos de observação, ao mesmo tempo que me possível participar em determinadas tarefas e atividades da instituição como ações de formação, passeios, jogos didáticos, entre outros. Uma vez estabelecidas relações de confiança com as crianças e jovens, tive a oportunidade de recolher informações através de conversas informais embora tenha tido sempre a preocupação de não condicionar as repostas dos intervenientes.

Realizei igualmente algumas entrevistas não estruturadas, direcionadas a um elemento da equipa técnica, a um funcionário, um voluntário e ao professor, com o objetivo de aprofundar o conhecimento de uma dimensão da realidade institucional impercetível às observações. A análise documental, nomeadamente, do regulamento interno, das regras de funcionamento, do plano *DOM* e dos processos individuais das crianças e jovens, foi também uma das técnicas utilizadas para o conhecimento do funcionamento institucional, assim como algumas especificidades no que respeita aos processos individuais.

Relativamente à atuação no campo, fui desenvolvendo contactos com as crianças, sendo que as duas ações desenvolvidas permitiram uma maior aproximação a elas. Uma vez que a população alvo era igualmente participante, tive a preocupação que também elas – crianças e jovens – tivessem poder para comentar o projeto, nomeadamente através de conversas informais ou das próprias avaliações que iam fazendo depois de cada atividade. De outra forma não faria outro sentido, visto que o estágio se moldou a pensar neles, e nada melhor que eles mesmos para explicitarem o que mais se adequa às suas expectativas, mesmo que tal não fosse transmitindo através de palavras, mas de atitudes, das quais me fui apercebendo aquando do levantamento de necessidades. Apesar disto, no momento da planificação das ações foi necessário ter sempre em conta os objetivos anteriormente definidos, ao mesmo tempo que houve uma constante tentativa de não afastamento da meta definida inicialmente.

Segundo Gomes (2010) *é fundamental efectuar um trabalho com estas crianças e jovens capazes de potenciar e otimizar todo o seu processo de crescimento e individuação/autonomia* e uma vez que os lares são sempre transitórios para as crianças e para os jovens, pelo que se tem de dirigir a intervenção identificando as competências que a criança ou jovem precisa de desenvolver, utilizando técnicas de trabalho em grupo ou individual, dando-lhes a conhecer novas experiências e actividades diversas, aplicando novos programas de intervenção e também de avaliação dos resultados obtidos após a aplicação dos mesmos (Gomes, 2010). Assim, pretendia-se que cada ação específica ao ser desenvolvida, permitisse às crianças e jovens obterem algumas respostas para as suas necessidades. Foi ainda pertinente envolver as crianças e os elementos da equipa técnica e educativa neste processo de investigação, dando-lhes assim oportunidade de se tornarem responsáveis e ativos nas mudanças que possam ocorrer, ao mesmo tempo que nos foi também permitindo obter um maior conhecimento acerca das características, limitações, potencialidades e competências de cada criança e jovem.

Durante a execução do estágio e do presente relatório, foram surgindo várias limitações e dificuldades. Inicialmente, a escolha da instituição foi uma delas, uma vez que a *Associação Protectora da Criança* não constituía a primeira escolha. Sendo que a instituição escolhida inicialmente não permitiu o estágio por questões logísticas, foi necessário, já tardiamente, optar por outra. Assim, surgiu a *Associação Protectora da Criança*, na qual vi uma abertura muito positiva, estiveram sempre disponíveis, deixando-me à vontade no que diz respeito aos espaços, aos horários e à disponibilidade para esclarecimentos caso fosse necessário.

Para além disto, e outra dificuldade com a qual me deparei, foi o facto de não existir muita bibliografia que junte as crianças em risco e as questões sociológicas, uma vez que grande parte da bibliografia que consultei pertencia ao âmbito da educação social.

A nível pessoal, a experiência do estágio tornou-se bastante gratificante e mostrou ser um grande desafio, devido aos entraves iniciais. O período de estágio foi bastante enriquecedor, apesar de nem sempre estar certa de que algumas funções desempenhadas seriam as indicadas a um profissional da sociologia – o apoio nos trabalhos de casa, por exemplo – na medida em que fui sentindo algumas dificuldades, embora ao mesmo tempo um grande sentido de responsabilidade, sentindo-me útil. A relação estabelecida com as crianças proporcionou um sentimento de confiança, que permitiu o adequado desenrolar de todas as atividades desenvolvidas, sendo que a receptividade às mesmas era satisfatória. Através do *feedback* que me foi chegando, percebi que as iniciativas desenvolvidas causaram um enorme impacto nas crianças e jovens mostrando que, através de uma via segura, foi possível promover a mudança e atingir as metas definidas inicialmente, ao mesmo tempo que foi possível dar resposta a algumas das necessidades apresentadas pelas crianças e jovens. A própria postura durante as dinâmicas e o respeito significaram pequenas mudanças de comportamento que ao longo do tempo foram surgindo, representaram passos importantes e fundamentais para a construção da autonomia de cada um deles. A nível académico, considero que evoluí, na medida em que, através do estágio curricular, consegui adquirir experiência que ainda não tinha possuía, bem como se mostrou fundamental para trabalhar no terreno aquilo que estudei durante os anos que passaram. Desta forma, penso que o desenho e concretização deste relatório de estágio constitui um contributo para uma melhor compreensão da questão do risco na idade infantil, bem como a forma como este está intimamente relacionado com a institucionalização.

Deste modo, e em jeito de conclusão, importa salientar e tomar consciência que as crianças e os jovens apresentam novas exigências, para as quais é necessária uma preparação por parte dos cuidadores, a fim de lhes conseguir possibilitar uma resposta adequada e de qualidade. Passamos por isso de instituições de cariz meramente assistencialista para instituições que se vêm confrontadas com uma população diferente, o que leva a que as respostas ao acolhimento adquiram um carácter diversificado com novos modelos, adaptados à realidade das crianças. Adicionar o conhecimento profundo de profissionais especializados, com capacidades técnicas e operacionais específicas para um trabalho efetivo e, especialmente indivíduos solidários dedicados e prontos a dar resposta às solicitações destas crianças.

É importante que as crianças cresçam num ambiente familiar e feliz, possibilitando, a longo prazo, a obtenção de objetivos de vida e sejam adultos de sucesso. Importa aqui referir a importância da pré-autonomia que é desenvolvida junto das jovens mais velhas, para as quais se reúnem esforços para que estas possam lançar-se na vida em sociedade.

Através da análise do estudo efetuado observa-se que os menores dão uma grande importância aos contextos de vida que lhes são importantes, como a escola, os amigos, a família e até mesmo alguns profissionais da instituição. Este contexto saudável promove resultados positivos em diferentes áreas de desenvolvimento, bem como promovem o crescimento de competências pessoais e sociais.

Segundo Blain e Désilets (citado por Mendonça, 2002), *todos estes projectos sociais têm aspectos em comum: emergem da vontade das pessoas, integram um desejo de melhorar a situação, são processos orientados em direcção a uma mudança, operacionalizam-se numa sequência reconhecida, isto é, emergência de uma necessidade/desejo, determinação de diferentes opções possíveis.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, João Ferreira de; PINTO, José Madureira (1995) – *A Investigação nas Ciências Sociais*. Lisboa, Editorial Presença

ALBERTO, I. (2002) - *Como pássaros em gaiolas? Reflexões em torno da institucionalização de menores em risco*. In C. Machado, Gonçalves, R. (Ed.), *Violência e Vítimas de Crimes*. Coimbra, Editora Quarteto

ANDRADE, M. (1999) - *A resiliência em resposta à pobreza: Um estudo exploratório sobre os factores de risco e de protecção envolvidos na resiliência*. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari (1994) - *Investigação qualitativa em Educação: fundamentos, métodos e técnicas*. In: *Investigação qualitativa em educação*. Portugal: Porto Editora

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude (1975) - *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Lisboa, Vega s.d.

BOUSQUIÉ, G. (1984) - *Como Redigir um Relatório*. Lisboa. Livraria Clássica Editora

BUCKLE, P., Marsh, G., & Smale, S. (2001) - *Assessing resilience and vulnerability: Principles, strategies and actions*. Guidelines

CANHA, J (2008) – *A criança vítima de violência*. In Machado; C. E Gonçalves, R. A. (coords.) *Violência e vítimas de crimes: crianças*. 3ª Edição. Coimbra, Editora Quarteto

CARVALHO, A. Dias & BATISTA, I (2004) - *Educação Social – Fundamentos e Estratégias*. Porto, Porto Editora

CEMBRANOS, F.; MONTESINOS, D.; BUSTELO, M. (2001) - *La Animación Sociocultural: una propuesta metodológica*. Madrid, Editorial Popular

COSTA, António Firmino (2003) – *Sociologia*. Coimbra, Quimera Editores Lda.

DRAPEAU, S., Saint-Jacques, M. C., Lepine, R., Begin, G., & Bernard, M. (2007) - *Processes that contribute to resilience among youth in foster care*. J Adolesc

DUCLOS, G; (2006) - *A Auto-estima, um passaporte para a vida – crescer e viver*. Lisboa; Climepsi Editora.

ESTEVES, António; AZEVEDO, José (1998) - *Metodologias Qualitativas para as Ciências Sociais*. Porto, Instituto de Sociologia

FREIRE, P. (1996) - *Pedagogia da Autonomia*. Versão Digitalizada

GOMES, Isabel (2010) – *Acreditar no Futuro*. Alfragide, Texto Editores

GUERRA, Isabel Carvalho (2006) – *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e Formas de Uso*. Estoril, Princípia Editora, Lda.

GIDDENS, Anthony (2004) – *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

GOFFMAN, Erving (1988) – *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Editora Guanabara, Rio de Janeiro

HÉBERT, Michelle Lessard; Goyette Gabriel; Boutin, Gérald (1994) – *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*. Lisboa, Instituto Piaget

HERPIN, Nicolas (1982) – *A Sociologia Americana: Escolas, Problemáticas e Práticas*. Porto, Edições Afrontamento.

JUGGE, S. (2005) - *Resilient and vulnerable at-risk children*. Journal of Children and Poverty

LUTHAR, S. S., Cicchetti, D., & Becker, B. (2000) - *The construct of resilience: a critical evaluation and guidelines for future work*. Child Dev

MARTINS, M. (2005) - *Contribuições para a análise de crianças e jovens em situação de risco – resiliência e desenvolvimento*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve

MOURA, Dulce; GUERRA, Ana; COSTA, Sónia (2005) – *Percursos de vida dos jovens após a saída dos lares de infância e juventude*. Centro de Estudos Territoriais, Lisboa

PACHECO, P. (2010) - *Lares de Infância e Juventude: Contributos para um Modelo de Acolhimento e Integração Social*. Dissertação de Mestrado, Universidade Fernando Pessoa

PENHA, Maria Teresa (1996) - *Crianças em Risco; Direcção Geral da Acção Social*. Núcleo 33 de Documentação técnica e divulgação; Lisboa

PERETZ, Henri (2000) – *Métodos em Sociologia*. Lisboa: Temas e Debates.

POTER, Michael E. (1979) - *How competitive forces shape strategy*. Harvard business Review 57, nº2

QUINTÃS, C. (2009) - *Era uma vez a instituição onde eu cresci: Narrativas de adultos sobre experiências de institucionalização*. Tese de Mestrado apresentada ao Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, LucVan (2005) – *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva – Publicações, Lda.

RODRIGUES, E. (1997) - *Menores em Risco: Que Família de Origem? In Crianças de Risco*, Instituto de Ciências Sociais e Políticas. Lisboa.

RODRIGUES S. (2004) - *A experiência da perda de visão, a vivência de um processo de reabilitação e as percepções sobre a qualidade de vida*. Dissertação de mestrado. Universidade do Minho.

SANTOS, A. (2009) - *(In)Sucesso Escolar de Crianças e Jovens Institucionalizadas*. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

(Acedido Novembro 15, 2012, em <http://hdl.handle.net/10400.5/2997>)

SANTOS, M. (2010) - *O Acolhimento Institucional Prologando de Jovens em Risco: A experiência passada de institucionalização e o seu significado actual para os sujeitos adultos*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Psicologia e de Ciências da Educação de Coimbra.

(Acedido Novembro 15, 2012, em <http://hdl.handle.net/10316/15593>)

SERRANO, G. (2008) - *Elaboração de Projectos Sociais: Casos práticos*. Porto: Porto Editora

SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira (orgs.) (2005) – *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto, Edições Afrontamento

STRAUSS, Anselm; GLASER, Barney (1999) - *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*. Transaction Publishers

TAYLOR, C. (2004) - *Justiça para crianças integradas no Sistema de Protecção*. Infância e Juventude

BECK, Ulrich (1992) - *Risk Society: Towards a New Modernity*. Sage Publications

VIEGAS, José Manuel Leite; COSTA, António Firmino da (1998) – *Portugal que modernidade?* Oeiras, Celta Editora

WEBGRAFIA

ASSOCIAÇÃO PROTECTORA DA CRIANÇA [em linha] [consultado em julho 2013]
disponível em: <http://www.apcrianca.pt/>

COMISSÃO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO [em linha] [consultado em janeiro de 2013]

CONVENÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA [em linha] [consultado em janeiro de 2013]
disponível em:
http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf

LEI DE PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO [em linha] [consultado em abril de 2013] disponível em: <http://dre.pt/pdf1s/1999/09/204A00/61156132.pdf>

NOVO SORRISO [em linha] [consultado em julho 2013] disponível em: <http://www.social-eventos.com/causa-parceiros>

PLANO DOM – *Manual de Protocolos com Lares de Infância e Juventude*; Instituto da Segurança Social [em linha] [consultado em junho 2012] disponível em: <http://www2.seg-social.pt/left.asp?03.06.29>

PORDATA – *Base de Dados Portugal Contemporâneo* [em linha] [consultado em setembro de 2013] disponível em:
<http://www.pordata.pt/Portugal/Menores+em+instituicoes+tutelaes+total+e+por+grupo+etario-278>

REGULAMENTO INTERNO DA ASSOCIAÇÃO PROTECTORA DA CRIANÇA [consultado em fevereiro de 2012]

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO ANUAL DA SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO DAS CRIANÇAS E JOVENS [em linha] [consultado em abril de 2012] disponível em: <http://www.parlamento.pt/>